



**Empresa Brasil
de Comunicação**

Relatório Anual da Ouvidoria 2016

Brasília, DF

Ouvidora-geral

Josefi Marques

Ouvidores-adjuntos

Aída Carla de Araújo

Beatriz Arcoverde

Atendimento

Ana Cristina Santos

Daniel Teixeira

Gabriela Chaves

José Luiz Matos

Carlos Genildo

Monitoramento e Gestão da Informação

David Silberstein

Jamily Souza

Sheila Lima

Shirleide Barbosa

Tiago Martins

Apoio à comunicação

Wêdson França

Secretária

Edna Mamédio

Sumário

Apresentação	4
Participação do público	
Dados estatísticos.....	7
Mapeamento da opinião do público	13
Análise de conteúdo por veículo	
TV Brasil.....	25
Agência Brasil e Portal EBC.....	39
Sistema de Rádios.....	72
Monitoramento e pesquisa	
TV Brasil.....	100
Rádio Nacional FM de Brasília.....	104
Rádio MEC AM.....	108
Pesquisa de satisfação - Atendimento de Ouvidoria	112
Prestação de contas da Ouvidoria nos veículos	
Programas e colunas da Ouvidoria	117
Ouvidoria Interna	126
Serviço de Informação ao Cidadão - SIC	128

Apresentação

O Relatório Anual da Ouvidoria referente ao ano de 2016 está dividido em seis seções. Na primeira, “Participação do público – dados estatísticos”, são apresentados os números de atendimento da Ouvidoria, classificados por veículos e dispostos por categorias – reclamação, elogio, pedido de informação e serviços.

Nesta edição anual, ao contrário das edições mensais do Relatório da Ouvidoria, os dados quantitativos aparecem em primeiro lugar por considerarmos que, para o cômputo anual, a informação quantitativa torna-se mais relevante, indicando, por exemplo, a necessidade de maior divulgação do serviço de Ouvidoria. Nos relatórios mensais, as análises de conteúdo têm maior destaque, porque se constituem em uma contribuição mais imediata aos gestores, para a tomada de decisão de investimento na qualidade das produções.

As análises vêm a seguir, com destaque para os principais aspectos observados nos conteúdos de cada veículo. A seção “Análise de conteúdo por veículo” apresenta um resumo de cada uma das análises que foram feitas ao longo do ano. Na versão digital deste Relatório Anual, o título de cada uma das análises contém um link que dá acesso ao relatório do mês em que foi produzida, onde a íntegra do texto pode ser consultada.

Em 2016, 238 conteúdos foram analisados – 83 da TV Brasil; 96 da Agência Brasil e Portal EBC, e 59 das rádios do sistema. As análises, feitas por amostragem, são disponibilizadas à Diretoria Executiva através da publicação “Boletim da Ouvidoria”, de veiculação semanal. Em 2016, foram publicadas 60 edições, sendo que nos meses de janeiro e fevereiro as edições eram diárias, com interrupções apenas para a produção dos relatórios mensais. Cabe lembrar que a análise crítica do conteúdo produzido e veiculado pela mídia pública é uma obrigação da Ouvidoria, prevista na lei de criação da EBC.

Na seção seguinte – “Monitoramento e Pesquisa” – apresentamos o resultado de quatro pesquisas realizadas em 2016, sobre a percepção do público a respeito dos serviços prestados pela EBC, tanto através de alguns dos veículos quanto pela própria Ouvidoria: Rádio Nacional FM de Brasília, MEC AM, TV Brasil e Atendimento de Ouvidoria.

Na seção “Prestação de contas da Ouvidoria nos veículos”, sobre o programa da Ouvidoria no Rádio e na TV, infelizmente repetimos as justificativas que têm sido apresentadas nos últimos dois anos para o descumprimento do inciso II, Art. 20, § 3º da lei de criação da EBC, que estabelece a obrigação da Ouvidoria de “conduzir sob sua inteira responsabilidade editorial, no mínimo quinze minutos de programação semanal, a ser veiculada pela EBC (...) voltada à divulgação pública de análise sobre a programação da EBC”. A justificativa é de que não havia (e continua não havendo) equipe que possa ser disponibilizada para atender à produção dos programas. Apenas a publicação da Coluna da Ouvidoria vem sendo mantida, assim mesmo de forma precária, por não contar com espaço específico na Agência Brasil e Portal EBC.

Na seção "Ouvidoria Interna", apresentamos o resultado do atendimento realizado durante o ano, que, do ponto de vista da Ouvidoria, alcançou plenamente o objetivo de restauração das relações no ambiente de trabalho nos casos em tela, com número expressivo de viabilização do que se estava pleiteando, em consonância com as normas internas e em harmonia entre as partes envolvidas.

A última seção deste Relatório traz o demonstrativo do atendimento da Ouvidoria ao Serviço de Informação ao Cidadão-SIC, da Lei de Acesso à Informação que está, na EBC, sob a responsabilidade da Ouvidoria.

Joseti Marques

Ouvidora Geral

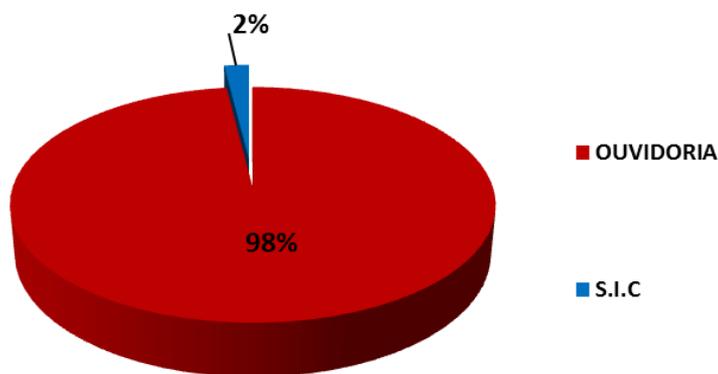
Participação do público

Dados estatísticos

Percentuais de atendimento

A Ouvidoria da EBC contabilizou durante o ano 7471 atendimentos, sendo 7324 (98%) referentes ao atendimento da Ouvidoria e 147 (2%) do Serviço de Atendimento ao Cidadão – SIC.

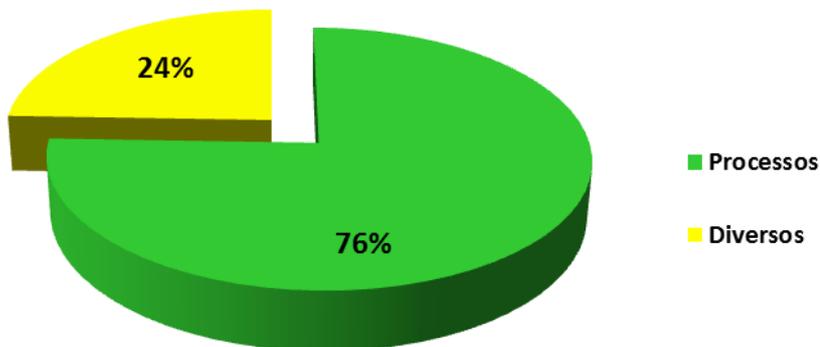
Percentual de atendimentos



FONTE: NAMBI - OUVIDORIA/EBC

Dos 7324 atendimentos da Ouvidoria, 5532 (75,5%) geraram processos por terem assuntos relacionados aos veículos da EBC. As outras 1792 (24,5%) manifestações foram respondidas aos usuários sem abertura de processo e são classificadas como “diversos” por não se referirem a assuntos pertinentes à EBC e que seriam adequadamente direcionados a um atendimento do tipo 0800 ou “fale conosco”; não são atendimentos característicos de Ouvidoria.

Percentual de atendimentos por relevância



FONTE: NAMBI - OUVIDORIA/EBC

As 5532 manifestações que geraram processos distribuem-se entre os veículos, conforme o quadro:

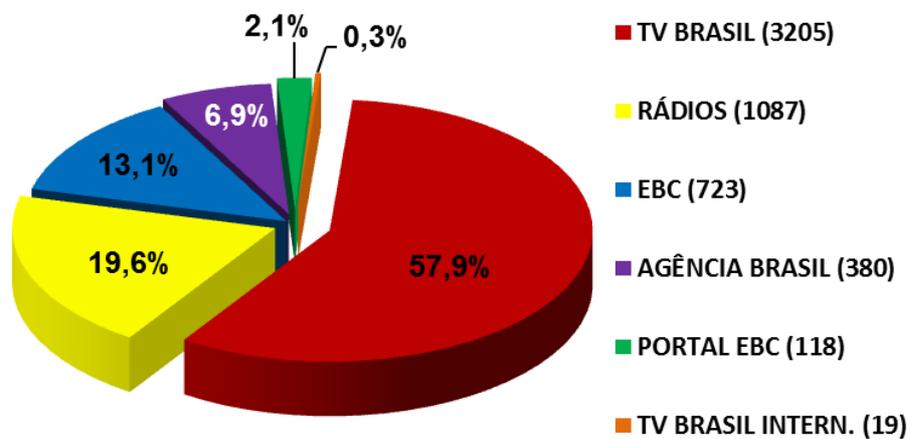
Manifestações por veículo

2016							
VEÍCULO	Reclamação	Elogio	Sugestão	Comentário	Serviço	Pedido de Informação	Total
AGÊNCIA BRASIL	169	22	19	18	78	74	380
EBC	19	7	22	47	602	26	723
PORTAL EBC	65	2	7	2	19	23	118
RÁDIOS	649	90	42	19	215	72	1087
TV BRASIL	834	359	405	100	947	560	3205
TV BRASIL INTERNACIONAL	8	0	2	0	5	4	19
TOTAL	1744	480	497	186	1866	759	5532

FONTE: NAMBI - OUVIDORIA/EBC

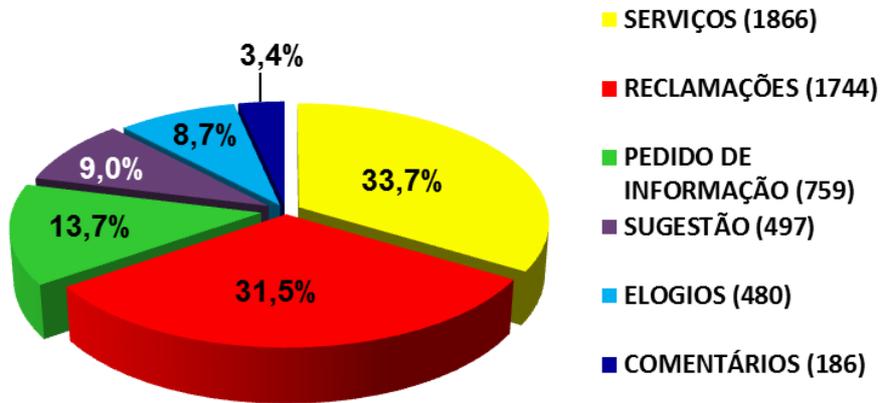
O gráfico abaixo demonstra o percentual de manifestações de acordo com a distribuição entre os veículos:

Percentual de manifestações por veículo



FONTE: NAMBI - OUVIDORIA/EBC

Percentual das manifestações por categoria



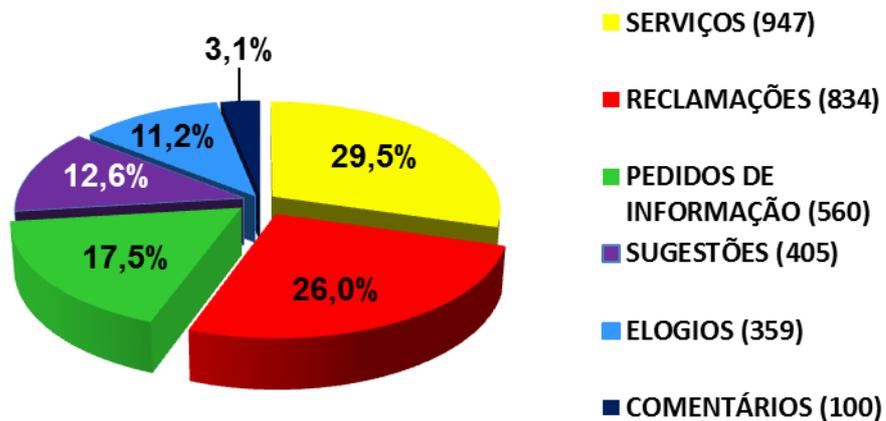
FONTE: NAMBI - OUVIDORIA/EBC

Quantitativo de atendimentos por veículo

TV Brasil

A Ouvidoria recebeu 3205 manifestações direcionadas à TV Brasil. O gráfico mostra a distribuição dos tipos de manifestações e as respectivas porcentagens.

Percentual por tipos de manifestações

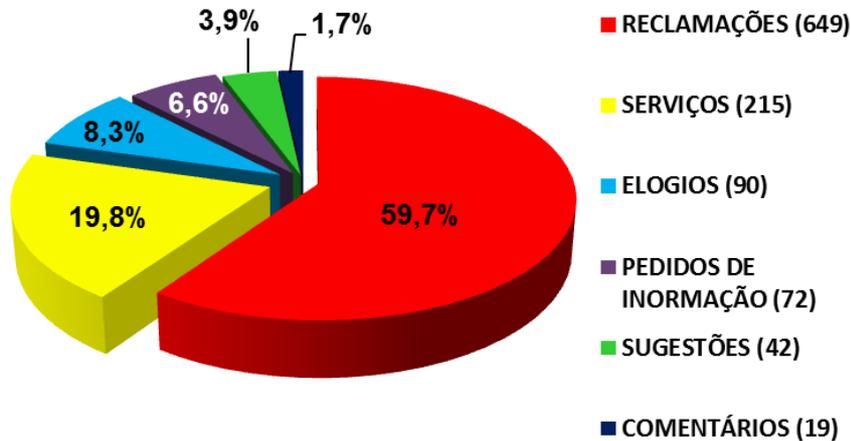


FONTE: NAMBI - OUVIDORIA/EBC

Sistema de Rádios

A Ouvidoria recebeu 1087 manifestações dirigidas às rádios. O gráfico mostra a distribuição dos tipos de manifestações e as respectivas porcentagens.

Percentual por tipos de manifestações



FONTE: NAMBI - OUVIDORIA/EBC

Distribuição de demandas por emissora de rádio

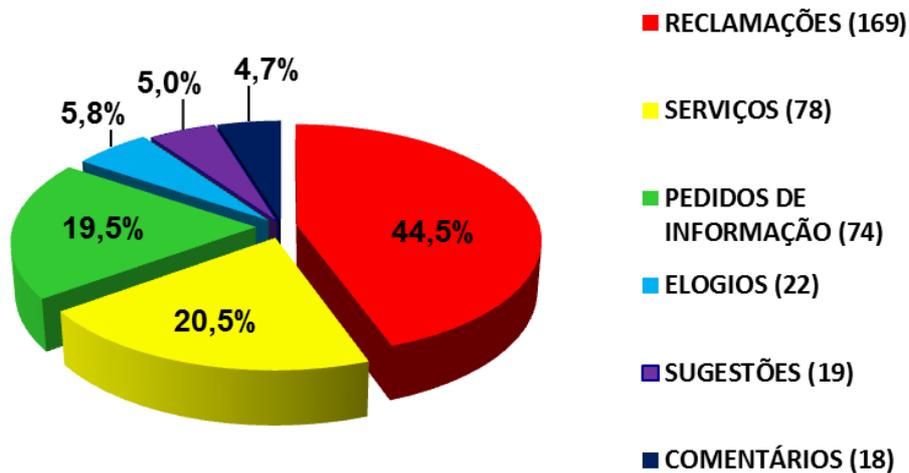
2016							
Veículo	Reclamação	Elogio	Sugestão	Comentário	Serviço	Pedido de Informação	Total
RADIOAGÊNCIA NACIONAL	13	1	1	2	13	5	35
RÁDIO MEC AM – BRASÍLIA	4	0	0	0	3	1	8
RÁDIO MEC AM - RIO DE JANEIRO	77	11	6	3	6	9	112
RÁDIO MEC FM - RIO DE JANEIRO	134	35	18	4	21	21	233
RÁDIO NACIONAL DA AMAZÔNIA	17	7	3	2	127	5	161
RÁDIO NACIONAL DE BRASÍLIA - AM	19	3	4	2	15	2	45
RÁDIO NACIONAL ALTO SOLIMÕES	3	0	0	0	3	0	6
RÁDIO NACIONAL RIO DE JANEIRO	317	17	8	5	13	15	375
RÁDIO NACIONAL FM BRASÍLIA	65	16	2	1	14	14	112
Total	649	90	42	19	215	72	1087

FONTE: NAMBI - OUVIDORIA/EBC

Agência Brasil

A Ouvidoria recebeu 380 manifestações referentes à Agência Brasil. O gráfico mostra a distribuição dos tipos de manifestações e as respectivas porcentagens.

Percentual por tipos de manifestações

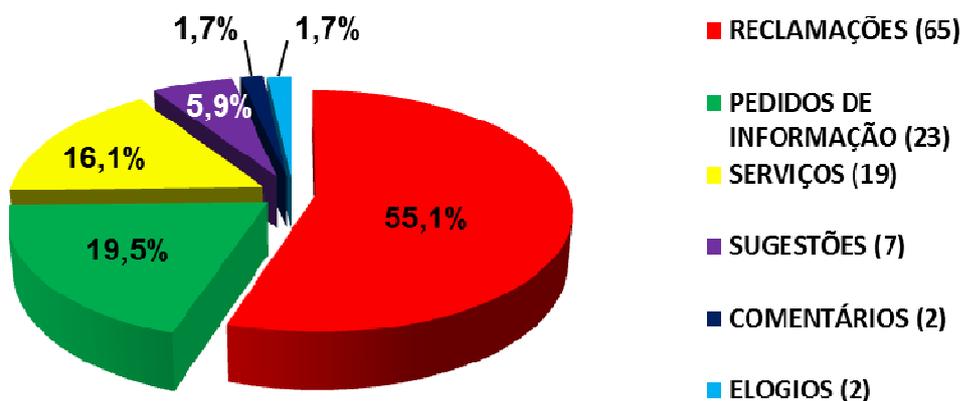


FONTE: NAMBI - OUVIDORIA/EBC

Portal EBC

A Ouvidoria recebeu 118 manifestações direcionadas ao Portal da EBC. O gráfico a seguir mostra a distribuição dos tipos de manifestações e as respectivas porcentagens.

Tipos de manifestações

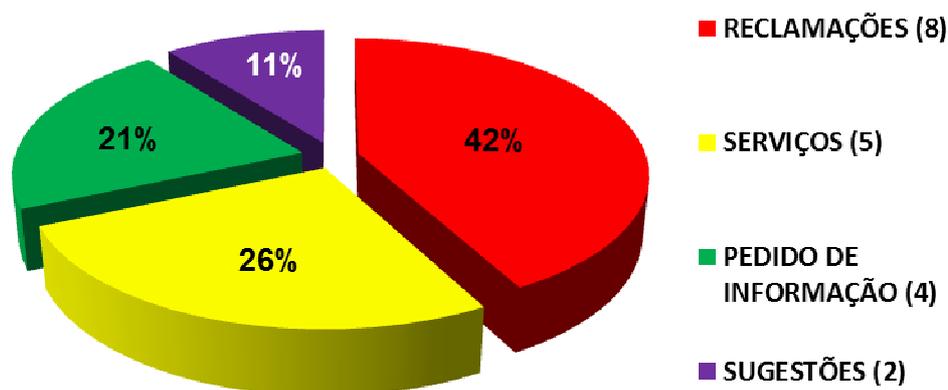


FONTE: NAMBI - OUVIDORIA/EBC

TV Brasil Internacional

A Ouvidoria recebeu 19 manifestações para a TV Brasil Internacional. O gráfico a seguir mostra a distribuição dos tipos de manifestações e as respectivas porcentagens.

Tipos de manifestações

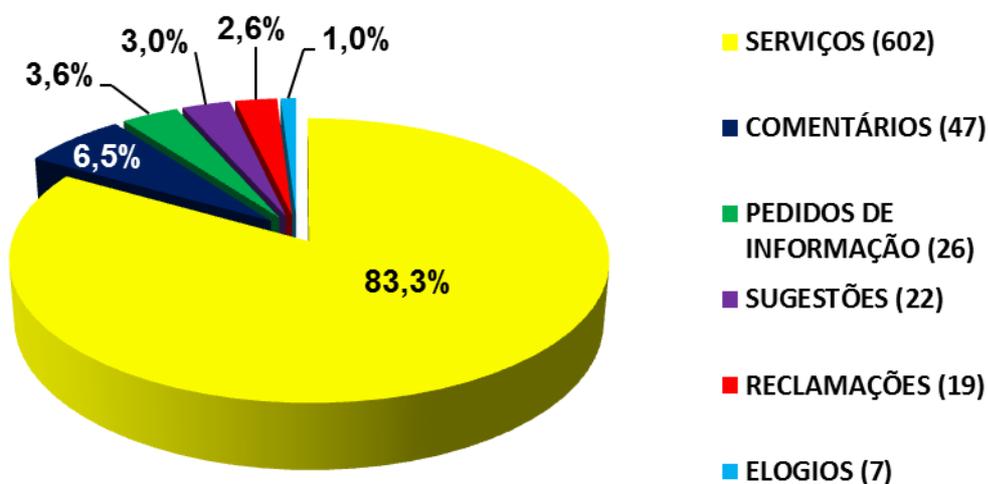


FONTE: NAMBI - OUVIDORIA/EBC

Empresa Brasil de Comunicação – EBC

A Ouvidoria recebeu, em dezembro, 723 manifestações referentes à Empresa Brasil de Comunicação – EBC. O gráfico mostra a distribuição dos tipos de manifestações e as respectivas porcentagens.

Tipos de manifestações



FONTE: NAMBI - OUVIDORIA/EBC

Mapeamento da opinião do público

TV Brasil

Reclamações

Em 2016 a TV Brasil recebeu 834 reclamações. Foram 286 (44%) sobre o sinal, 130 (20%) mudanças na programação e 83 (12%) sobre o jornalismo da TV Brasil.

Reclamações – TV Brasil	Total
Problema com sinal	286
Reclamação de mudança na programação ou não veiculação sem aviso-prévio	130
Reclamação sobre o jornalismo	83
Reclamação sobre a mudança da apresentadora do <i>Sem Censura</i>	34
Reclamação sobre problemas no <i>site</i> (WebTV e páginas de programas)	36
Reclamação sobre transmissão de jogos de futebol	32
Reclamação sobre o <i>Repórter Brasil</i>	23
Reclamação sobre as paralimpíadas	18
Reclamação sobre Retransmissoras da TV Brasil	12
Reclamação sobre mudanças na <i>Santa Missa</i>	10
Reclamação sobre o <i>Desfile das Escolas de Samba</i>	9
Reclamação sobre a retirada de programa da grade	8
Reclamação sobre o <i>Palavras Cruzadas</i>	7
Reclamação sobre interrupção na transmissão do último capítulo de <i>Rossela</i>	7
Reclamação sobre o <i>Sem Censura</i>	6
Reclamação de excesso de reprises	6
Reclamação sobre a programação da TV Brasil	6
Reclamação sobre a não transmissão de jogos das paralimpíadas	5
Reclamação sobre o <i>Estação Plural</i>	5
Reclamação sobre a cobertura da TV Brasil	5
Reclamação sobre TV à Cabo	4
Reclamação sobre o <i>Observatório da Imprensa</i>	3
Reclamação sobre a programação infantil	3
Reclamação sobre a cobertura das manifestações	3

Tabela continua na próxima página...

Reclamação da saída de <i>Os Cupins</i> da programação	2
Reclamação da falta de estudiosos e convidados negros na TV	2
Reclamação sobre o <i>Fique Ligado</i>	2
Reclamação sobre o <i>Futurando</i>	2
Reclamação sobre o <i>Soy Loco por ti Cinema</i>	1
Reclamação sobre possível saída da <i>Santa Missa dominical</i>	1
Reclamação sobre o <i>No Mundo da Bola</i>	1
Reclamação sobre o <i>Teco-Teco</i>	1
Reclamação sobre o <i>Arte do Artista</i>	1
Reclamação sobre <i>Caminhos da Reportagem</i>	1
Reclamação sobre o <i>Espaço Público</i>	1
Reclamação sobre o <i>Festival Mazzaropi</i>	1
Reclamação de mudanças no <i>Alto Falante</i>	1
Reclamação sobre o <i>Stadium</i>	1
Dificuldade para mandar comentário para programação ao vivo	1
Observatório da Imprensa não mencionou os 95 anos da Folha de SP	1
Corte na transmissão do final do filme <i>Poliana</i>	1
Reclamação sobre conteúdo inadequado para a faixa etária do horário	1
Reclamação sobre filme exibido	1
Reclamação sobre o fim da transmissão de <i>Windeck</i>	1
Reclamação sobre repetição de matérias nos programas da TV Brasil	1
Reclamação sobre o uso da palavra paralímpica	1
Reclamação de cortes na transmissão da <i>Santa Missa</i>	1
Reclamação sobre erro nas chamadas do <i>Nossa Língua</i>	1
Reclamação sobre omissão de notícias	1
Reclamação sobre a canopla dos microfones	1
Reclamação sobre possível fim do <i>Estação Plural</i>	1
Outros	62
Total	834

Elogios

A TV Brasil recebeu 359 elogios. Foram 82 (23%) elogios à programação, 51 (14%) à transmissão das Paralimpíadas e 41 (11,5%) para a transmissão do desfile das Escolas de Samba. O programa mais elogiado foi o *Estação Plural*, com 20 elogios (5,5%).

Elogios – TV Brasil	Total
Elogio à programação da TV Brasil	82
Elogio à transmissão das Paralimpíadas	51
Elogio à transmissão do desfile das escolas de samba	41
Elogio ao jornalismo	20
Elogio ao <i>Estação Plural</i>	19
Elogio às transmissões de jogos	17
Elogio ao <i>Repórter Brasil</i>	15
Elogio ao <i>Sem Censura</i>	8
Elogio às transmissões dos desfiles de 7 de setembro	8
Elogio ao <i>Caminhos da Reportagem</i>	7
Elogio ao <i>Palavras Cruzadas</i>	6
Elogio ao <i>Retratos de Fé</i>	5
Elogio ao <i>Arte do Artista</i>	5
Elogio ao <i>Samba na Gamboa</i>	5
Elogio ao <i>Espaço Público</i>	5
Elogio à cobertura das manifestações em defesa da Democracia	5
Elogio ao <i>Fique Ligado</i>	4
Elogio à programação infantil	4
Elogio ao <i>Ver TV</i>	4
Elogio à cobertura do <i>impeachment</i>	4
Elogio ao <i>Programa Especial</i>	3
Elogio à <i>Windeck</i>	3
Elogio ao Especial – <i>impeachment</i> e a luta pela democracia	3
Elogio à acessibilidade em LIBRAS nos jogos paralímpicos	3
Elogio à entrevista com Dilma	3
Elogio ao <i>Festival Mazzaropi</i>	3
Elogio às alterações na grade de horário da TV Brasil	2
Elogio ao <i>Diálogo Brasil</i>	2
Elogio às alterações de horário do <i>Sem Censura</i>	2

Tabela continua na próxima página...

Elogio ao sinal da TV Brasil	2
Elogio ao <i>Espaço Público</i>	1
Elogio ao <i>Matriarca da Savana</i>	1
Elogio ao programa <i>Meu Lugar</i>	1
Elogio ao <i>Expedições</i>	1
Elogio ao <i>Brasília.org</i>	1
Elogio ao programa <i>A Jornada da Vida</i>	1
Elogio ao <i>Histórias das Canções</i>	1
Elogio ao <i>Partituras</i>	1
Elogio ao Alberto Dines	1
Elogio ao <i>Repórter Rio</i>	1
Elogio ao <i>A TV que se faz no mundo</i>	1
Elogio à postagem de programas no site	1
Elogio ao <i>O Tempo entre Costuras</i>	1
Elogio pelo retorno do programa <i>Café Filosófico</i>	1
Elogio ao <i>Visual</i>	1
Elogio ao <i>Bom para todos</i>	1
Elogio ao <i>Cine Nacional</i>	1
Elogio à troca de apresentadora do <i>Sem Censura</i>	1
Total	359

Sugestões

Em 2016 a TV Brasil recebeu 405 sugestões. Dentre estas, 153 foram sugestões de pauta (38%) e 89 sugestões de alteração de horários de programas (22%).

Sugestões – TV Brasil	Total
Sugestões de pauta a programas	153
Sugestão de alteração de horários de programas	89
Sugestão de retorno de programas	27
Sugestão de novos programas	27
Sugestão à programação Esportiva	11
Sugestão ao Estação Plural	10
Sugestões ao o Sem Censura	8
Sugestão de filme	6

Tabela continua na próxima página...

Sugestão para o <i>Palavras Cruzadas</i>	6
Sugestão à transmissão da paralimpíadas	6
Sugestão ao site da TV Brasil	3
Sugestão de novos formatos e estilo de programação	3
Sugestões de mais investimentos em programação esportiva	2
Sugestão à programação infantil	2
Sugestão de reprise do especial Maria Bethânia	1
Sugestão sobre retransmissão da TV Brasil	1
Sugestão de criação de página do programa <i>Fique Ligado</i>	1
Sugestão ao <i>ABZ do Zivaldo</i>	1
Sugestão ao <i>Ver TV</i>	1
Sugestão de programa com legenda para atender deficiente auditivo	1
Sugestão de não transmissão de programas de cunho religioso	1
Sugestão de quadro sobre previsão do Tempo	1
Sugestão de pauta ao <i>Retratos de Fé</i>	1
Sugestão ao <i>Caminhos da Reportagem</i>	1
Sugestão ao <i>Espaço Público</i>	1
Sugestão ao programa <i>Nos corredores do poder</i>	1
Sugestão ao <i>Jornal Visual</i>	1
Sugestão para o <i>Fique Ligado</i>	1
Sugestão mais divulgação da TV Brasil	1
Sugestão ao <i>Ciência em Ação</i>	1
Outros	36
Total	405

Agência Brasil

Reclamações

Em 2016 a Agência Brasil recebeu 169 reclamações. A maior parte foi sobre erro de informação em matérias (60%).

Reclamações – Agência Brasil	Total
Reclamação de erro de informação em matéria	101
Reclamação de matéria tendenciosa	19
Reclamação de falta de informação em matéria	16
Reclamação de erro ortográfico em matéria	6
Reclamação sobre conteúdo de matéria	5
Reclamação de retirada de matéria do site da Agência Brasil	3
Reclamação de falta de crédito em imagem	3
Reclamação sobre alteração em matéria	3
Reclamação da dificuldade em fazer <i>download</i> de imagens	2
Reclamação sobre o site	2
Reclamação de erro em título de matéria	1
Reclamação de censura em matéria	1
Reclamação de falta de matérias sobre tema atual	1
Outros	6
Total	169

Elogios

No total, foram 22 elogios recebidos pela Agência Brasil. Destes, 16 foram elogios à matérias (73%).

Elogios – Agência Brasil	Total
Elogio a matéria	16
Elogio a Agência Brasil	5
Elogio ao jornalismo	1
Total	22

Sugestão

Em 2016 a Agência Brasil recebeu 19 sugestões. Foram 10 sugestões de pauta (52%).

Sugestões – Agência Brasil	Total
Sugestão de pauta	10
Sugestões de alteração em matéria	3
Sugestão de leitura de um artigo sobre o Zika vírus	1
Sugestão de ampliação da cobertura jornalística	1
Sugestão de aplicativo	1
Sugestão para o <i>site</i>	1
Sugestão sobre incluir link ao noticiar novas leis	1
Sugestão sobre o uso da sigla Sida no lugar de Aids	1
Total	19

Portal da EBC

Reclamações

O Portal da EBC recebeu 65 reclamações em 2016. Destas, 38 tratavam de problemas (58%).

Reclamação – Portal EBC	Total
Reclamação sobre o <i>site</i>	38
Reclamação de erro de informação em matéria	15
Reclamação de questão do ENEM com gabarito incorreto	2
Reclamação sobre problemas em fazer <i>download</i> de material	2
Reclamação de erros no quadro de medalhas	2
Reclamação de falta de espaço para comentários	1
Reclamação de matéria tendenciosa	1
Reclamação de omissão de informação	1
Reclamação de violação de direitos autorais	1
Outros	2
Total	65

Elogios

O Portal recebeu 2 elogios em 2016, conforme o quadro.

Elogios – Portal EBC	Total
Elogio às <i>Questões do ENEM</i>	1
Elogio à cobertura das Olimpíadas	1
Total	2

Sugestões

Em 2016 o Portal recebeu 7 sugestões.

Sugestões – Portal	Total
Sugestões ao Portal da EBC	3
Sugestões às <i>Questões do ENEM</i>	2
Pedido de substituição da foto da ex-apresentadora do <i>Papo de Mãe</i>	1
Sugestão de inclusão de campo de comentários	1
Total	7

Emissoras de Rádios

Reclamações

As emissoras de rádios receberam 649 reclamações em 2016. A maior parte, 246 (38%) foi sobre a saída do *O Amigo da Madrugada* da grade. Recebemos 121 reclamações sobre problemas com sinal (18,5%).

Reclamações – Rádios	Total
Reclamação sobre o fim do <i>O Amigo da Madrugada</i>	246
Reclamação de sinal	121
Reclamação sobre o fim do <i>No Tabuleiro do Brasil</i>	51
Reclamação sobre o fim do <i>Ecos da Terra</i>	45
Reclamação sobre o fim de <i>Café Nacional</i>	34
Reclamação sobre o site das Rádios	18
Reclamação sobre o <i>Nacional Brasil</i>	12
Reclamação sobre problemas com áudio no <i>streamming</i> do site	12
Reclamação sobre o fim do <i>Estação Brincadeira</i>	9
Reclamação sobre o fim do programa <i>Sala de Música</i>	7

Tabela continua na próxima página...

Reclamação sobre o fim do <i>ZoaSom</i>	7
Reclamação sobre o bloqueio do aplicativo	7
Reclamação sobre a programação da MEC FM	6
Reclamação de informação errada em matéria	5
Reclamação de matéria tendenciosa	4
Reclamação sobre interferência na frequência	4
Reclamação pela falta de informação sobre autores	4
Reclamação de mudança na programação ou não veiculação sem aviso-prévio	3
Reclamação sobre horário de programa	2
Reclamação sobre o Festival de Música	2
Reclamação sobre interrupção da transmissão da MEC FM pela web	2
Reclamação sobre a não transmissão ao vivo do show de encerramento do <i>Festival de Música</i>	2
Reclamação de propagando política na programação	2
Reclamação de problemas com o áudio	2
Reclamação sobre comentários preconceituosos	2
Reclamação de excessiva repetição da programação musical na Nacional FM	2
Reclamação sobre programação da Nacional FM Brasília	1
Reclamação sobre a programação da Nacional do Rio de Janeiro	1
Reclamação sobre a locução rápida dos nomes das músicas na MEC FM	1
Reclamação sobre o fim da Jornada Esportiva na 4ª feira na Nacional da Amazônia	1
Reclamação sobre programa <i>Madrugada Nacional</i> , da Nacional AM de Brasília, ser gravado nas férias do apresentador oficial	1
Reclamação de ausência da MEC FM no TuneIn	1
Reclamação sobre o jornalismo da MEC FM	1
Reclamação sobre o <i>Alô Daisy</i>	1
Reclamação de excesso de reprises	1
Reclamação sobre Tema Livre	1
Reclamação por haver poucas vozes femininas na MEC FM	1
Reclamação sobre mudanças no <i>Bate Papo Nacional</i>	1
Reclamação sobre matéria	1
Reclamação de erro de informação no programa <i>Áurea Música</i>	1
Reclamação sobre a falta sonoras sobre a previsão do tempo da região Nordeste	1
Reclamação sobre falta de locutor na MEC FM a partir das 16 horas	1
Reclamação sobre apresentador da Rádio Nacional AM	1
Outros	21
Total	649

Elogios

Em 2016 as rádios da EBC receberam 90 elogios. Foram 23 (25%) à Rádio MEC FM.

Elogios – Rádios	Total
Elogio à MEC FM	23
Elogio às Rádios EBC	11
Elogio ao Nacional Brasil	7
Elogio à Nacional da Amazônia	5
Elogio ao <i>Café Nacional</i>	2
Elogio ao <i>A Noite do Meu Bem</i>	2
Elogio à Nacional do Rio de Janeiro	2
Elogio ao sinal da MEC FM	2
Elogio à Nacional de Brasília	2
Elogio à MEC AM	2
Elogio ao <i>Todas as Vozes</i>	2
Elogio ao <i>Tabuleiro do Brasil</i>	2
Elogio ao <i>Bate Papo Ponto Com</i>	2
Elogio ao <i>O Amigo da Madrugada</i>	2
Elogio ao <i>Estação Brincadeira</i>	1
Elogio à Nacional da Amazônia	1
Elogio à cobertura de Carnaval na Rádio MEC AM	1
Elogio ao <i>Bate Papo Ponto Com</i>	1
Elogio ao <i>Um Século de Samba</i>	1
Elogio à transmissão ao vivo da Orquestra Sinfônica Brasileira do Teatro Municipal MEC FM	1
Elogio a matéria	1
Elogio à Nacional FM	1
Elogio ao <i>Memória Musical</i>	1
Elogio ao <i>Bate Papo Nacional</i>	1
Elogio ao <i>Todos os Ramais</i>	1
Elogio ao <i>Época de Ouro</i>	1
Elogio ao <i>ZoaSom</i>	1
Elogio à programação esportiva	1

Tabela continua na próxima página...

Elogio à matéria da Radioagência	1
Elogio ao <i>Madrugada Nacional</i>	1
Elogio à programação da MEC AM, FM e Rádio Nacional	1
Elogio ao programa <i>Grandes Clássicos</i>	1
Elogio ao programa <i>Estação Plural</i>	1
Elogio ao programa <i>Concerto MEC</i>	1
Elogio ao <i>Ritmo da Notícia</i>	1
Elogio ao <i>Festival de Música</i>	1
Elogio ao <i>Violões em Foco</i>	1
Elogio ao <i>Partituras</i>	1
Total	90

Sugestões

As emissoras de rádio receberam 42 sugestões, conforme quadro abaixo.

Sugestões – Rádios	Total
Sugestão de pauta	8
Sugestões à MEC FM	7
Sugestão de mudança de horário de programas	4
Sugestão à MEC AM	4
Sugestão de programas e reprises	3
Sugestão à Nacional da Amazônia	2
Sugestão à Nacional do RJ	2
Sugestão à programação musical	2
Sugestão sobre atualização no site das rádios da EBC	1
Sugestão de retorno do <i>Bate Papo Nacional</i> com locutor ao vivo	1
Sugestão ao <i>Época de Ouro</i>	1
Sugestões à Nacional do Rio de Janeiro	1
Sugestão de participação nas gravações em homenagem aos 80 anos da Rádio Nacional do Rio de Janeiro	1
Sugestão de mais espaço ao estilo musical do reggae na MEC FM	1
Outros	4
Total	42

Análise de conteúdo por veículo

TV Brasil

Os resumos apresentados nesta seção são baseados nas edições do Boletim da Ouvidoria, publicação semanal de análise de conteúdos de todos os veículos, encaminhada exclusivamente à Diretoria Executiva, seus assessores e gerentes autorizados. O conteúdo dos Boletins é a base para a elaboração dos relatórios mensais de Ouvidoria. O trabalho de análise é feito por amostragem, destacando problemas recorrentes ou pontuais, objetivando contribuir para a qualidade do serviço prestado. Ao longo de 2016, foram publicadas 83 análises referentes à TV Brasil.

JANEIRO

Os problemas técnicos são praticamente os campeões de reclamação na TV Brasil. São cortes inusitados na programação deixando o telespectador perdido. Como por exemplo, no *Repórter Brasil Noite* do dia 16/01, que foi cortado e não teve o encerramento. Houve ainda outro problema técnico nesse mesmo dia durante a exibição do quadro *Outro Olhar*. De maneira inesperada, a tela ficou escura e começou um filme, o *Centro de Gravidade*. Como se não bastasse, nessa mesma noite, o programa *Observatório da Imprensa* entrevistaria a historiadora Anita Leocádia Prestes, filha do líder comunista Luís Carlos Prestes. Porém, a edição do *Observatório* foi substituída pela reprise da entrevista com o cientista social Néstor García Canclini. A exibição de matérias promocionais em programas esportivos e jornalísticos também foram relatadas pela Ouvidoria, assim como a quebra de uma regra básica no jornalismo: ouvir os dois lados da questão. Outro tema que se estendeu ao longo do ano foi a disputa judicial entre os programas religiosos e a TV Brasil, constatando que grande parcela da população não tem a noção exata do que seja a emissora pública, sua missão e princípios norteadores.

FEVEREIRO

A abordagem oficialista de algumas matérias vem sendo tema de alguns boletins da Ouvidoria. Um exemplo disso foram os boletins ao vivo exibidos ao longo da programação, do dia 13/2, quando a TV Brasil noticiou a ação do governo federal no Dia Nacional de Mobilização Contra o Zika. A cobertura se resumiu a mostrar a atuação dos ministros e de outras autoridades políticas. O programa *infantil Brichos*, exibido no dia 15/2, também foi alvo de críticas da telespectadora Miriam Tomázio (processo 439-TB-2016). Ela ficou indignada com a maneira que a comunidade evangélica foi retratada. No *Repórter Brasil Tarde*, edição de 29/2, foi exibida reportagem sobre uma pesquisa do Sebrae sobre a maioria dos empreendedores no Brasil que é constituída de negros e o faturamento deles é menor do que dos empreendedores brancos. E a TV Brasil realizou uma ampla cobertura da maior festa popular do Brasil, o Carnaval. A transmissão começou na quinta-feira, dia 4, com os shows em Salvador, na Bahia. A emissora também exibiu os desfiles do grupo de acesso de São Pau-

lo, Rio de Janeiro e, na semana seguinte, o Desfile das Campeãs. Outro programa elogiado pela Ouvidoria é o *Visual*. No período de 15 a 19 de fevereiro trouxe reportagens sobre a inclusão do surdo, apesar de faltar reportagens com temáticas próprias ao cotidiano dos surdos, como informações sobre políticas públicas de acessibilidade, eventos culturais etc.

MARÇO

No *Repórter Brasil* do dia 13/3, a Ouvidoria concordou com a reclamação de uma telespectadora sobre a interpretação de parcialidade e linha editorial indefinida no telejornal. Em outra edição do *Repórter Brasil*, do dia 16/3, onde a nomeação do ex-presidente Lula para a Casa Civil foi o destaque, percebemos a inadequação do tom e o erro da utilização do verbo “ganhar” para dizer que o ex-presidente passaria a ter foro privilegiado. A estreia do jornalístico *Palavras Cruzadas*, na TV Brasil, com a participação da ministra Carmen Lúcia trouxe temas relevantes para o país. No entanto, a entrevista foi muito longa e sem muitas interferências dos entrevistadores, fazendo com que a conversa ficasse enfadonha a partir da metade do programa. Aspectos estéticos também foram destacados pela Ouvidoria, como o cenário que colocou em primeiro plano o chão, em vez da presença do apresentador e convidados. A comentarista de política da TV Brasil, entrevistadora fixa do programa, estava apartada do conjunto, localizada ao fundo e à esquerda da cena. A cadeira usada por ela – além de desconfortável e esteticamente inadequada para os planos de câmera que a evidenciavam – era igual a dos jornalistas convidados e diferente das que eram usadas pelo apresentador e pela entrevistada. Na edição de 24/3, o programa *Caminhos da Reportagem* teve como tema as manifestações e a polarização política no país.

Manifestações dos dias 17 e 18 de março

As mobilizações dos dias 17 e 18, organizadas por movimentos que apoiam o governo, receberam uma ampla cobertura da TV Brasil. A cobertura ocorreu em boletins ao longo da programação e em matérias nas duas edições do *Repórter Brasil*.

Edição completa

No dia 17, o *Repórter Brasil Tarde* teve uma edição abrangente. Com repórter ao vivo, o telejornal mostrou as manifestações na Avenida Paulista contra a posse de Lula, os conflitos entre opositores e apoiadores do governo em frente ao Palácio do Planalto e falou ainda dos procedimentos para a instalação da comissão do *impeachment*.

Matéria equivocada

O equívoco do *Repórter Brasil* foi reprisar a matéria sobre os grampos de uma conversa entre Lula e a presidenta Dilma. A reportagem usou de maneira incorreta um trecho do despacho do juiz Sérgio Moro e distorceu uma informação, dando a entender que o magistrado não teria identificado uma “conduta inapropriada” na conversa deles.

Medida “ilegal”

Ao longo do dia, as manifestações na Paulista e as mobilizações no Senado, na Câmara e no Palácio foram pauta no boletim *Notícia Agora*. Em relação a esse noticiário, está o julgamento antecipado

da decisão do juiz Sérgio Moro de suspender o sigilo dos grampos telefônicos. O *Notícia Agora* se referiu à medida como ilegal. Até então, não havia qualquer decisão do Conselho Nacional de Justiça, do Supremo Tribunal Federal ou um entendimento definitivo de juristas se Moro agiu de maneira correta ou não.

Ato ao vivo

Durante a noite, um ato realizado na Faculdade de Direito do Largo do São Francisco reuniu juristas, professores e estudantes contra o processo de *impeachment*. A cobertura foi ao vivo, acompanhada do estúdio pelo apresentador e o comentarista. O ato, que teve grande atraso, foi mostrado na íntegra, mesmo quando o auditório ainda estava sendo preparado.

Julgamento precipitado

Da mesma forma que ocorreu no *Notícia Agora*, houve um julgamento antecipado das ações do juiz Moro. Um dos comentários foi de que “o grampo no gabinete da Presidência da República é um acinte”. Na data, especulava-se que o grampo telefônico teria sido montado na Presidência da República, porque em uma das gravações o áudio sugere a interceptação a partir do gabinete de Dilma.

Voltam problemas técnicos

No dia 18, o *Repórter Brasil Tarde* mostrou a retirada dos manifestantes contrários ao governo da Avenida Paulista. O aparente nervosismo do repórter comprometeu o texto e em alguns momentos o relato foi contraditório. Outros problemas técnicos voltaram a ocorrer nos plantões ao longo do dia.

Comentaristas espirituosos

Fragilidades também foram percebidas no próprio discurso de alguns apresentadores e comentaristas. Perguntado, por exemplo, sobre a possível participação do ex-presidente Lula no ato a favor do governo, o comentarista que estava em São Paulo afirmou: “Lula é sempre um show”. Uma afirmação que diz pouco e que denota uma informalidade de uma conversa entre amigos, em vez de uma análise política.

Fato semelhante ocorreu por volta das 18h, quando o comentarista se atrapalhou e disse “ministro Sérgio Moro”. O apresentador corrigiu: “ministro ainda não; juiz Sérgio Moro”. Essa falta de zelo também ocorreu com o comentarista de Brasília que foi surpreendido tirando uma selfie, após o noticiário mostrar a manifestação na Esplanada dos Ministérios. Algo que beira o ridículo, mas, aparentemente, ele não se importou e continuou a brincar com o celular, mesmo com a apresentadora ao lado dele lendo uma nota.

Cobertura onde a TV alcança

Às 15h e às 17h, o apresentador de Brasília se referiu à cobertura da TV Brasil como uma “cobertura completa pelo Brasil das manifestações em São Paulo, Rio de Janeiro, aqui em Brasília, e em todas as cidades do país, onde a TV Brasil alcança”. Ao observar todas as entradas ao vivo e a edição do *Repórter Brasil Noite*, é possível perceber que foram ao ar notícias de várias cidades - Belo Horizonte, Porto Alegre, Maceió, Natal e outras - mas dizer que a cobertura iria ser onde “a TV Brasil alcança” é uma promessa ao telespectador que é impossível de ser cumprida.

Cuidados com as imagens na cobertura de manifestações

Ao longo da cobertura, uma tarja aparecia na tela com a frase “ato em defesa da democracia e contra o golpe”. Esta era a forma como os manifestantes estavam chamando o movimento, mas para o telespectador, poderia significar uma tomada de posição da TV Brasil sobre todo o contexto político.

Ênfase em excesso

O apresentador de Brasília leu, de maneira inapropriada, trechos da nota do Tribunal Regional Federal que cassou a liminar que suspendeu a posse de Lula para a Casa Civil. Foi dada uma ênfase excessiva em palavras e expressões que descrevem porque a posse não poderia ter sido suspensa.

Vivo desnecessário

Durante o discurso de Lula na Paulista, a emissora mostrou as imagens da avenida e deixou o áudio aberto para o telespectador ouvir o que o ex-presidente dizia. Somente após alguns minutos no ar, as imagens passaram a mostrar Lula de longe. Antes havia apenas pessoas caminhando e bandeiras das centrais sindicais. O som também era praticamente inaudível, mas, posteriormente, ficou mais fácil de compreender.

A hierarquia do oficialismo

A Presidência da República realizou, em 22/3, o Encontro Juristas pela Legalidade e em Defesa da Democracia. Desde o início do evento, por volta das 11h30, a TV Brasil mostrou trechos dos pronunciamentos. A exibição foi na chamada do *Repórter Brasil*, durante o telejornal e, logo após, no boletim *Notícia Agora*. No entanto, o discurso mais técnico não foi exibido para o telespectador. Trata-se do pronunciamento do advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, que apontou, a partir da visão do governo, as fragilidades jurídicas do processo de *impeachment*.

Rodadas de manifestações

A TV Brasil fez uma extensa cobertura do ato contra o *impeachment* e a favor do governo, no dia 31. O assunto foi notícia na edição da tarde do *Repórter Brasil*, nos plantões ao longo do dia e na edição da noite do telejornal. Os aspectos observados foram os seguintes:

Falhas nas entradas ao vivo

Como ocorreu em outras ocasiões, a participação ao vivo de repórteres foi prejudicada, em alguns momentos, por problemas técnicos e operacionais. Durante o *Repórter Brasil Tarde*, a apresentadora chamou um jornalista que estava ao vivo da Praça da Sé, em São Paulo. Ele não sabia que estava ao vivo e ainda se aprontava para entrar no ar. Logo em seguida, a apresentadora chamou uma jornalista que estava em frente ao Palácio do Planalto, em Brasília, e o problema se repetiu. A jornalista não recebia o áudio do estúdio e conversava com a equipe técnica.

Falhas também no início da cobertura

Os plantões começaram às 14h, quando houve a interrupção de parte da programação da TV Brasil. Nos dois primeiros plantões, não havia muito o que mostrar. Os locais onde os atos iriam acontecer ainda estavam vazios ou em preparação. Em determinado momento, por exemplo, a apresentadora do Rio de Janeiro chamou o repórter dizendo que ele acompanhava a “movimentação pré-manifestação” o que deixou claro que a mobilização ainda era mínima.

Interrupção do programa Sem Censura sem aviso prévio

O *Sem Censura* entrou no ar às 17h e foi cortado para dar lugar ao plantão das manifestações, sem que o público sequer fosse informado de que o programa não continuaria. A edição do *Sem Censura* era dedicada a discutir a transexualidade e o tema estava sendo desenvolvido de modo interessante.

Além da informação

Em alguns momentos, a cobertura teve comentários que excederam a função de informar, para sugerir ao telespectador, ainda que de forma velada, a participação na mobilização. Esse agendamento da manifestação ocorreu, em especial, nos comentários repetitivos feitos pelo apresentador de Brasília sobre a participação dos trabalhadores. No primeiro comentário desse tipo, ele falou que a passeata em Brasília foi antecipada e "é possível, então, que as pessoas que começam a sair do trabalho, a partir de agora, possam ou não, de acordo com a preferência de cada um, participar da manifestação." Minutos depois, ele voltou a reafirmar: "muitas das pessoas ainda trabalham neste momento".

Comentário especulativo

Apesar da experiência e respeitabilidade dos comentaristas das bancadas de São Paulo e Brasília, em certas ocasiões as afirmações foram mais especulativas do que argumentos sólidos. Próximo do fim da cobertura das manifestações, por exemplo, um dos comentaristas, que estava no estúdio da capital paulista, afirmou que "existem suspeitas, com algumas delas documentadas, que alguns desses movimentos radicais de direita golpista são financiados por entidades estrangeiras".

Falta de isenção jornalística

Os âncoras e os comentaristas da TV Brasil assumiram em seus discursos a perspectiva de que há um golpe em curso no país. Por mais que essa seja uma opinião corrente, dos comentaristas e âncoras o público espera explicações equilibradas que os ajudem a entender como e porque fala-se em golpe. Mas o que se viu foram tomadas de posições pessoais, discursos por vezes inflamados, e total alheamento em relação ao público que eventualmente estava assistindo de casa.

Participação adequada dos repórteres

Os repórteres fizeram um trabalho adequado. O relato foi objetivo e com uma precisa descrição do que acontecia em cada local. O único ponto a ser revisto é a repetição insistente da frase "hoje a manifestação é a favor da democracia e contra o golpe", que demonstrou a incorporação da TV Brasil no discurso de polarização política do país.

ABRIL

Proselitismo político nos programas religiosos e utilização do espaço público para propaganda foram alguns dos pontos de fragilidade registrados pela Ouvidoria nesse mês. Na edição do dia 10/4, o programa *Reencontro*, que é dedicado à comunidade evangélica, exibiu uma entrevista em desacordo com a proposta de um programa religioso, ferindo também os princípios da comunicação pública. Fato semelhante também ocorreu na *Missa*, transmitida pela Rádio Nacional AM de Brasília,

onde o padre fez pregação política, em 13/3. Na edição do *Reencontro*, a conversa foi com o deputado federal Ezequiel Teixeira (PTN), que também é pastor. O *Reencontro*, mais uma vez, deixou de lado a temática religiosa para tratar sobre política. Na edição do dia 16/4, o programa, que é destinado à comunidade evangélica, fez uma entrevista com a pré-candidata à vereadora pelo Rio de Janeiro, Liliam Sá. No dia 30/4, mais uma vez o conteúdo religioso foi deixado de lado para apresentar ao telespectador um provável candidato à prefeitura de São Gonçalo, município da região metropolitana do Rio de Janeiro. A entrevista, com duração de aproximadamente oito minutos, foi com o vereador Marlos Costa (PSB). A Ouvidoria identificou mais uma matéria com tom promocional na edição do *ES Rural* do dia 15/4. Dessa vez, o programa exibiu uma reportagem que exalta a entrega de equipamentos agrícolas para os produtores rurais do estado.

Ampla cobertura da votação do impeachment

A votação da admissibilidade do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff teve uma ampla cobertura da TV Brasil. Na véspera, dia 16/4, e durante a votação, no dia 17, a emissora mostrou a mobilização nas ruas e dos partidos no Congresso. Entre os aspectos que requerem maior atenção estão a falta de pluralidade de vozes e isenção por parte das bancadas. A seguir estão os principais pontos observados pela Ouvidoria:

Desnecessária transmissão ao vivo sobre manifestações contra impeachment (16/04)

Apesar de não haver nenhuma grande mobilização nas ruas, a emissora cobriu, ao vivo, durante a manhã, um ato no acampamento dos manifestantes contra o *impeachment*, que ocorreu em Brasília. O aspecto principal do evento foi a participação do ex-presidente Lula que fez um rápido discurso com críticas a Michel Temer.

Articulação no Congresso Nacional

Durante o sábado (16/4), houve uma série de plantões ao longo da programação. Em alguns deles, uma jornalista relatou, ao vivo, como estava a movimentação de partidos dentro do Congresso. Com informações atuais, bem contextualizadas e equilibradas, a jornalista fez uma abordagem adequada dos fatos.

Informação incompleta sobre metrô de Brasília

No plantão das 15h, a apresentadora deu uma informação incompleta sobre o metrô do Distrito Federal. Ela informou apenas que o metrô não iria funcionar no domingo “por estar em greve”. Não houve explicações das razões da suposta greve ou posicionamento oficial do Governo do Distrito Federal. Segundo o jornal *Correio Braziliense*, não foi greve, mas uma paralisação por questões de segurança, em função das mobilizações contra e a favor do *impeachment*.

Perguntas pertinentes

No mesmo plantão, a apresentadora mostrou equilíbrio ao encaminhar perguntas à comentarista de política da TV Brasil. Como nesse exemplo, ela levantou as questões - que poderiam ser de muitos telespectadores - deixando à comentarista especializada as explicações: “A gente sempre vê que o discurso de quem é contra o *impeachment* é de que a democracia está sob ameaça. Já quem é da oposição diz que não é nada disso. Na realidade, a democracia está ou não sofrendo ameaça neste momento?”.

Repórter Brasil mostra os dois lados da notícia

A edição do *Repórter Brasil Noite* buscou garantir um equilíbrio na abordagem dos fatos. Desde a escalada, movimentos a favor e contra o *impeachment* mereceram destaque. O mesmo pode se dizer das reportagens.

Cuidado com expressões inadequadas

A Ouvidoria já comentou, em outras oportunidades, sobre a necessidade de se ter cuidado ao informar o nome de eventos, mobilizações e ações populares, para que não se confundam com uma tomada de posição da emissora. No plantão das 19h e durante o *Repórter Brasil*, mais uma vez, o nome de um evento apareceu como se fosse uma afirmação da emissora. O apresentador disse no plantão: "Lá no Rio de Janeiro, na Cinelândia, tem neste momento uma festa pela democracia".

O assunto era outro

Ainda sobre o *Repórter Brasil*, uma matéria foi chamada para mostrar a mobilização contra o *impeachment* em frente ao antigo prédio do Dops, no Rio de Janeiro. A reportagem não tratou desse assunto. O relato foi sobre a importância histórica do prédio e o interesse em transformá-lo em museu.

Dia 17/4 - Votação na Câmara dos Deputados

Polêmica entre entrevistado e apresentador

A TV Brasil fez uma extensa cobertura no domingo, dia da votação na Câmara dos Deputados. As imagens de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília mostraram as mobilizações de grupos contra e a favor do *impeachment*. No entanto, somente um lado foi entrevistado. Nas entradas ao vivo dos repórteres, somente manifestantes que se posicionam contra o afastamento de Dilma Rousseff tiveram direito à fala na TV Brasil. Quem estava do outro lado do muro não foi ouvido. Quando o comentarista discorda do apresentador "Eu não vejo esta mobilização, em relação ao *impeachment*, como sendo uma tentativa de eleger Michel Temer". Essa frase, que destoa completamente do discurso comum na TV Brasil, foi dita por um professor de direito na bancada, ao vivo, de São Paulo. O apresentador deveria aproveitar a deixa para explorar o assunto, mas não foi o que aconteceu.

Critérios de isenção

Logo após o comentário do convidado, outro participante da bancada de São Paulo tratou de afirmar o discurso da TV Brasil como isento. Segundo ele, um dos exemplos do reconhecimento desta isenção é que na Cinelândia, no Rio de Janeiro, clientes de bares pediram para os proprietários sintonizarem na TV Brasil para acompanhar a votação.

Faltou assunto?

Em todas as entradas ao vivo, uma jornalista de São Paulo fez questão de informar a temperatura. A impressão era de que ela não tinha o que dizer e falava do dia que estava ensolarado.

Vícios de linguagem

Nesta cobertura, ficou evidente um vício de linguagem do apresentador de São Paulo. Diversas vezes, entre frases e palavras, ele pronunciou o som "hê". Para se ter uma ideia, em apenas um minuto, ele repetiu 14 vezes esse cacete, o que empobrece a fala.

Problemas logísticos atrasam a transmissão

As imagens da Avenida Paulista, onde se concentrou um grupo a favor do *impeachment*, só começaram a ser transmitidas ao vivo por volta das 13h, cerca de duas horas após a TV Brasil iniciar os plantões. De maneira adequada, a emissora informou que precisou mudar o local onde estava o veículo com os equipamentos de transmissão.

Repercussão da votação na Câmara

Quando a votação iniciou na Câmara dos Deputados, a transmissão seguiu até o momento em que a oposição conseguiu os 342 votos, número suficiente para encaminhar a denúncia ao Senado. Ao alcançar essa quantidade, a TV Brasil fez, de modo adequado, um giro nas ruas de Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro para mostrar a repercussão.

Dia 18/4 - O dia seguinte à votação

O resultado da votação na Câmara dos Deputados foi abordado sob diversos ângulos pelo *Repórter Brasil* no dia 18/4, segunda-feira. Os votos dedicados à família, Deus e aos filhos foram um dos temas das reportagens do telejornal. Nas duas edições, a repercussão no campo político também mereceu uma cobertura que mostrou a mobilização dos partidos, do governo e da oposição.

Notícia velha como se fosse nova

Na terça-feira, dia 12/4, a Prefeitura de São Paulo suspendeu a autorização para a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) usar o painel eletrônico montado na Avenida Paulista. Segundo a decisão, as projeções só podem ter cunho cultural. No entanto, em dia de manifestações contra o governo, há exibição de imagens com viés político e ideológico. O assunto foi notícia na imprensa comercial do país - SPTV, G1, R7, entre outros. Na Agência Brasil, a matéria "Fiesp perde autorização para projeções em prédio na Avenida Paulista" foi publicada no mesmo dia às 19h17. Já no *Repórter Brasil*, a reportagem só foi ao ar no dia seguinte, quarta-feira, 13.

MAIO

Problemas técnicos, discriminação religiosa, reprodução de cenas bizarras, propaganda em emissora pública e cancelamentos de programa sem aviso prévio são temas que continuaram a ser tratados pela Ouvidoria no mês de maio. O primeiro deles ocorreu na cobertura do Dia do Trabalho. A TV Brasil fez uma cobertura especial, ao vivo, dos atos em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. No entanto, a câmera instalada no Campo de Bagatelle, local do movimento da Força Sindical, mostrava apenas imagens de grupos de pessoas caminhando de um lado para o outro. O desenho infantil *Brichos*, que representa de modo caricatural a comunidade evangélica neopentecostal, voltou a ser objeto de reclamação de telespectadora. A reprodução de um documentário da TV pública alemã Deutsche Welle, no dia 13/5, intitulado Venha Ver o Mundo, chamou a atenção da Ouvidoria pelas cenas bizarras ao expor duas meninas de uma tribo na Namíbia à grande cidade.

O programa *ES Rural*, veiculado na TV Brasil, fez uma reportagem promocional do Banco do Nordeste na edição do dia 13/5, em completo desacordo com as regras básicas do jornalismo e os princípios da comunicação pública. E, finalmente, a divulgação do áudio da conversa entre Sérgio Machado, ex-presidente da Transpetro, e o ministro do Planejamento, Romero Jucá, foi um dos assun-

tos noticiados nas duas edições do *Repórter Brasil*, no dia 23. Na escalada de ambos os telejornais já se informava a negativa de Jucá de tentar interferir na operação Lava Jato e, no período da noite, o destaque foi para a decisão dele de se licenciar do cargo. A telespectadora Cláudia Valéria Elias (Processo1614-TB-2016) enviou uma mensagem para a Ouvidoria reclamando sobre o cancelamento do show do cantor Mano Brown. A apresentação aconteceu no dia 22/5, durante a Virada Cultural em São Paulo e seria exibida pela TV Brasil

Cobertura ao vivo dos fatos políticos

A Ouvidoria analisou as coberturas, feitas pela TV Brasil, dos seguintes fatos políticos: o afastamento de Eduardo Cunha pelo STF, a votação do relatório sobre o *impeachment* do senador Antônio Anastasia (PSDB-MG), a decisão do Senado de afastar a presidente da República e a saída de Dilma Rousseff e chegada de Michel Temer ao Palácio do Planalto. Leia a seguir:

Desnecessária transmissão ao vivo

A TV Brasil transmitiu no dia 5/5 a sessão do Supremo Tribunal Federal (STF) que decidiu pela suspensão do mandato de Eduardo Cunha. O assunto já era pauta desde as primeiras horas da manhã depois que uma liminar do ministro Teori Zavascki afastou Cunha do mandato de deputado e da presidência da Câmara dos Deputados. O plantão da TV Brasil que exibiu a sessão começou bem mais cedo do que o necessário. O programa ficou no ar durante quase 40 minutos até a sessão iniciar. O tempo foi preenchido por uma análise sobre a crise política com participação de um dos comentaristas da emissora.

Falta planejamento para cobertura dos eventos

A comissão do *impeachment* do Senado votou, no dia 6/5, o relatório que recomenda a continuidade do processo contra a presidente Dilma Rousseff. A TV Brasil exibiu a sessão, em cobertura especial do Plantão *Repórter Brasil*, por volta das 10h. Como ocorreu com a sessão do STF, a transmissão começou bem antes do início dos trabalhos no Senado.

Cobertura equilibrada

A TV Brasil transmitiu na íntegra a sessão do Senado que afastou a presidente Dilma, no dia 11/5. A cobertura não se limitou apenas à exibição do que ocorria no plenário. Houve a participação de comentaristas, convidados e de repórteres ao vivo que noticiavam o que acontecia fora do Congresso. A cobertura especial começou por volta das 10h. Durante o intervalo do Senado, a TV exibiu o *Repórter Brasil Tarde*.

A cobertura da saída de Dilma e a chegada de Temer

No mesmo dia, a TV Brasil também mostrou a saída de Dilma do Palácio do Planalto e a chegada de Temer. Dilma deixou o governo no período da manhã e fez um discurso ao lado de ministros. Do lado de fora também falou aos militantes. No período da tarde, foi a vez do presidente interino Michel Temer. O *Sem Censura* estava no ar há aproximadamente quatro minutos quando foi interrompido para mostrar a cerimônia no Palácio do Planalto. O primeiro ato, que obrigou a cortar o programa, foi a posse dos novos ministros. Depois, o presidente interino fez seu primeiro pronunciamento.

JUNHO

Um dos assuntos mais recorrentes nas reclamações do público é a qualidade do sinal das emissoras da EBC. No dia 9/6, por exemplo, a TV Brasil deixou de ser transmitida para a televisão aberta no Rio de Janeiro, porque houve um desligamento da energia no local onde estão instalados os equipamentos da emissora. Na TV Brasil no Rio de Janeiro, uma situação “muito grave” que envolve câmeras dos estúdios, baterias para câmeras portáteis, ilhas de edição e parte do sistema de ar-condicionado. Em uma tabela referente ao sistema de eletricidade de Brasília, todos os indicadores mostram uma situação “urgente” ou de “necessidade de ação imediata”. Entre os apontamentos estão a infraestrutura elétrica da torre de TV digital, nobreaks sem manutenção e os geradores da sede da empresa no Venâncio 2000.

A cobertura dos acontecimentos políticos também é acompanhada atentamente pela Ouvidoria. Na edição do dia 23/6, o telejornal *Repórter Brasil Tarde* noticiou de forma precisa a prisão do ex-ministro Paulo Bernardo. Mas, na edição de 15/6 o *Repórter Brasil Noite* errou, na escalada, ao noticiar a suspensão do sigilo das delações de Sérgio Machado, ex-presidente da Transpetro. No primeiro trecho da escalada, em um texto confuso, o telejornal afirmou que ao divulgar os detalhes da delação há um acirramento na disputa política, atribuindo a responsabilidade desse embate ao Supremo Tribunal Federal. E na edição do dia 23/6, o telejornal *Repórter Brasil Tarde* noticiou de forma precisa a prisão do ex-ministro Paulo Bernardo.

Análise técnica de uma edição do *Repórter Brasil*, edição da tarde

A Ouvidoria analisou a edição de 01/06 do *Repórter Brasil Tarde*. A avaliação final é de que foi um telejornal informativo, correto do ponto de vista da informação e apresentação, mas com alguns pequenos problemas de ordem técnica que consideramos importante apontar.

Quando menos ajuda a dizer mais

Na entrada ao vivo, de Brasília, sobre o anúncio do nome para o Ministério da Transparência e da cerimônia de posse de titulares de outras estatais no Governo interino, o texto muito extenso da repórter acabou propiciando algumas derrapadas. Uma delas foi ao citar que o presidente interino se referiu aos “100 milhões de brasileiros desempregados”, quando ele, na verdade, disse “11 milhões de brasileiros desempregados”, correção que foi feita pela apresentadora ao final da reportagem. Outro equívoco foi cometido ao dizer que Temer afirmou que os gastos com educação e saúde não serão reduzidos com a PEC “que o Executivo vai enviar ao Palácio do Planalto para limitar os gastos públicos”. Ou seja, o Executivo vai enviar a si mesmo.

Onde está o começo da matéria?

Outro problema que a Ouvidoria tem percebido é que em algumas reportagens o texto da matéria não tem lide; ou melhor, deixa o lide por conta da apresentadora. O texto da apresentadora, chamado de “cabeça” no jargão profissional, oferece um resumo da informação principal que a reportagem vai trazer. Mas isso não significa que a reportagem poderá prescindir desses dados.

Seu de quem?

No quadro Linha do Tempo, uma falha na edição do áudio deixou uma frase repetir-se duas vezes. O uso de pronomes possessivos na terceira pessoa do singular e do plural, em narração de rádio e

TV, também provoca um leve incômodo na compreensão do texto, ainda mais quando são repetidos na mesma frase: “A fama meteórica também trouxe à tona seus problemas pessoais e seu lado frágil, depressivo e seus vícios.” Na televisão, soa como se o “seu”, se referisse ao telespectador.

JULHO

A edição do *Repórter Brasil Tarde*, edição de 5/7, começou sem áudio e ficou assim por mais de um minuto durante toda a escalada até depois da vinheta, com a apresentadora gesticulando como se, aparentemente, não soubesse da falha. O *Notícia Agora*, boletim informativo da TV Brasil, mostrou de forma ligeira a renúncia de Eduardo Cunha à presidência da Câmara dos Deputados, no dia 7/7. Às 15h, o noticiário informou que o deputado acabara de anunciar que iria deixar a direção da Câmara e mostrou rapidamente um trecho da coletiva em que Cunha fez o anúncio. Com a renúncia de Eduardo Cunha ao cargo de presidente da Câmara dos Deputados, uma nova eleição foi realizada no dia 13/7. Apesar de fragilidades pontuais da cobertura, as informações foram claras e bem explicativas sobre o que ocorreu dentro do plenário.

AGOSTO

O telejornal *Repórter Brasil*, edição das 13h de segunda-feira, 22/8, fez no geral uma boa cobertura do último dia da Olimpíada do Rio de Janeiro. O jornal mudou de horário, mas ainda apresentou problemas. Por exemplo, o telão do estúdio continua posicionado atrás da apresentadora. Sempre que tem que dialogar com um repórter, é obrigada a ficar de costas para o telespectador. Logo no início do primeiro bloco, a apresentadora diz que o momento é de fazer um balanço da organização, do legado para a cidade e da participação dos atletas brasileiros. Criou-se, portanto a expectativa de que a coletiva seria exibida, ao vivo, no telejornal. No entanto, o repórter que estava no local ao final da passagem chamou um outro e não se falou mais no assunto. Nem para dizer que a entrevista não entrou porque estava atrasada e que entraria no *Repórter Brasil* da noite.

Cobertura do *impeachment*

Os trabalhos, no último dia do julgamento do *impeachment*, no Senado, estavam previstos para começar às 11h. A TV Brasil, que transmitia a cobertura como um programa especial “*Impeachment – decisão*”, fez a primeira entrada pontualmente às 11h, quando a sessão ainda não havia começado. A apresentadora descreveu a cena que estava ao vivo no telão. A repórter fez um amplo retrospecto do assunto, com muita segurança. Na volta ao estúdio, a apresentadora repete basicamente o que já havia dito anteriormente.

Fotos diferentes do presidente Temer chamam a atenção

A sessão no Senado recomeçou e a transmissão seguiu até que, por volta das 13h, foi interrompida bruscamente com a entrada de um anúncio institucional, seguindo-se o horário gratuito eleitoral, sem que a apresentadora se referisse àquela interrupção. Depois disso a sessão voltou a ser transmitida, sem interrupção, até que a sentença de condenação da presidente Dilma Rousseff fosse proferida. Pouco depois das 16h, em nova entrada do programa, o telão de onde estavam sendo trans-

mitidos os acontecimentos no Senado mostrava uma imagem em que, ao fundo, em plano menor, Michel Temer aparecia sério, com a imagem dele em close e primeiro plano, sorrindo.

Imagens externas

Quando as imagens externas foram mostradas, a transmissão permaneceu durante longo tempo acompanhando o tumulto no caminho percorrido por Temer, até chegar ao plenário, com narração da apresentadora, que já não tinha mais o que dizer para sustentar a imagem repetitiva; mesmo assim ela conseguiu ser criativa.

Posse de Temer

A condução da apresentadora foi segura, chamando o repórter que, ao vivo, também apresentou informações relevantes com segurança. A rápida posse foi transmitida na íntegra, tendo depois a entrada do repórter, que deu informações sobre a viagem de Michel Temer e a saída de Dilma Rousseff da residência oficial. Outro aspecto que denota falta de cuidado e improviso foi o enquadramento do cenário do *Repórter Brasil* de onde foram feitas as entrevistas com os convidados. A logo *Repórter Brasil* aparecia parcialmente, por baixo da bancada, no chão, como se estivesse perdida embaixo da mesa.

SETEMBRO

Em 12/9, dia do julgamento do deputado afastado Eduardo Cunha, o *Repórter Brasil Tarde*, entrou ao vivo com as informações, diretamente da Câmara dos Deputados. A repórter deu informações importantes sobre como seria a sessão, mas fala com grande rapidez, o que dificulta o acompanhamento do seu raciocínio, até por quem domina o assunto. Ela informa que terão 25 minutos para expor seus argumentos o advogado de defesa, o próprio Eduardo Cunha e também o relator. Só que faltou um detalhe: 25 minutos no total das falas ou para cada um? Sem dúvida, na segunda-feira, 12/9, este assunto dominou as atenções mesmo de quem não é habitualmente ligado no noticiário político.

O *Repórter Brasil Noite* abriu, na escalada, com a Paralimpíada. E a falta de planejamento ficou evidente na cobertura da cerimônia de encerramento da Paralimpíada Rio 2016. Da mesma maneira aconteceu com o encerramento dos Jogos Paralímpicos, no domingo, dia 18/9, que foi transmitido na íntegra pela TV Brasil, colocando no ar as imagens e áudios gerados por essa empresa, e inserindo os comentários e explicações de três âncoras. Os apresentadores da TV Brasil falaram sobre as imagens da Paralimpíada que mais tinham marcado cada um deles. Televisão é imagem, falava-se sobre imagens e, no entanto, elas não foram mostradas. Se tivesse havido planejamento, as imagens escolhidas poderiam ter sido editadas para serem exibidas no momento em que se referiam a elas.

OUTUBRO

Apesar do esforço para trazer todas as informações aos telespectadores, alguns pontos que precisam ser melhorados merecem atenção. Logo no início da manhã (8h), o primeiro boletim chamou o público para acompanhar o dia de votação em todo o país, informando que, de hora em hora, haveria flashes sobre as eleições municipais e que a TV Brasil exibiria os resultados logo após o término

da apuração das urnas, às seis horas da tarde, o que não ocorreu. Na edição do *Repórter Brasil Tarde*, do dia 13 de outubro, um corte brusco prejudicou a entrevista com uma veterinária, na reportagem sobre a discussão entre as autoridades e ambientalistas a respeito da superpopulação das capivaras na Lagoa da Pampulha, em Belo Horizonte (MG). Foram seis segundos. A transmissão voltou para o estúdio e a apresentadora deu sequência ao telejornal.

A interrupção por color bar aconteceu novamente na matéria seguinte, sobre o desabamento do quiosque em Copacabana, no Rio de Janeiro. No momento em que a repórter narrava detalhes do local onde ocorreu o acidente, houve o corte, com o aparecimento das barras coloridas - desta vez por um tempo mais longo. O telejornal encerrou exatamente nesse ponto, com o problema técnico, sem voltar para a despedida da apresentadora no estúdio. Não houve sequer o rotativo de encerramento ou assinatura da TV Brasil. Em seguida, na chamada do programa *Stadium*, voltou a ocorrer a interrupção por color bar.

NOVEMBRO

A tragédia de Mariana, que completou um ano no sábado (5/11), teve uma ampla cobertura da TV Brasil. Nos telejornais *Repórter Brasil* da tarde e da noite, de 2 a 5/11, foram transmitidas quatro matérias especiais sobre o assunto, mas só as duas primeiras foram anunciadas como parte dessa cobertura especial. As outras duas, que foram veiculadas nos dias 4/11 e 5/11, não receberam o mesmo tratamento, nem na chamada (quando os apresentadores destacam as principais matérias do telejornal), nem na cabeça da matéria (quando o apresentador chama para o vídeo da reportagem). Essa falta de ligação entre as matérias acabou prejudicando a exibição da terceira reportagem da série.

A Ouvidoria analisou as edições do dia 18/11 dos telejornais *Repórter Brasil Tarde* e *Repórter Brasil Noite*. Os assuntos deste dia foram os desdobramentos da prisão de dois ex-governadores do Estado do Rio de Janeiro, na quarta-feira (16/11). Sérgio Cabral, suspeito de cobrar propinas milionárias para fechar contratos públicos, e Anthony Garotinho, suspeito de compra de votos nas últimas eleições.

E Marcelo Calero pediu demissão do cargo de ministro da Cultura no dia 18, sexta-feira, alegando razões pessoais. No sábado, em entrevista ao jornal Folha de S.Paulo, ele afirmou que o ministro da secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima, o pressionou a intervir junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para liberar a construção de um edifício de alto padrão em Salvador, onde ele adquiriu um imóvel. E cinco dias depois (23/11) Calero também deu um depoimento na Polícia Federal do Rio de Janeiro sobre o caso.

E, finalmente, a Ouvidoria analisou a edição do programa *Nos Corredores do Poder* que foi ao ar no dia 29 de novembro de 2016, na TV Brasil. O programa, de meia hora, não deu o devido espaço aos temas importantes daquele dia. Somente a tragédia de Chapecó (SC) recebeu ampla cobertura. Outros temas de interesse público foram deixados em segundo plano: as manifestações em frente ao Congresso Nacional contra a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que impõe limites para gastos públicos; a votação da medida provisória que prevê a reforma do Ensino Médio, e a votação das medidas contra a corrupção.

DEZEMBRO

A Ouvidoria analisou também a edição do jornal *Repórter Brasil Noite*, do dia 10 de dezembro de 2016, dois dias depois da divulgação da delação premiada do ex-diretor da Odebrecht, Cláudio Melo Filho. Logo na abertura do jornal, na escalada, o tema foi tratado como se já houvesse sido exibido nos telejornais da TV Brasil, tornando a notícia dependente de os telespectadores já terem tomado conhecimento do assunto em outros telejornais.

O *Repórter Brasil Tarde* sofre uma interrupção no final de semana, voltando apenas na segunda-feira, quando os principais fatos ocorridos após a edição de sexta já tiveram desdobramentos, tratados como suíte nos demais informativos. Na segunda-feira (12/12), o assunto que dominou o final de semana ainda era notícia: o vazamento da pré-delação do ex-executivo da Odebrecht, Cláudio Melo Filho, que o jornal Folha de S. Paulo divulgou em primeira mão no final da tarde de sexta-feira. O *Repórter Brasil Tarde* entrou no assunto pela repercussão – ou seja, repercussão do fato que não noticiou.

Agência Brasil e Portal EBC

Os resumos apresentados nesta seção são baseados nas edições do Boletim da Ouvidoria, publicação semanal de análise de conteúdos de todos os veículos, encaminhada exclusivamente à Diretoria Executiva, seus assessores e gerentes autorizados. O conteúdo dos Boletins é a base para a elaboração dos relatórios mensais de Ouvidoria. O trabalho de análise é feito por amostragem, destacando problemas recorrentes ou pontuais, objetivando contribuir para a qualidade do serviço prestado. Ao longo de 2016, foram publicadas 96 análises referentes à Agência Brasil de Portal EBC.

JANEIRO

Merchandising ou publicidade implícita

A publicidade implícita de produtos e serviços é um problema recorrente, ocorrendo com mais frequência nas rádios e em algumas produções da TV Brasil. Embora esses casos raramente ocorram na Agência Brasil, em 29/12 foi publicada uma matéria que se assemelha a uma peça de publicidade do comércio varejista. Em um tom publicitário, o texto “Rio de Janeiro comemora chegada do ano olímpico” afirma no lide que “o Comitê Rio 2016 anunciou hoje (29) o lançamento de camisetas que poderão ser usadas no réveillon deste ano com estampas em comemoração ao ano olímpico”. No corpo da matéria, os leitores são informados onde podem adquirir as camisetas, os modelos disponíveis e o preço: “as camisetas estão disponíveis em vários tamanhos, nas versões masculina e feminina, e podem ser encontradas nas Lojas Dimona, no Saara, maior comércio popular do centro do Rio de Janeiro, e também na Barra da Tijuca, zona oeste. Nas camisetas está impressa a frase “Feliz Rio 2016” em letras douradas, representando os Jogos Olímpicos, e em letras prateadas, numa referência aos Jogos Paralímpicos. O custo informado por peça é R\$ 29,90”.

Falta de atenção e de contextualização

“O antigo edifício Andorinha teve seus 12 andares destruído por um incêndio em 1986, matando 21 pessoas”. Este foi o desconectado parágrafo final de uma matéria publicada pela Agência Brasil na quarta-feira (6/1). O tema da reportagem foi a rescisão de contratos entre a Petrobras e os donos de prédios onde a empresa aluga espaços na capital fluminense. Os nomes de sete prédios foram citados: em dois a rescisão estava sendo negociada; cinco foram devolvidos em 2014. O edifício Andorinha não figurou entre os nomes citados. No entanto, existe um dado que sequer foi referido na reportagem, mas que justificaria a menção. É que um dos prédios citados, a Torre Almirante, que é um dos dois para os quais a rescisão estava sendo negociada, foi construído no mesmo local do antigo edifício Andorinha.

Dificuldade em reportar economia

Em 15/1, a então presidente Dilma Rousseff concedeu uma entrevista coletiva e a Agência Brasil publicou sete matérias sobre os assuntos que foram tratados nesta entrevista. Uma delas teve como foco a avaliação da presidente sobre a situação da Petrobras, diante do baixo preço do petróleo no mercado internacional, sem a perspectiva de alta no curto prazo. A reportagem optou por uma combinação de paráfrases e citações para resumir as declarações de Dilma. Na preparação dessa síntese, alguns equívocos foram cometidos, todos relacionados aos comentários feitos pela presidente sobre o papel do câmbio neste cenário. À primeira vista, os leitores poderiam até imaginar que o problema estivesse em suas próprias deficiências na compreensão da economia ou dos termos de “economês” empregados no discurso. Mas uma comparação com a transcrição da entrevista, disponível no Portal Planalto, revelou que as dificuldades se originam na própria reportagem. Acompanhar com precisão o fio dos argumentos apresentados é pré-condição para sintetizá-los corretamente. Quando isto não ocorre, o resultado é um quebra-cabeça montado com peças fora do lugar.

FEVEREIRO

Preferência pela repercussão em detrimento do fato

Abordar os fatos pela repercussão, junto a fontes oficiais, tem sido um problema recorrente na Agência Brasil e também nos títulos da capa do Portal EBC. Os fatos novos, geradores da notícia, são referidos em segundo plano, muitas vezes ocupando o parágrafo final da matéria. Ao omitir o fato principal ou tratá-lo de forma ligeira, superficial, a Agência subestima seus leitores, ou então considera que foram previamente informados a partir de outros veículos, o que é igualmente ruim. A notícia dada pela Agência, com o título *“Saúde coloca-se à disposição de órgãos internacionais para investigação do Zika”*, teve como fonte a nota divulgada na mesma data pelo Ministério da Saúde (MS). Na nota - Ministério da Saúde reforça cooperação com órgãos internacionais -, a assessoria de imprensa do Ministério destacou vários eventos que evidenciam a colaboração existente entre entidades brasileiras, estrangeiras e instituições internacionais para avançar os conhecimentos sobre o vírus Zika e desenvolver meios de combatê-lo. Mas, obviamente, a nota oficial não se refere ao fato que provocou a manifestação do ministério. A Agência, mesmo não tendo noticiado o fato motivador, deveria situar seus leitores, resgatando o assunto em uma espécie de contextualização ou memória. No entanto, preferiu citar o caso de forma como apenas conviria a um porta-voz: *“Em resposta a afirmações segundo as quais, por causa da burocracia, o Brasil não tem compartilhado dados e amostras suficientes para que outros países investiguem essa relação [a relação do vírus Zika com microcefalia], o ministério destaca (...)”*. As “afirmações” às quais a reportagem se referiu foram declarações divulgadas no mesmo dia em uma matéria produzida por uma equipe de repórteres da agência de notícias Associated Press (AP) - *Health officials want more Zika samples, data from Brazil*. A matéria da AP teve ampla repercussão internacional e foi reproduzida, em português, por vários veículos da mídia comercial brasileira.

O problema da transcrição de agências internacionais

A transcrição de reportagens de agências estrangeiras, principalmente as da Agência Lusa, sem uma edição que contextualize os assuntos para o leitor brasileiro prejudica a compreensão dos acontecimentos relatados. Em 25/02, a Agência Brasil reproduziu uma reportagem da agência parceira Lusa com o título *"França questiona decisão da Bélgica de restabelecer controle nas fronteiras"*. A matéria, que apresentou o assunto exclusivamente da perspectiva francesa, dá a impressão de que tudo não passava de um mal-entendido entre os governos dos dois países. Para o leitor brasileiro que não estivesse acompanhando atentamente a crise dos refugiados na Europa e que não tivesse outras fontes de informações para contextualizar as observações do ministro francês, colocadas na reportagem, o texto também conduz a mal-entendidos. Ao contrário de uma agência europeia, que conta com um público que tem interesse natural pelo que ocorre em países vizinhos e no mundo – hábito construído também por uma imprensa que cobre "mundo" como se fosse "cotidiano" – a Agência Brasil, até mesmo por ser pública, deveria se empenhar em oferecer não apenas notícia, mas conhecimento sobre a complexa geopolítica do mundo. Assim, nessa matéria, por exemplo, o leitor poderia constatar que o que se passa entre os governos dos dois países é mais que um simples mal-entendido.

A necessidade da pesquisa, quando falta domínio do assunto

A Agência Brasil fez uma cobertura sobre a polêmica que se intensificou em torno da ausência de atores e atrizes negros entre os cinco indicados em cada uma das quatro categorias do Oscar, em 2016. De 18 de janeiro até a noite da premiação (28/2), a Agência publicou sete matérias sobre esta questão ou com referências a ela. O acompanhamento do assunto foi adequado no que diz respeito ao destaque dado aos fatos mais marcantes da polêmica, desde o anúncio de um boicote pelo diretor afro-americano Spike Lee, passando pelos comentários do presidente Barack Obama em uma rodada de entrevistas com âncoras de televisão, até os protestos nos arredores do teatro na noite da cerimônia de premiação e as piadas críticas feitas pelo apresentador, o humorista afro-americano Chris Rock. A cobertura das declarações da presidente da Academia, Cheryl Boone Isaacs, em uma das matérias produzidas pela Lusa incluiu informações importantes sobre a composição da Academia de Artes e Ciências Cinematográficas, cujos membros são responsáveis tanto pelas indicações quanto pela escolha dos vencedores. Faltou apenas ter mencionado que a presidente da Academia também é afro-americana.

Dificuldade em interpretar dados de pesquisas

Ainda sobre a cobertura dos assuntos relacionados ao Oscar 2016, a reportagem cometeu um erro bastante grave na reprodução dos resultados de um estudo citado em uma das matérias. O estudo, realizado pela Faculdade de Comunicação e Jornalismo da Universidade do Sul da Califórnia (USC), abrangeu 109 filmes e 305 programas de televisão e séries digitais lançados em 2014, e produzidos

por dez das maiores empresas da mídia. A pesquisa analisou um total de 11.306 personagens com papéis falados, em termos da participação de mulheres, membros de grupos raciais/étnicos minoritários e integrantes do segmento LGBT. A matéria da Agência Brasil, de produção própria, focou a participação dos negros. De acordo com a matéria - "Cinema e televisão não refletem diversidade nos Estados Unidos, diz pesquisa" - "apenas 28% dos personagens que aparecem nas obras são negros – 9% menos do que o percentual de negros na população dos Estados Unidos". Na realidade, estes percentuais se referem aos personagens de todos os grupos raciais/étnicos minoritários, cujos principais componentes são, além dos negros, os hispânicos e os asiáticos. Em relação aos negros, especificamente, o que os dados do estudo mostram, para todas as plataformas na amostra, é uma participação de 12,2%. Este dado é quase igual ao percentual de negros na população dos EUA: 12,3% no Censo de 2010. Portanto, não há desproporcionalidade na representação. Pelos dados do estudo, são os hispânicos, não os negros, que são sub-representados.

MARÇO

Falta de conhecimento e de pesquisa em fonte confiável

Em matéria publicada em 1/3, houve várias informações erradas sobre as eleições primárias que estavam sendo realizadas nos Estados Unidos, onde os delegados às convenções partidárias seriam escolhidos em treze estados e um território na mesma data, conhecida como Super Terça-Feira. O processo pelo qual os candidatos à Presidência são nomeados é complexo e as regras variam de acordo com o estado e o partido. No entanto, existem padrões que tornam o processo um pouco mais compreensível, tanto para os próprios eleitores como para os leitores que se interessam pelo assunto. Apesar de o correspondente da Agência Brasil estar baseado nos Estados Unidos, ele reproduziu os erros que estão publicados na Wikipédia – inclusive com texto bem semelhante – e que também foram replicados por vários sites brasileiros.

Falta de foco no interesse do cidadão

Em 10/3, a Agência Brasil publicou uma matéria sobre as mudanças que a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) estava propondo sobre direitos dos passageiros em viagens aéreas – "*Proposta da Anac prevê cobrança de qualquer bagagem despachada em voo doméstico*". O item que mais chama atenção, tanto que foi o título da matéria, é a cobrança de toda a bagagem despachada em voos domésticos. A informação apresentada na matéria foi completa no que diz respeito à aplicação da medida, se aprovada, mas deixou de explicar a motivação. Esta lacuna foi suprida em uma suíte – "*Associação critica proposta de mudança nas regras para o transporte aéreo*" - publicada somente na segunda-feira seguinte (14), na qual a reportagem ouviu as críticas da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Proteste). No entanto, o que ainda faltou foi a informação de como os leitores podem participar das audiências públicas citadas na cobertura. Esta informação estava disponível em uma página no site da Anac.

Problema recorrente sobre matérias transcritas da Lusa

Mais uma vez a Ouvidoria apontou a necessidade de que as matérias da Agência Lusa, reproduzidas pela Agência Brasil, passem por edição e revisão antes de serem republicadas. Em uma reportagem (16/3) sobre uma ação policial antiterrorista realizada na Bélgica – *"Polícia belga continua buscas a dois terroristas em Bruxelas"* -, além da falta de concordância em uma das frases, o parágrafo final evoca mais uma cena de uma comédia pastelão do que uma operação policial antiterrorista. O erro de concordância, no quinto parágrafo: *"A entrevista foi tão concorrida que **as revistas individuais** aos mais de 100 jornalistas que compareceram **durou** mais de uma hora"*. Parágrafo final: *"A procuradoria federal informou ainda que um homem deu entrada em um hospital de Bruxelas com uma perna quebrada, mas que ainda não pôde ser ouvido pelas autoridades policiais, que procuram pistas de uma eventual relação com os tiroteios de Forest, já que a pessoa que levou o indivíduo ao hospital fugiu assim que a polícia local chegou ao estabelecimento hospitalar"*.

Difícil acesso aos Especiais no Portal EBC

Na quinta-feira, dia 17/3, o Portal EBC fez uma cobertura especial sobre o segundo ano da Operação Lava Jato, com duas reportagens longas – *"Dois anos da operação Lava Jato: entenda cada fase"* e *"Saiba por que a Lava Jato é considerada a maior investigação da história do Brasil"* - e uma linha do tempo, *"Lava Jato fase a fase"*, com fotos e textos que correspondem a cada uma das vinte e quatro fases da operação, até a data do fechamento da edição. Depois de publicada, a cobertura sumiu por alguns dias, mas no dia 21/3, ela reapareceu na capa do Portal, agora com mais uma fase, a 25ª, apelidada "Polimento". A pesquisa foi extensa e uma abundância de informações foi oferecida aos leitores. Na linha do tempo, a divisão das informações e a atração visual do formato facilita a leitura. Nas duas matérias longas, porém, somente um leitor muito concentrado consegue chegar ao fim sem ter perdido muitos dados no excesso de informação. Da cobertura especial, apenas a linha do tempo foi republicada, sem as outras duas matérias, que somente poderiam ser acessadas através do dispositivo de busca no site. Nem o item "Lava Jato" no quadro "Temas do Momento" na capa do Portal permite este acesso, pois todas as matérias relacionadas na lista são da Agência Brasil. A interatividade dos leitores com o conteúdo sofre da mesma dificuldade que já foi observada em outras ocasiões em relação às reportagens especiais da Agência Brasil. Falta uma indicação de como rolar o texto. No caso do conteúdo do Portal, quando o leitor clica na chamada aparece uma foto que ocupa a tela inteira com as palavras *"Lava Jato fase a fase"*. Não há nada, nem na foto nem na chamada da capa, para alertar o leitor que é necessário arrastar o mouse ou utilizar as setas direcionais no teclado para prosseguir. Estes conteúdos, que exigiram tanta preparação e que mostram tanta competência das equipes de reportagem, merecem ser um pouco mais amigáveis para os leitores.

Retórica não justifica nem esclarece os fatos

"Deputado do PT do Rio diz que vai pedir impeachment de Gilmar Mendes". Este foi o título de uma matéria publicada pela Agência Brasil em 20/3. A matéria informou que o autor desta declaração, feita em um debate em praça pública na cidade do Rio de Janeiro, foi o deputado federal Wadih Damous (PT-RJ), ex-presidente da seccional fluminense da Ordem dos Advogados (OAB). Damous acusava o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) de atitudes que, nas suas próprias palavras, "desonram a toga". Pelo fato de o deputado ter sido presidente de uma regional da OAB e se referir a uma petição pronta, é de se supor que exista fundamentação jurídica para o ato, mas a reportagem não registra qualquer informação substancial que esclareça isso, embora, sem aspas, afirme que o fato motivador da ação foi Gilmar Mendes ter suspenso a posse do ex-presidente Lula no cargo de ministro-chefe da Casa Civil, devolvendo ao juiz federal Sérgio Moro os processos que o envolvem nas investigações da Operação Lava Jato".

Uma cobertura muito oportuna e bem feita

A reportagem que a Agência Brasil publicou em 24/3 sobre a festa dos "karetas" em Jardim/CE ficou muito boa - Festa dos "karetas" reúne mascarados em cidade do Ceará há dois séculos. A matéria foi interessante para quem não tinha conhecimento das celebrações dos mascarados no período pascal; para quem, eventualmente, já estivesse familiarizado com estas celebrações em outras cidades, como em Pirenópolis, no estado de Goiás, por exemplo, a matéria ampliou o olhar. Ao destacar os elementos da diversidade regional e do sincretismo religioso-cultural que caracterizam o evento, a reportagem atendeu plenamente a um dos objetivos dos veículos da mídia pública de dar acesso e aprofundar os conhecimentos do povo sobre si mesmo. As observações dos dois entrevistados – o artista plástico responsável pela organização do evento e um teatrólogo e folclorista cearense – acrescentaram informações valiosas sobre as origens e as transformações históricas e os significados antropológicos e culturais do fenômeno, além de mostrar como se administra a festa e o que se faz para garantir sua continuidade. As fotos, de um fotógrafo que não é da equipe da Agência Brasil, complementaram bem o texto. Outra matéria, também produzida por um dos correspondentes da EBC fora do eixo Brasília-Rio de Janeiro-São Paulo - Procissão cultural encena lendas do folclore popular nas ruas de Mariana, fez uma cobertura interessante da Procissão das Almas, uma manifestação cultural em Mariana/MG, que não é de mascarados e não tem uma relação direta com a Páscoa, mas ocorre na Semana Santa e se baseia em uma mistura de lendas e fatos históricos locais. É outro exemplo da diversidade cultural regional, que a designação dos repórteres da EBC para outras capitais contribui para valorizar.

Prejuízos da abordagem oficialista

Uma matéria publicada pela Agência Brasil em 28/3, com o título *"Quase 40% dos professores no Brasil não têm formação adequada"*, acompanhou a apresentação do ministro da Educação, Aloízio

Mercadante, na divulgação de dados do Censo Escolar 2015, referentes ao corpo docente nas escolas públicas brasileiras. Independentemente do recorte feito nos dados, o texto da matéria evidenciou a situação apontada no título: há muitos professores que dão aulas em matérias para as quais eles não tiveram a preparação acadêmica adequada, do ponto de vista tanto do conteúdo da matéria em si quanto da didática apropriada para o ensino daquele conteúdo. Dito isso, houve erros em alguns detalhes que deixaram o texto mais vago e confuso do que precisava ser. Em primeiro lugar, faltou esclarecer que os dados não abrangem todo o corpo docente da rede pública, senão os professores efetivos que lecionam nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, entre outros aspectos não muito claros. Ao se limitar à contextualização dada pelo ministro na sua apresentação, a matéria deixou de lembrar que as deficiências do corpo docente refletem as mazelas que prejudicam toda a rede pública de ensino no país.

ABRIL

Elogio ao Especial Cervantes, do Portal EBC

O Portal publicou uma matéria especial com o título “Miguel de Cervantes – 400 anos sem o criador de Dom Quixote”, para homenagear o quadricentenário da morte do autor do romance Dom Quixote, que, segundo a reportagem “foi escolhido, em 2002, como o melhor livro de todos os tempos por um conjunto de 100 escritores de 54 países, em uma iniciativa do Instituto Nobel, na Noruega”. Além da reportagem especial, o Portal publicou uma matéria com informações sobre ações culturais (exposições nas unidades do Instituto Cervantes, um site criado pelo governo da Espanha e uma conta na rede social Twitter) que disseminam conhecimentos sobre o autor e sua criação, além de um quiz para os leitores testarem seus conhecimentos sobre os “falsos amigos” (palavras que são iguais em espanhol e português, mas com significados diferentes). É uma pena que estes conteúdos permaneçam tão pouco tempo acessíveis aos leitores, que um dia depois da publicação só os encontram através de buscas nos arquivos ou na editoria da cultura. O conjunto das matérias foi oportuno e, diante do volume imenso de informações potencialmente relevantes sobre o assunto e a ocasião, a decisão editorial de dar um foco que privilegiou os aspectos linguísticos foi interessante e contou com a colaboração do Instituto Cervantes de Brasília, sem deixar de apontar alguns dos fatos mais importantes relacionados à biografia do autor e à importância literária. No Boletim, a Ouvidoria teceu comentários sobre a tradução equivocada de uma das frases de Sancho Pança referidas na matéria, mas que não tirou o brilho e o mérito do Especial.

Elogio à cobertura dos assuntos políticos, no Portal EBC

A equipe do Portal EBC realizou uma cobertura completa tanto na votação do parecer do relator da Comissão Especial de Impeachment da Câmara dos Deputados (11/4), quanto nos três dias (15 a 17/4) dos debates e da votação em plenário sobre a abertura do processo de impeachment. Além de colocar uma tela para o internauta assistir as transmissões da TV Câmara ao vivo, o site forneceu

uma linha do tempo (“Acompanhe o tempo real da votação”, “Siga ao vivo”), que foi constantemente atualizada, alimentada por resumos dos últimos fatos, apresentados em textos breves e impactantes, e por conteúdos provenientes das demais plataformas da EBC, principalmente as matérias e fotos produzidas pela Agência Brasil e as reportagens exibidas no programa “Repórter Brasil” da TV Brasil. Grande parte dos conteúdos provenientes das demais plataformas foram relatos dos acontecimentos, que no domingo, 17, incluíram as manifestações de rua que acompanharam a votação na Câmara. Mas houve também conteúdos com a participação de entrevistados e comentaristas que repercutiram os fatos e reportagens das equipes locais e dos correspondentes da EBC sobre as repercussões no exterior. Na sequência dos textos, os conteúdos dos outros veículos foram sinalizados por hiperlinks em fonte vermelha. Além disso, recursos infográficos – mapa, placar e tabelas – foram criados e disponibilizados pelo Portal para facilitar a visualização da situação da votação, na medida em que novos resultados iam sendo acrescentados. Houve apenas um lapso. No domingo entre 9h45, quando encerrou a cobertura das sessões de sábado, e 13h48, quando começou a cobertura das sessões de domingo, os leitores foram deixados no escuro e, mesmo depois do início da cobertura, apareceu apenas o hiperlink “impeachment” no lide da matéria, dando acesso à página dos tags, para quem se interessasse em consultar o que tinha acontecido nas sessões dos dias anteriores. No entanto, a Ouvidoria considera que foi uma boa cobertura e que um trabalho desta envergadura merecia um destaque maior na capa do Portal.

A linha tênue entre o fato e a especulação

Na semana de 10/4 a 17/4, a Agência Brasil publicou 12 matérias com referências aos deputados indecisos – aqueles que ainda não tinham declarado se votariam a favor ou contra a abertura de um processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff. As abordagens partiram de várias perspectivas, desde as estimativas de quantos indecisos havia nas bancadas estaduais e partidárias, das posições dos partidos em relação à liberação dos votos dos seus seguidores, às projeções e às estratégias adotadas pelos dois lados para conseguir a adesão desses deputados e à possível influência da ordem de votação nos resultados. Houve, porém, um ponto em comum entre todas as abordagens. Em nenhuma delas um deputado indeciso foi ouvido, o que fez com que o tratamento do assunto, já bastante refratário a um dimensionamento objetivo, não passasse do plano especulativo.

Agência Lusa dessa vez acertou

Pela superficialidade da cobertura do noticiário internacional, através da reprodução dos conteúdos da Agência Lusa, a Agência Brasil já foi alvo de avaliações críticas da Ouvidoria em várias ocasiões. Desta vez, porém, foi o contrário. Na reportagem sobre o endurecimento, na Áustria, em relação aos migrantes que chegam ao seu território, a contribuição da Lusa foi digna de elogios. A Agência Brasil publicou (27/4) duas matérias sobre uma nova lei que vai permitir ao governo austríaco decretar um estado de emergência que restringe severamente o direito a asilo no país. A primeira, da Lusa,

foi divulgada às 8h40, antes da votação da lei. A segunda, de uma correspondente da Agência Brasil na Alemanha, foi divulgada às 16h46, depois da aprovação da lei pelo Parlamento. Das duas, a mais completa foi a primeira, da Lusa, com uma contextualização mais precisa.

Copiar e colar não colabora com a missão da EBC

O Portal EBC reproduziu integralmente, no dia 27/4, um texto - O que é o impeachment? – publicado em um site intitulado Plenarinho, dirigido ao público infantil, localizado na sessão dedicada a “responsabilidade social” no portal da Câmara. A proposta do site é contribuir para a formação de cidadania a partir da infância, e o texto se propõe a explicar para crianças o momento de turbulência que toma conta do país: *“Você deve estar ouvindo muito a palavra ‘impeachment’ nos últimos dias, não é? Ou na televisão, ou no rádio e mesmo dentro de casa ou na escola. É o assunto do momento. Mas você sabe o que ela significa e qual a importância do assunto para o nosso país?”* A explicação que se segue é reducionista. Nas explicações dicionarizadas, reducionismo consiste em reduzir os fenômenos complexos a seus componentes mais simples e considerar estes últimos como mais fundamentais que os fenômenos complexos observados. O encerramento do texto copiado, embora possa parecer objetivo, apenas simplifica uma situação da qual até mesmo uma criança exposta à mídia é capaz de perceber a complexidade: *“Todo este processo está previsto na nossa Constituição Federal. Na história recente do Brasil já aconteceu um processo de ‘impeachment’, foi contra o ex-presidente Fernando Collor de Melo em 1992.”* Didaticamente, explicamos para o público infantil que um processo de impeachment é tão natural quanto escovar os dentes. No site da Câmara, não temos o que comentar. Mas no Portal da empresa que, conforme diz a lei, tem que contribuir para a formação crítica das pessoas, para além do reducionismo, perde-se a oportunidade de cumprir a missão. E copiar sem avaliar a pertinência ou adequação do conteúdo nos põe em risco de sermos mal interpretados.

A sempre difícil e mal explicada Economia

Quando uma matéria lança dados estatísticos sem acompanhá-los com definições adequadas dos fatos abordados, surge a pergunta: Para que servem estas informações? Estas observações foram motivadas por uma matéria publicada pela Agência Brasil em 29/4, *“Investimento em bens de capital segue em trajetória de queda, mostra Ipea”*, com base no estudo mais recente da conjuntura econômica divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. O foco da matéria é a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que “mede o quanto as empresas investiram em bens de capital” e, de acordo com o texto, a “taxa” da FBCF “caiu 14,1% em 2015, levando os investimentos líquidos no país a sofrer uma perda de 40%”. O primeiro erro é a ausência de uma explicação em que consiste a “taxa” da FBCF. O segundo erro tem a ver com a apresentação das comparações. A queda de 14,1% em 2015 foi em comparação a que? A matéria não registrou que a comparação – todas as comparações, aliás – foi em relação ao ano anterior, 2014. Além disso, e diferentemente do que o texto afirma, este percentual se refere à queda, não na taxa, mas no valor absoluto dos investimentos, corri-

gido pela inflação. Esses dados foram tirados de uma nota técnica do estudo do Ipea. Na nota, os cálculos que deram este resultado estão acompanhados por uma série de considerações hipotéticas e as devidas ressalvas, feitas pelo pesquisador responsável. Na matéria, porém, eles aparecem simplesmente como um fato.

MAIO

Faltou o cidadão nas comemorações do Dia do trabalho

A polarização das posições na crise política teve um impacto na cobertura que a Agência Brasil fez das comemorações do Dia do Trabalho (1/5). As manifestações festivas – shows, brindes, sorteios etc., que normalmente marcam a ocasião – foram relegadas a segundo plano ou omitidas completamente, cedendo o palanque aos trechos dos discursos dos líderes sindicais e políticos que participaram nos atos a favor ou contra a permanência da presidenta Dilma Rousseff no governo. Só que, com a eliminação das manifestações festivas, o povo também praticamente sumiu de cena, como na expressão de jogar fora a criança junto com a água suja da bacia. Das onze matérias publicadas, nove focaram os atos realizados em sete capitais (Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Fortaleza) contra o impeachment da presidenta. O único ângulo diferente foi captado por outro veículo da EBC nas reportagens sobre o ato da Força Sindical, no Campo de Bagatelle, na zona norte de São Paulo. Na cobertura da TV Brasil, a repórter que acompanhou o evento observou que “a percepção que a gente tem é que as pessoas vieram por lazer mesmo”.

Chamadas no Portal sem informação essencial

Na manhã de 10/5, por volta da 9h00, a capa do Portal EBC exibia a chamada “Programa debate fortalecimento da extrema direita no Brasil e no mundo”, com link para um conteúdo no site da Rádio Nacional do Rio de Janeiro. Ali eram informados o nome do programa e da emissora, a data da transmissão do debate e as informações de contato para os ouvintes interessados em participar, mas não informava em que horário o programa seria transmitido. Mais tarde, quando o programa já havia terminado, o conteúdo foi atualizado para incluir o áudio do debate e o horário do programa, que havia sido às 10h daquele mesmo dia. A informação do horário teria tido utilidade se publicada com a chamada, não depois.

Especiais de qualidade no Portal EBC

O especial do Portal EBC “Eu trans, quero mostrar quem sou” merece aplausos. Com reportagens feitas pela Agência Brasil e TV Brasil, o especial faz um retrato abrangente dos dilemas, lutas e conquistas de pessoas que nascem e crescem vitimadas pela incompreensão e preconceito por suas identidades não se enquadrarem nos padrões heteronormativos. Sem demérito da qualidade, seria

importante ampliar as entrevistas para o universo das pessoas comuns e não se restringir às aquelas que já conquistaram um nível de maturidade, tornando-se militantes da causa que eventualmente está sendo mostrada. Os especiais do Portal em geral são muito bons e a Ouvidoria tem recomendado que fiquem mais tempo disponíveis para o público em local de fácil acesso e visibilidade.

Os movimentos que se prolongam não têm acompanhamento da reportagem

As ações dos movimentos Ocupa MinC, que começaram com o objetivo de se opor à extinção do Ministério de Cultura (MinC), continuaram em várias cidades, embora o governo à época interino tenha voltado atrás em sua decisão. Para os leitores da Agência Brasil, porém, as únicas referências recentes foram o registro da manifestação realizada por integrantes do movimento de Brasília durante a reunião extraordinária do Conselho Curador da EBC, em 31/5, e a observação em 30/5, no final de uma matéria sobre a ocupação do edifício regional do Ministério da Saúde em Salvador pelo movimento Ocupa SUS. A cobertura nos primeiros dias das ocupações, que começaram em 16/5, consistiu em nove matérias sobre as ocorrências nas sedes regionais do MinC e das instalações da Funarte (Fundação Nacional das Artes) e do Iphan (Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em várias capitais, especificamente Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Salvador e Recife. Entre a divulgação, em 21/5, da decisão do governo de recriar o Ministério da Cultura e a posse do novo ministro, em 24/5, ainda houve três matérias, nas quais os integrantes dos movimentos no Rio de Janeiro, São Paulo e Recife exprimiram sua intenção de prosseguir com as ocupações. A partir dali, a cobertura ficou limitada às duas referências indiretas citadas acima.

Edição de texto confusa prejudica entendimento do assunto

Alguma coisa está fora da ordem: essa é a impressão causada pela matéria da Agência Brasil sobre os fatores que levaram o novo presidente da Petrobras, Pedro Parente, a defender a venda de ativos da empresa. No meio de uma série de declarações sobre a falta de alternativas de recuperação financeira, os prejuízos registrados no último balanço, a situação de endividamento da empresa, o déficit do Tesouro Nacional e a queda na economia em geral, aparece o seguinte parágrafo: "Parente disse que recentemente a emissão de títulos da Petrobras teve demanda muito acima da oferta. 'Vocês conhecem a situação do Tesouro Nacional. Existe um déficit [previsto para as contas públicas] da ordem de R\$ 170 bilhões. Como é que a empresa poderia pensar em contar com o Tesouro em uma situação como essa?', questionou". Normalmente, quando a demanda por um ativo – os títulos da empresa nesse caso – supera a oferta, é uma coisa boa, valorizando o ativo. Mas, junto a uma declaração sobre a penúria do Tesouro e no contexto de uma série de fatores negativos, a afirmação perde o sentido. Na realidade, a observação do novo presidente da empresa, feita em uma entrevista coletiva depois da cerimônia de posse, faz parte de um elogio à equipe da empresa. A notícia publicada no blog do Planalto tira a dúvida: "A equipe lá é boa e nós vamos trabalhar com muito afinco, com muita vontade e com muita determinação para que a gente faça essa empresa voltar ao seu papel, à relevância e à importância que ela sempre teve", disse Parente. Ele elogiou a

atual área financeira da empresa, que vem fazendo bons negócios. ' Fizemos recentemente uma emissão de títulos. Teve uma demanda muito acima da oferta e nós temos que trabalhar para que, com os nossos próprios meios, a gente possa resolver essa situação'".

JUNHO

Tropeços em números

Com a aproximação dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, começa a temporada dos exageros nas estimativas de quanto dinheiro os turistas estrangeiros que são esperados para assistir estes megaeventos vão injetar na economia do país. Muitas vezes os exageros são das autoridades responsáveis pelos eventos ou dos dirigentes das organizações interessadas na promoção do turismo, mas os jornalistas também podem se confundir diante dos dados que são apresentados; as duas situações assinalam a importância de um cuidado especial na apuração das informações. Em matéria publicada pela Agência Brasil em 3/6, "Isenção de visto eleva para mais de 500 mil expectativa de turistas na Olimpíada", relata-se que, segundo o chefe da Assessoria Especial de Relações Internacionais do Ministério do Turismo, Acir Pimenta, "os norte-americanos são, em geral, os turistas que mais gastam quando vêm ao Brasil, com cerca de US\$ 1,5 mil por dia [grifo nosso] para uma estada de 20 dias, em média, 'bem mais do que o argentino, que gasta US\$ 200 a US\$ 300 por dia'. Por essa razão, a expectativa do ministério é que o aumento previsto de turistas [em função da isenção de visto para turistas dos Estados Unidos, Canadá, Austrália e Japão] também se configure no reforço de recursos de moeda forte para o Brasil". Dados mais realistas podem ser encontrados na pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica (Fipe) para o Ministério de Turismo através de entrevistas com mais de dez mil turistas estrangeiros que estiveram no Brasil para a Copa do Mundo em 2014. De acordo com os resultados dessa pesquisa, "a média de desembolso diário foi de US\$ 134. (...) Em termos totais, o gasto per capita do estrangeiro durante a Copa foi de pouco mais de US\$ 2 mil para um tempo de permanência médio entre 13 a 15 dias". No meio de um texto longo e cheio de dados, o exagero na matéria da Agência Brasil referente ao gasto diário facilmente passa despercebido. No entanto, este tipo de erro, seja oriundo da falta de apuração ou da falta de aspas por parte do repórter, não é sem consequências. Neste caso, ele serve para reforçar expectativas falsas em relação aos impactos econômicos dos megaeventos.

Agência Brasil reproduz conteúdo de parceira sem apurar

Às 9h09 da manhã de 3/6, a Agência Brasil reproduziu uma reportagem da Agência Sputnik Brasil sobre os confrontos em várias partes da capital da Venezuela, Caracas, provocados pela falta de comida e outros bens e serviços. Os confrontos tinham acontecido no dia anterior, mas este fato não foi registrado. Além disso, houve outras omissões e erros de informação que podem ter passado aos leitores uma impressão distorcida dos acontecimentos. De acordo com a matéria, "as manifestações começaram depois que os militares do Exército Nacional confiscaram produtos em várias par-

tes do bairro San Martín, a fim de enviá-los aos centros de abastecimento locais, onde são entregues à população. Segundo a informação divulgada pelo canal de televisão NTN24, os habitantes do bairro quiseram impedir o confisco. A agência El Nacional informa que, nos confrontos, o Exército usou gás lacrimogêneo. Depois, os protestos se deslocaram para outros bairros de Caracas, chegando também ao centro da cidade, onde as pessoas encheram a Avenida das Forças Armadas, entrando em confronto com os militares. Seis pessoas foram detidas”. Ao contrário do que consta na reportagem, os militares do Exército venezuelano não tiveram nenhuma participação nesses eventos. A força responsável pelo confisco dos alimentos e pela repressão dos manifestantes foi a Guardia Nacional de Venezuela, equivalente à Polícia Militar. A Guardia Nacional tem sido mobilizada frequentemente pelo governo contra os protestos da oposição. Desta vez foi contra as pessoas que aguardavam em filas a chegada de caminhões que transportavam produtos como arroz e açúcar aos mercados para os quais os alimentos foram destinados. É interessante notar que na versão da Agência Sputnik em francês a identificação da força foi correta: “Garde nationale”. Em uma versão resumida no site da agência em inglês a referência foi mais genérica: “security forces” (forças de segurança). Nos sites da agência em espanhol e italiano o assunto não foi noticiado. O erro na versão brasileira pode ter sido um lapso da tradução. Mas nem por isto a importância deve ser minimizada, pois, dependendo das circunstâncias históricas, existem diferenciais entre os diversos braços das forças armadas de um país que afetam sua disponibilidade para serem acionadas no cenário político interno. Neste caso, por exemplo, há relatos de que o Exército venezuelano, embora longe de mostrar simpatia à oposição do país, rechaçou uma iniciativa do governo de usá-lo para interferir, no dia da votação, nas eleições parlamentares que deram uma maioria para a oposição em dezembro de 2015.

Entre o interesse público e o interesse do público

A Agência Brasil publicou apenas uma notícia, na última semana, sobre a crise na Venezuela e a posição do governo brasileiro em relação à situação daquele país, apesar de ter havido um encontro em Brasília, na terça-feira (14/6), entre o líder da oposição venezuelana, Henrique Capriles, e o ministro das Relações Exteriores, José Serra. Houve também uma onda de protestos e saques em várias cidades venezuelanas na terça e quarta-feira (14 e 15/6), com centenas de prisões e quatro mortes. As notícias mais recentes divulgadas pela Agência Brasil sobre esses aspectos da crise venezuelana foram uma matéria fornecida pela Agência Sputnik Brasil (3/6) sobre os confrontos provocados na capital, Caracas, pela falta de alimentos, e outra (6/6) sobre uma nota emitida pelo ministro Serra, expressando a apreensão com que o governo brasileiro está acompanhando a situação, o apoio a iniciativas para promover o entendimento entre o governo e a oposição e a disposição de colaborar com o atendimento das carências mais críticas da população (alimentos e medicamentos). Enquanto isso, quatro matérias foram publicadas na quarta-feira (15/6) sobre o menino arrastado e morto por um jacaré em um complexo turístico da Disney em Orlando, no estado da Florida, nos Estados Unidos.

Quando a informação não é óbvia para o leitor

Em 18/5 uma matéria publicada pela Agência Brasil informou sobre a decisão da ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Rosa Weber, de notificar a presidenta afastada, Dilma Rousseff, sobre uma interpelação judicial proposta por seis deputados federais, que questionaram a utilização da expressão “golpe de Estado” em discursos onde ela se referia ao processo de impeachment. Três semanas depois, em 8/6, outra matéria foi publicada sobre a resposta entregue ao STF pela presidenta afastada. O fato da ação ter sido acatada pela ministra e atendida pela presidenta afastada - a resposta não é obrigatória nesses casos - implica que algo de natureza jurídica estava em jogo. Nos conteúdos das duas matérias, porém, o que transparece é mais uma disputa retórica que teve a Corte como palco. As duas matérias reproduziram os argumentos apresentados pelos dois lados. Na primeira matéria consta que a acusação feita pelos deputados contra a presidenta afastada era dela fomentar ruptura na sociedade brasileira e eles cobravam explicações sobre “a natureza, os motivos e os agentes desse suposto ‘golpe’”, para, de acordo com a matéria, livrar a nação das dúvidas sobre o que e quem ela estava denunciando. Por sua vez, a segunda matéria assinala que a defesa da presidenta afastada se apoiava, dentre outras evidências, nos escritos de juristas, cientistas políticos e jornalistas que aderem à tese de que um golpe de Estado está em curso no Brasil e nas gravações feitas pelo ex-presidente da Transpetro, que revelam o que seriam os verdadeiros motivos por trás do processo de impeachment. Além disso, a defesa alegava que o incômodo dos membros e defensores do governo interino com o uso da expressão “golpe” demonstrava que “as palavras, sempre que expressam uma realidade que se deseja ocultar, ferem de morte os ouvidos dos que preferem o silêncio à revelação da verdade”. Nesta troca de argumentos o que a reportagem deixou de esclarecer foi o objetivo jurídico por trás da iniciativa dos deputados. Os leitores podiam imaginar que a presidenta afastada estivesse sendo o alvo de acusações de atos de perturbação da ordem pública, algo semelhante aos atos de subversão no tempo do regime militar. A resposta dela, inclusive com referências citadas na segunda matéria a sua resistência à prisão e às torturas naquela época, tende a reforçar esta impressão. Na realidade, o propósito dos deputados era de induzir a presidenta afastada a “dar nome aos bois”. Dai a importância de entender a função da “interpelação judicial”.

Divergência de informações em um mesmo assunto

No domingo, 12/6, a Agência Brasil publicou sete matérias nas quais Omar Mateen foi identificado como responsável pela morte, durante a madrugada, de 49 frequentadores de uma boate gay nos Estados Unidos. Duas das matérias não deram nenhuma informação sobre a origem da família do assassino, que nasceu nos EUA, mas em duas ele apareceu como “filho de paquistaneses” e, em outras três, como “filho de afegãos”. A identificação correta – que Mateen é filho de afegãos – está nas duas primeiras matérias da sequência, ambas produzidas por um correspondente da Agência Brasil nos EUA, que citou várias fontes locais das informações. A identificação errada do Mateen ser filho de paquistaneses veio nas duas matérias seguintes. Ambas foram produzidas pela reportagem, em Brasília, cuja pauta eram as mensagens sobre o acontecimento postadas no Twitter pelo presidente

interino, Michel Temer, e pela presidenta afastada, Dilma Rousseff. Nessa matéria, a origem da família do assassino entrou como um dado complementar, sem referência à fonte da informação. Mais tarde, em outra matéria produzida também pela reportagem de Brasília, a identificação foi feita de forma correta. Mas o erro nas duas matérias anteriores não foi corrigido. Embora pareça um erro banal, cometido por distração, é necessário frisar que as implicações são bastante sérias, por envolverem a questão das origens e possíveis vínculos do autor de um crime que está sendo tratado como um ato de terrorismo. A gravidade se configura, como sempre, na multiplicação do erro por várias outras mídias que reproduzem, na íntegra, as reportagens da Agência Brasil.

Agência tropeça em assunto requeado pelo release

Na segunda-feira (13/6), às 18h30, a Agência Brasil publicou uma matéria com o título “Ministério prorroga 23 adesões ao programa de proteção ao emprego”, conhecido pela sigla PPE. Na manhã do dia seguinte a Ouvidoria recebeu uma demanda sobre a matéria, que foi encaminhada imediatamente à Suadi. Na mensagem, o demandante, que trabalha na redação de uma empresa de comunicação especializada na indústria automobilística, reclamou: “A notícia divulgada em 13/6 sobre a prorrogação do PPE nas montadoras é antiga. Nem Mercedes nem Volkswagen prorrogaram o PPE, trata-se aparentemente de um release com conteúdo antigo publicado pela agência”. Na verdade, o conteúdo da notícia não era antigo. Pelo contrário, as informações transmitidas pela Agência Brasil apareceram em uma notícia divulgada no site do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) na mesma data. Porém, com falhas e omissões que acabaram contaminando as informações reproduzidas pela Agência Brasil. A principal delas se reflete no tempo verbal utilizado no título: “prorroga”, que dá a impressão de que se trata de determinações atuais do Ministério, quando na realidade as 23 adesões prorrogadas ocorreram ao longo do período desde a implantação do PPE em agosto de 2015. Além disso, dentre as adesões prorrogadas, algumas não foram prorrogadas outra vez quando o prazo da primeira prorrogação expirou. A Agência Brasil respondeu ao demandante: “Identificamos o erro um dia depois da publicação da matéria e, depois de nova apuração, alteramos o texto e o título”. No final da matéria foi acrescentada uma nota avisando que a matéria tinha sido alterada e que “as prorrogações foram feitas no período de agosto de 2015 a fevereiro de 2016 – informação que não constava no texto original.

Edição de fotos de arquivo em reportagens

Em 21/6, a capa do Portal EBC exibiu a seguinte manchete sobre uma operação da Polícia Federal: “PF prende quatro pessoas em operação envolvendo avião de Eduardo Campos”. A manchete foi acompanhada por uma foto de um homem fardado, que apontava para a imagem de um jato executivo projetada na parede ao lado. Para os que não tinham conhecimento dos detalhes da operação (apelidada “Turbulência”), que vinha sendo noticiada desde a manhã daquele dia, a primeira impressão era, provavelmente, de algo relacionado ao acidente que matou o então candidato à Presidência da República, Eduardo Campos, junto com outras seis pessoas, em agosto de 2014. Não foi

exatamente isto que a manchete anunciou, mas a imprecisão da expressão “envolvendo avião”, corroborada por uma foto que sugere a apresentação técnica de informações de cunho aeronáutico, contribuíram para produzir a associação com o acidente, que está mais vivo na memória do público do que as suspeitas, levantadas à época e que vêm à tona novamente agora, sobre possíveis irregularidades no financiamento da campanha do ex-candidato. A foto propicia uma associação direta com o acidente, pois ilustrou muitas reportagens sobre as investigações da queda do avião. Na Agência Brasil, a matéria foi publicada em 26/01/2015 com o título “Relatório da Cenipa é inconclusivo sobre causas de acidente com avião de Campos”. A legenda da foto: “O investigador encarregado, tenente-coronel Raul de Souza, apresenta dados sobre a investigação do acidente com a aeronave que vitimou o então candidato à Presidência da República, Eduardo Campos”.

Problemas de tradução e revisão de texto

Na quarta-feira (22/6) a Agência Brasil publicou uma matéria sobre a decisão do golfista irlandês, Rory McIlroy, de desistir dos Jogos Rio 2016, por causa do risco do Zika. De acordo com o texto, o Conselho Olímpico da Irlanda (OCI) informou que “Rory deveria ser uma das grandes estrelas do Rio 2016, mas agora [com essa decisão] dará uma oportunidade para que outro golfista irlandês assumira a chance de se tornar um atleta olímpico e participar do retorno histórico do golfe [do país] (sic) aos Jogos Olímpicos, após uma ausência de 112 anos”. O acréscimo, pela Agência, da referência entre colchetes – [do país] – foi um duplo erro: o menos grave, porém não menos importante, é a falta de acento que transforma nação em genitor, com o agravante da percepção de haver também erro de concordância. O equívoco mais grave, no entanto, refere-se à tradução da declaração que está no site do OCI. O texto original não se refere à volta da Irlanda ao evento, mas da modalidade esportiva aos Jogos Olímpicos: “Rory was set to be one of the big stars of Rio 2016, but now there is an opportunity for another Irish golfer to take up the chance to become an Olympian and participate in golf’s historic return to the Olympic Games after a 112-year absence”. É o próprio esporte do golfe, não a participação irlandesa, que está voltando aos Jogos depois de uma ausência de 112 anos. A modalidade só foi disputada duas vezes, nos Jogos de 1900 em Paris e de 1904, em St. Louis (EUA). Do segundo para o terceiro parágrafo, outra inadequação de tradução: “ele disse que percebeu que sua saúde e da família ‘vem antes de qualquer outra coisa.’ O irlandês informou que ‘embora o risco de infecção do vírus da Zika seja considerado baixo, é um risco, e é um risco que não estou disposto a tomar’”. Obviamente que na língua portuguesa não se “toma” riscos; o verbo correto seria “assumir”. Ainda mais que a frase seguinte começa pela mesma palavra: “Ao tomar conhecimento...”.

Leitores reclamam de erros nos textos da Agência

Dentre os leitores que enviam mensagens à Ouvidoria, há um número crescente que reclamam de uma piora na qualidade do trabalho de revisão e de edição dos conteúdos da Agência Brasil. Os arquivos da Ouvidoria acusam este aumento pela quantidade de demandas classificadas pela equipe

de monitoramento como reclamações ou comentários cujo tema é "erro de edição". Independentemente do elemento de subjetividade que entra inevitavelmente em qualquer processo de classificação desta natureza, o salto de 3 demandas em 2013 e 3 em 2014 para 19 em 2015 e 10 no primeiro semestre de 2016 é incontestável e significativo. Uma das mais recentes destas demandas, enviada em maio por um leitor de Diadema/SP, dá uma noção das manchas que estes erros deixam no tecido do veículo: "Muito ruim a edição da reportagem de hoje sobre o Uber em São Paulo. Erros de português, erros conceituais como dizer que São Paulo tem 3,2 táxis por habitante. Sofrível. A Agência já teve dias melhores". Às vezes trata-se de deslizes aparentemente de somenos, que correspondem a falhas que não alteram o sentido dos textos. Há, porém, casos quando o descuido denunciado pelos leitores produz mudanças no sentido das informações transmitidas.

JULHO

Pequenos erros colecionados tornam-se grandes problemas

A Ouvidoria, em mediação das reclamações dos leitores ou por iniciativa própria, vem chamando a atenção para a importância de um cuidado maior na revisão e na edição dos textos publicados pela Agência Brasil. Muitas vezes, as falhas e os erros colocam em dúvida o domínio do idioma e nestes casos, na avaliação dos leitores mais atentos e exigentes, os erros desabonam a qualidade dos produtos do veículo. O mesmo julgamento pode ser aplicado quando as falhas distorcem o sentido ou dificultam a compreensão das falas das pessoas entrevistadas nas matérias, mesmo que a origem da falha seja o próprio entrevistado, o que nem sempre é o caso. Uma matéria com o título "Grupos bolivianos desfilam na Avenida Paulista como parte do Fórum de Migrações", publicada no domingo, dia 3/7, exibiu os dois tipos de erros considerados mais desabonadores. O evento noticiado foi uma apresentação de grupos de danças folclóricas bolivianas em preparação para o Fórum Social Mundial das Migrações, que ia ser realizado na capital paulista naquela semana. A reportagem destacou o esforço dos imigrantes no Brasil para a sociedade valorizar suas contribuições. O primeiro erro apareceu no segundo parágrafo, sobre a agenda do Fórum. Segundo a matéria: "As discussões serão organizadas em torno de eixos como mudanças climáticas, questões de gênero, trabalho decente e moradia". A palavra "descente" significa "que se dirige para baixo, que desce, cadente", na definição que consta no Dicionário Houaiss. É evidente, então, que não é este tipo de trabalho que os imigrantes procuram. O que eles desejam é "trabalho decente", que equivale ao trabalho "justo, correto, decoroso, modesto, honrado, honesto". O segundo erro se encontra no penúltimo parágrafo da matéria, em uma entrevista com uma das participantes do desfile: "Essa [dar visibilidade às comunidades migrantes que vivem na capital paulista] foi uma das motivações da enfermeira Patrícia Gonzales [brasileira, filha de bolivianos] ao participar das apresentações de danças típicas. '(...) o brasileiro às vezes tem um conceito muito fechado do boliviano. Acho que só trabalha em costura. (...)'. "Acho", não. A flexão verbal correta é "acha", já que a entrevistada não estava expressando sua própria visão; estava se referindo à visão preconceituosa que o "brasileiro" às vezes tem, na sua opinião. Isto, independentemente do erro ter sido dela.

Os fatos pedem maiores esclarecimentos

Reportagem publicada em 5/7, tratou de um evento que ocorreu em Paraty em setembro do ano anterior e que afetou a população local de outra maneira. O título da matéria anunciou: "Justiça bloqueia bens de envolvidos em acidente que matou 15 em Paraty". Nos dois primeiros parágrafos do texto, a reportagem apresentou os nomes das pessoas envolvidas, identificou as posições que ocupavam na época do acidente e apontou que a finalidade do bloqueio judicial é "para o pagamento de ações na Justiça aos parentes dos 15 mortos" no acidente. Nos parágrafos seguintes, porém, não houve nenhuma contextualização que fizesse uma ligação direta entre o acidente, os envolvidos e as entidades que eles representam: a prefeitura de Paraty, a empresa de turismo Colitur e o Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Barra Mansa (Sindpass). As informações fornecidas abordaram outros aspectos relacionados à liminar judicial que, além do bloqueio dos bens, determinou a suspensão imediata de um contrato envolvendo subvenções tarifárias entre a prefeitura e a Sindpass, que repassava o valor para a Colitur. Esta informação, embora possa ter levado os leitores a desconfiarem de negócios fraudulentos entre as partes, não explicou o que este contrato teria a ver com o acidente que aconteceu nove meses antes. O parágrafo final da matéria ainda registrou a repercussão da notícia junto à prefeitura, mas a nota que foi divulgada tampouco esclareceu a responsabilidade do município no acidente. À época, a Agência Brasil fez uma ampla cobertura, publicando 14 matérias. Em pelo menos três delas foi sinalizada a existência de possíveis irregularidades na escalação dos ônibus da Colitur, que é a única empresa de transporte público no município de Paraty, na fiscalização exercida pela prefeitura, no cumprimento de um termo de ajustamento de conduta assinada em 2014 e na continuação do serviço, apesar da não renovação do contrato. Estas informações, embora incompletas, teriam dado pelo menos algumas indicações para os leitores entenderem porque seis das nove pessoas cujos bens foram bloqueados são gestores municipais, atuais ou na época do acidente.

Falta de dados de contextualização em assuntos que se prolongam

Em uma reportagem publicada em 21/7 — "Testes da 'pílula do câncer' em humanos começam nesta segunda em São Paulo" —, foi anunciada a primeira etapa dos testes em seres humanos da substância fosfoetanolamina sintética, a chamada "pílula do câncer". A matéria não tem um "Saiba mais" e o único link é de uma matéria publicada em outubro do ano passado, na qual é contada a história da polêmica em torno do assunto. A matéria lincada é boa, porém desatualizada. Desde então o Congresso aprovou uma lei que autorizou a produção e uso da substância e o STF suspendeu a aplicação desta lei. Mais importante de tudo, em termos da abordagem adotada na matéria, não houve nenhuma referência aos resultados das fases dos testes *in vitro* e em animais, resultados estes que já foram divulgados — os *in vitro* em março pela Agência Brasil, os em animais em abril por outros veículos da imprensa, embora não pela Agência. Os resultados de todos estes testes demonstraram que a fosfoetanolamina é ineficaz contra todos os tipos de câncer, embora não seja tóxica. Normalmente, os testes em humanos só são iniciados quando os resultados dos testes nas fases anteriores forem positivos. Evidentemente, com a "pílula do câncer", trata-se de uma exceção, co-

mo em todos os outros aspectos do tratamento dispensado a esta substância, mas a progressão das etapas no processo de testar uma nova droga é um elemento normalmente considerado essencial na contextualização de uma notícia deste tipo.

Pautas com abordagem oficialista

Dois leitores da Agência Brasil reclamaram da matéria publicada às 16h13 do dia 26/7, com o título "Temer muda rotina de escola ao buscar filho no primeiro dia de aula". Ambos consideraram a pauta inadequada. Uma leitora questionou qual seria o interesse da população em saber que o presidente pega o filho na escola. Um leitor manifestou sua indignação dizendo que, ao usar reportagem de uma empresa pública para cobrir a vida pessoal do presidente, a EBC demonstrou falta de respeito em relação ao cidadão e à sua própria missão. Além destas críticas à adequação da pauta, outra leitora acusou alteração no texto: "A matéria (...) foi editada e não houve a sinalização da edição. Retirou-se o termo "lado mais 'humano' do presidente interino ao buscar o filho na escola. Acessei às 16h15 e o texto era outro". A frase à qual ela se refere aparecia no lead da matéria, que na versão original teria sido "Em uma tentativa de mostrar seu lado "humano", o presidente interino Michel Temer foi nesta terça-feira (26) até a escola do filho, que também se chama Michel Temer, para buscá-lo no primeiro dia de aula". Depois da alteração, o lead ficou: "O presidente interino Michel Temer mudou sua rotina hoje (26) ao buscar o filho, que também se chama Michel Temer, no primeiro dia de aula". Para uma empresa de mídia pública, o fato de o presidente buscar seu filho na escola não apresenta em si nenhum valor como notícia, mesmo acompanhado por observações sobre como a visita quebrou a rotina da escola e a presença de muitos repórteres incomodou pelo menos a mãe de um dos alunos. No entanto, o aspecto que, segundo a leitora, foi eliminado na edição, isto é, o esforço do presidente em conquistar a simpatia do público, tem valor como notícia e merecia o destaque que supostamente tinha, no lide. Depois da alteração denunciada pela leitora, ainda sobrou espaço na matéria para tocar neste aspecto, porém somente no final da matéria: "Desde que assumiu o poder, em maio, com o afastamento de Dilma Rousseff, o presidente interino tem buscado se aproximar da população, inclusive divulgando vídeos nas redes sociais". Sem a ênfase no lado propagandístico do gesto, a justificativa jornalística da cobertura, para uma empresa de mídia pública, desapareceu.

Edição complicada de infográficos

No dia 27/7, o Portal EBC produziu uma matéria sobre o número recorde de mulheres que vão participar da Olimpíada deste ano: 5.180. Ainda está abaixo do número de homens, mas é a maior representação da história dos Jogos. A matéria relacionou as modalidades que contribuíram para o aumento da representação feminina e também as delegações nacionais que vêm para o Rio de Janeiro com mais competidoras que competidores. Para apresentar a trajetória do crescimento da participação feminina, desde a primeira edição dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, em Atenas, no ano de 1896, a matéria foi acompanhada de um gráfico. Com 28 barras, uma para cada edição dos

Jogos, o esquema é descendente em sequência cronológica. Com tantas barras, os leitores são obrigados a rolar a tela para ver as participações nas edições mais recentes. A extensão horizontal de cada barra corresponde ao percentual de participação feminina naquela edição dos Jogos. Um dispositivo interativo faz com que, ao deslizar o mouse sobre cada barra, apareça o percentual exato da participação feminina naquela edição. Para quem está acostumado às representações gráficas nos formatos da página impressa ou da tela do computador, o fato do gráfico não caber na tela e exigir rolagem incomoda, por dois motivos. Um dos objetivos da utilização de gráficos é de permitir a visualização simultânea e compactada de um conjunto de informações, o que é prejudicado quando é preciso rolar a tela. Além disso, a escala de valores percentuais no eixo horizontal é visível somente quando se chega à parte inferior do gráfico. Para compensar a visibilidade parcial das escalas quando os gráficos são grandes, muitas vezes as escalas são repetidas em cima e em baixo (ou em ambos os lados), o que não foi feito neste caso.

Informação defasada em reportagem

Na tarde de 28/7, às 16h55, a Agência Brasil publicou uma matéria informando que a Sociedade Interamericana de Imprensa tinha condenado o assassinato do jornalista João Miranda do Carmo, em 24/7, na cidade de Santo Antônio do Descoberto/GO. Informava também que a entidade tinha pedido "a investigação e medidas urgentes e necessárias para identificar os mentores do crime e os assassinos". Só que desde a véspera já havia um suspeito preso. Um servidor público municipal, identificado por uma testemunha como o condutor do veículo usado no crime, tinha sido detido e colocado em prisão preventiva. A omissão de qualquer referência à prisão na matéria da Agência Brasil acusa uma desatualização da reportagem em relação ao assunto.

AGOSTO

Falta de conhecimento e/ou pesquisa gera tradução equivocada de sigla

Em matéria publicada em 7/8, às 20h33, sobre as consequências do acidente sofrido à tarde pela ciclista holandesa Annemiek Van Vleuten durante a prova feminina de ciclismo de estrada, uma das fontes citadas sobre a condição médica da atleta foi a entidade desportiva internacional responsável pelas competições nesta modalidade. A informação foi apresentada assim na reportagem: "Segundo o Sindicato Internacional de Ciclismo (UCI, sigla em inglês), a atleta 'estava consciente e apta a se comunicar. Outras verificações estão sendo feitas no hospital'". A UCI é a sigla da Union Cycliste Internationale, com sede na Suíça. Ao invés de serem em inglês, como a reportagem afirmou, o nome e a sigla são em francês, como é o caso de várias entidades desportivas internacionais. Dentre elas a mais conhecida no Brasil é a Fifa: Fédération Internationale de Football Association. O equívoco cometido na reportagem não foi meramente na identificação incorreta do idioma. A palavra Union em inglês pode ser traduzida como "Sindicato", como foi feito na reportagem, transmitindo a ideia de uma associação de trabalhadores, embora esta não seja a única tradução possível. Em francês, po-

rém, a palavra Union só aparece nos nomes das organizações trabalhistas em conjunto com os qualificativos “sindicale” ou “nationale”, como na Union Syndicale des Journalistes ou na Union Nationale des Syndicats Autonomes. Sem estas referências, Union no contexto organizacional em geral significa exatamente União, que teria sido a tradução correta da letra U na sigla UCI.

Falta de integração entre elementos de cobertura de evento

Na cobertura dos Jogos Rio 2016, os fotógrafos da Agência Brasil não tiveram a oportunidade de acompanhar a maioria dos eventos, mas naqueles onde estiveram presentes, muitas das imagens produzidas constituíram registros interessantes. No entanto, o aproveitamento destas fotos no site da Agência Brasil não foi otimizado. Em casos extremos, houve uma disjunção entre fotos e textos a ponto de o veículo publicar matérias e galerias de fotos sobre o mesmo evento sem nenhum vínculo entre os dois conteúdos. Um exemplo da falta total de integração pode ser observado na cobertura da vitória do Brasil sobre a Sérvia no polo aquático masculino na quarta-feira (10/8). Um texto de três parágrafos, sem fotos, foi divulgado às 21h31. Dezoito minutos antes, às 21h13, uma galeria de 24 fotos, registrando a competição, tinha sido postada no site. Não sabemos se havia uma chamada com foto na capa do site na hora da divulgação da matéria, mas o texto que os internautas teriam lido e que ficou nos arquivos está sem fotos. A falta de integração dos dois conteúdos tampouco foi compensada na dimensão virtual, através de links, hyperlinks ou um “Saiba mais” para direcionar o público de um conteúdo para outro e vice-versa.

Falha de atenção na reprodução de informações pouco usuais

Nos Jogos Olímpicos, como em qualquer evento desportivo, há modalidades nas quais os esquemas utilizados para avaliar o desempenho dos participantes requerem explicações para que os espectadores possam acompanhar a evolução dos quadros dos resultados nas fases preliminares e final. Pela reportagem que o Portal EBC produziu, parece que a ginástica de trampolim foi uma dessas modalidades. A matéria foi publicada pelo Portal EBC e pela Agência Brasil na noite de 13/8 e as chamadas continuavam nas capas dos dois veículos na manhã do dia seguinte. De acordo com a reportagem, “A classificatória parecia confirmar o domínio chinês: Gao Lin avançou em primeiro lugar, com 110.050 pontos, e Dong Dong em terceiro, com 110.090. O ginasta da Belarus apareceu como “intruso” entre os dois astros chineses, cravando a segunda melhor marca da classificatória – 111.090”. Os leitores tinham razão para ficarem confusos. Os números e as posições nesta apresentação não têm nenhuma relação aparente, nem num esquema em que as primeiras posições vão para os competidores com as pontuações mais altas, nem num esquema no qual o que mais vale é a pontuação mais baixa. No entanto, a explicação, nesse caso, não é nenhum esquema misterioso de pontuação. Foi um erro da reportagem. O site oficial dos Jogos Rio 2016 confirma que a pontuação na rodada classificatória desta modalidade foi: 1º lugar: Gao Lei [Gao Lin, na reportagem do

Portal EBC], com 112.535; 2º lugar: Uladzislau Hancharou [o ginasta da Belarus mencionado na reportagem], com 111.090; 3º lugar: Ding Dong, com 110.050. O título da chamada na capa do Portal EBC também inverteu os substantivos do nome da modalidade: “trampolim de ginástica” ao invés de “ginástica de trampolim”, o que pode ter causado outra confusão para os leitores, já que nos saltos da ginástica artística (masculina e feminina) os atletas usam um trampolim (e uma mesa) para dar impulso aos seus saltos.

Falta de planejamento editorial desperdiça recurso de informação

Antes do início dos Jogos Rio 2016, a equipe do Portal EBC preparou o “Guia das Modalidades Olímpicas” para ajudar os leitores a entenderem melhor as regras das 42 modalidades que seriam disputadas no evento. Colocado no site em 15/07, o Guia foi lançado com a publicação de uma matéria que começou com a seguinte introdução: “Vocês sabe como é a pontuação do golfe? Ou o tamanho do campo de hóquei sobre grama? Para responder a essas e outras perguntas, o Portal EBC preparou um Guia de Modalidades que explica quais são as regras mais importantes de todas as medalhas em disputa nas Olimpíadas do Rio”. O Guia representava um recurso prático para acompanhar a cobertura ao longo de todos os Jogos. Em primeiro lugar para os leitores, os usuários alvo. Observa-se, no entanto, que o conteúdo ficou escondido nos arquivos. Pelo que a Ouvidoria conseguiu descobrir, um recurso que podia ter sido colocado à disposição do público através de links em cada reportagem sobre as modalidades disputadas, foi aproveitado em apenas sete, das quais três foram publicadas antes do começo dos Jogos e duas no primeiro dia das competições. No restante da cobertura, somente duas matérias, já próximas do encerramento das competições, vieram com este link, a primeira em 17/8, sobre um atleta brasileiro que se classificou para as finais do lançamento de martelo, e a segunda em 19/8, sobre os resultados finais no polo aquático feminino. Não houve qualquer referência que indicasse a existência deste recurso, nem nas capas do Portal ou do site da Agência Brasil, nem nas áreas que agregam conteúdos sobre esportes ou os Jogos. Só vai lá quem já conheça o endereço. O Guia teria sido útil também para os jornalistas que fizeram a cobertura.

Contradição entre declaração em aspas de entrevistado e o texto da reportagem

No sábado, 20/8, a Agência Brasil publicou uma boa matéria sobre o resultado decepcionante no pentatlo moderno da brasileira Yane Marques, vencedora da medalha de bronze nesta modalidade nos Jogos de Londres, em 2012. Mas no meio do texto uma frase que inverteu o sentido das palavras da atleta. Segue o parágrafo, com destaque para a frase equivocada: “Classificada em 17º lugar após as provas de natação, esgrima e hipismo, Yane largou para a corrida um minuto e sete segundos atrás da primeira colocada, até então Oktawia Nowacka. A regra estipula que a diferença de pontos para a líder seja transformada em segundos de vantagem para a atleta melhor colocada – e

Yane aparecia 67 pontos atrás da polonesa. Mesmo virtualmente eliminada antes mesmo do combinado começar, Yane nem cogitou a possibilidade de mostrar tudo que podia". No parágrafo seguinte, a declaração de Yane Marques, afirmando exatamente o contrário: "Não desisti em nenhum momento. Eu sabia que ia largar em 17º e não tinha mais nenhuma chance de ganhar medalha. Eu podia entrar ali para passear, mas não. Eu queria fazer a minha melhor prova pela minha honra. Foram muitos anos de treino, suor e dedicação. Muitas viagens e muito tempo longe de casa. Para chegar aqui, agora, e desacreditar? Isso não é do meu feitio. Eu lutaria até o final. Se tivesse mais 500 voltas para fazer, eu faria com a mesma força em que fiz essas quatro".

Falta de atualização em recurso que convida o leitor a acompanhar dados

Na terça-feira, 16/8, uma internauta enviou a seguinte reclamação à Ouvidoria: "Olá, o widget disponibilizado por vocês com as medalhas da Olimpíada não está atualizando". A Ouvidoria confirmou a procedência da reclamação na capa do site da Agência Brasil no sábado, 20/8, às 7h30. A esta altura, o Brasil já tinha 15 medalhas, ao invés das 12 que apareciam no widget. A 13ª foi a bronze conquistada por Isaquias Queiroz na canoagem individual de 200 metros na manhã da quinta-feira, 18/8, ou seja 2 dias antes.

O risco e o erro de se corrigir declarações em aspas

Uma matéria publicada em 24/8, sobre o lançamento do Plano Agro+, que contempla uma série de ações para desburocratizar o agronegócio, citou a explicação, apresentada pelo secretário-executivo do Ministério da Agricultura, de uma dessas medidas que tem como objetivo eliminar um gasto desnecessário na conservação da carne suína. De acordo com a reportagem, "o Plano Agro + prevê (...) a alteração da temperatura de congelamento da carne suína dos atuais -18°C para -12°C. 'São 6° C a mais que demandam [uma economia significativa de] energia', explicou o secretário-executivo do ministério, Eumar Novacki, sobre a alteração na temperatura". A expressão entre colchetes – "[uma economia significativa de]" - foi acrescentada com boas intenções, para ajudar os leitores a entenderem que a medida visa economizar energia. Guardar a carne a uma temperatura menos fria requer menos trabalho dos equipamentos que regulam a temperatura nas câmaras de refrigeração. No entanto, quando emendada com as palavras do secretário-executivo, a expressão introduzida pela reportagem confunde o sentido das palavras dele mais que ele próprio fez. Quando ele disse que "são 6°C a mais que demandam energia", sua referência à diferença de temperatura foi no sentido do senso comum, não no sentido científico. Os 6°C "a mais" são os seis graus negativos a mais exigidos pela norma atual que demandam mais energia e cuja eliminação resultará em uma economia. A reportagem acertou em perceber que a mudança de -18°C para -12°C corresponde a 6°C a mais no sentido científico. Só que, neste caso, o aumento não demandará energia. Ao contrário, ele economizará energia, porque a energia é gasta no resfriamento, não no aquecimento. Acertando em um, mas não no outro, a reportagem produziu o monstrego de "demandam uma economia significativa de energia", ao invés de "possibilitam uma economia significativa de energia".

Erros na transcrição de declarações comprometem o sentido da informação

No cenário sombrio de crise que assola a economia brasileira, os resultados positivos do agronegócio vêm acendendo uma luz. Curitiba foi palco de um dos eventos voltados para este tema e o correspondente da Agência Brasil em Porto Alegre, viajando a convite da organização do evento, iniciou a cobertura em uma matéria publicada em 25/8: "Em Curitiba, secretário diz que agronegócio pode tirar o Brasil da crise". Um dos participantes da abertura do 4º Fórum de Agricultura da América do Sul foi o governador paranaense, Beto Richa, que também reclamou das barreiras erguidas por outros países para dificultar a entrada da produção agrícola brasileira. Nas palavras do repórter, o governador teria afirmado que "a competitividade dos produtos agrícolas nacionais é prejudicada pelas alíquotas tarifárias levantadas por países onde os custos de produção são inferiores aos do Brasil". O que o governador realmente falou sobre os custos de produção nos países que erguem estas barreiras foi precisamente o contrário, como consta no site da Agência de Notícias do Paraná, que citou as palavras que ele usou no trecho do discurso em que ele tocou neste assunto: "Sem esses acordos, nosso agronegócio, por mais produtivo que seja, continuará sendo prejudicado por barreiras sanitárias, fitossanitárias, ambientais e de outras naturezas, sem falar das punitivas alíquotas tarifárias levantadas por países cujos custos de produção são muitos mais elevados que os nossos".

Paradoxo e discrepância em texto jornalístico

Em matéria publicada pela Agência Brasil em 25/8 sobre a edição mais recente do Mapa da Violência, chamou atenção o índice desproporcional de negros vitimizados por homicídios causados por armas de fogo no Brasil. Não há nenhuma novidade neste dado, que vem sendo constatado há vários anos nas análises do Mapa da Violência. Porém, a palavra que a reportagem escolheu para caracterizar o fenômeno pode ter causado estranheza aos leitores. Segundo a reportagem, "o Mapa da Violência também aponta um **paradoxo** nas taxas de homicídio por armas entre negros e brancos, de 2003 e 2014. Enquanto o número de vítimas negras desse tipo de violência subiu 9,9% no período, o de vítimas brancas caiu 27,1%. Os dados mostram que os negros morrem 2,6 vezes mais que os brancos por armas de fogo e que 94% das vítimas são homens". Onde está o paradoxo? Disparidade ou discrepância, sim. Mas paradoxo? Nos dicionários Houaiss e Aurélio, o termo tem vários significados, dentre os quais: "proposição ou opinião contrária à comum; aparente falta de nexo ou de lógica; contradição; fato incrível; desconchavo, asneira". O reconhecimento da influência do fator raça/cor em praticamente todos os aspectos da sociedade brasileira tornou-se quase uma unanimidade hoje em dia, embora haja diferenças de opinião sobre as causas e a gravidade da discriminação e sobre as medidas indicadas para lidar com o problema. A imagem da democracia racial já entrou para a lixeira da história. O paradoxo seria negar esta realidade.

Lacunas da reportagem sobre jovem brasileira detida nos EUA

Matéria sobre menor brasileira detida em aeroporto nos EUA deixou os leitores em dúvida sobre o itinerário da viagem e os motivos da detenção. Em 30/8, a Agência Brasil publicou uma matéria de um dos seus correspondentes nos Estados Unidos sobre a decisão da Justiça norte-americana de liberar uma adolescente brasileira, detida três semanas antes no aeroporto de Detroit, para voltar ao Brasil. A reportagem constatou o sofrimento que a jovem, Anna Stéfane Radeck, passou durante o período no qual ela ficou presa em um abrigo de imigrantes em Chicago, com o direito de comunicação parcialmente interdito, e as dificuldades enfrentadas por sua mãe na tentativa de liberar a filha. Faltaram, porém, informações essenciais sobre o itinerário da viagem e os motivos da detenção. A reportagem relatou apenas que a jovem “foi encontrada desacompanhada” no aeroporto de Detroit e que a mãe “não foi autorizada a entrar no abrigo, nem foi informada do motivo da detenção”. Infere-se que o fato de estar desacompanhada foi o motivo, apesar da mãe da adolescente afirmar que “Anna Stéfane tinha autorização dos pais para viajar sozinha”. Segundo outros veículos da imprensa, Anna Stéfane teria viajado de São Paulo para os EUA para visitar uma tia no estado da Flórida e estaria no aeroporto de Detroit para fazer uma conexão de voos. Portanto, se esta versão for correta, ela não foi simplesmente “encontrada” lá, desacompanhada. Ela teria chegado ao EUA em um voo no qual a documentação dela, incluindo a autorização dos pais, tinha sido aceita. Então, o que teria acontecido? Ela foi detida pelos funcionários do Serviço de Imigração na hora do desembarque? Segundo reportagens publicadas nos outros veículos, não foi apenas a mãe que foi privada dessas informações. As tentativas do consulado brasileiro em Chicago também foram frustradas e aqui no Brasil a Embaixada dos EUA se recusou a responder às solicitações. Se este bloqueio foi a razão da matéria da Agência Brasil não fornecer informações mais completas sobre este caso, este é um fato que deveria ter sido explicado na matéria.

SETEMBRO

Falta de clareza e objetividade na exposição do assunto

No dia 21/9, uma matéria publicada às 19h10 pela Agência Brasil, sob o título “Representantes do setor automotivo pedem renovação da frota a ministro”, tratou de uma proposta de renovação da frota, apresentada como caminho para a retomada do crescimento da economia em bases sustentáveis por representantes do setor automotivo ao ministro de Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira. O conteúdo foi uma síntese de uma notícia divulgada mais cedo no site do ministério, com alguns trechos reproduzidos palavra por palavra. Apesar das referências sumárias aos aspectos de sustentabilidade incluídos na proposta – especificamente a reciclagem de autopeças e a redução da emissão de gases poluentes produzida por veículos antigos – a reportagem não forneceu nenhum detalhamento sobre como a proposta pretende renovar a frota (de carros particulares), embora conste que o assunto vem sendo discutido há 3 anos. Uma contextualização histórica mínima faria referência aos procedimentos contemplados para a retirada dos veículos antigos, ou por imposições legais ou por incentivos à troca de veículos. As discussões destas questões não são me-

ra abstração. Elas podem ser facilmente encontradas pelos leitores nos sites das entidades envolvidas na elaboração da proposta. Sem estas referências, a reportagem deixa a impressão de que, em termos concretos, a "sustentabilidade" proposta tem mais a ver com a retomada do crescimento do setor automobilístico, com a geração de emprego e renda, que sua inserção em um modelo de desenvolvimento sustentável, no qual a substituição de velhos veículos por novos implicaria um conjunto de mudanças significativas para a sustentabilidade da matriz energética, a qualidade do ar, etc.

Erros em localização e nomes de cidades e estados

Quando se trata de lugares distantes, há de se esperar que todo jornalista se precavenha contra equívocos na identificação das entidades geográficas/administrativas daqueles locais, embora ninguém esteja livre de cometer equívocos. Mas quando o veículo tem um correspondente no lugar, este tipo de erro não deveria ocorrer. Seria o equivalente, por exemplo, a um jornalista radicado no Brasil dizer que Campo Grande é capital de Mato Grosso, e não de Mato Grosso do Sul. Em matéria publicada em 24/9, sobre mais um homicídio na recente série de homicídios múltiplos nos EUA, a reportagem, produzida pelo correspondente da Agência Brasil nos EUA, informa: "Um homem armado com um rifle matou cinco pessoas em um shopping center a 105 quilômetros de Seattle, capital do estado norte-americano de Washington. Seattle, com aproximadamente 650 mil habitantes, é a maior cidade no estado de Washington, mas a capital é Olympia, com cerca de 50 mil habitantes, a uma distância de 100 quilômetros ao sul de Seattle, no sentido contrário à localização da cidade onde os assassinatos ocorreram. Esta não foi a primeira vez que o correspondente da Agência Brasil nos EUA comete um erro deste tipo. No Relatório de Janeiro 2016, a Ouvidoria chama a atenção para uma matéria sobre a disputa entre candidatos à nomeação do Partido Republicano para presidente, com a seguinte observação: "No parágrafo final da matéria [publicada em 24/12/2015], um comentário sobre a estratégia da campanha de outro pré-candidato republicano, Ted Cruz, constatou que 'seu objetivo é realizar uma turnê em Nevada, seguida de um giro pelas cidades mais conservadoras do país: Minnesota, Geórgia, Alabama, Tennessee, Arkansas, Oklahoma e Virgínia'. Os lugares citados não são cidades, são estados".

OUTUBRO

Falhas no uso correto do idioma

Uma matéria publicada pela Agência Brasil na terça-feira (4/10) sobre as características das escolas brasileiras cujos alunos tiveram o melhor desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) anunciou no título: "Enem: federais, militares e técnicas são as escolas públicas melhor avaliadas". A expressão "melhor avaliadas" está errada neste caso. Ao usar "melhor avaliadas", o que se está dizendo é que as escolas citadas teriam recebido uma avaliação mais precisa e justa que as demais, implicando que os critérios não foram os mesmos para todas as escolas. Se a intenção é de apontar

as escolas que ocupam os primeiros lugares no ranking do Enem, a expressão correta é “mais bem avaliadas”, que se refere aos resultados, não ao processo de avaliação. Nos manuais que ensinam o uso correto do idioma, a gramática normativa, encontra-se a seguinte regra: “Na ocorrência de expressões adjetivas com verbos no particípio, utiliza-se a expressão 'mais bem', ao invés do advérbio 'melhor'”. Da mesma forma, “mais mal” ao invés de “pior”.

O velho problema da transposição de reportagens da Lusa

Terminou truncada e com um deslize a matéria da Agência Lusa, reproduzida pela Agência Brasil na terça-feira, 4/10, sobre a sexta rodada de votações no Conselho de Segurança da ONU, marcada para a quarta-feira (5/10) para indicar um nome à Assembleia Geral como sucessor do Ban Ki-Moon no comando da Secretaria Geral da organização: “Num ano em que a ONU tentou trazer transparência ao processo, realizando audiências públicas, entrevistas e debates com os 12 candidatos iniciais, a entrada tardia da vice-presidente da Comissão Europeia foi recebida com desconfiança por alguns países e entusiasmo por outros. Por um lado, analistas defendem que alguns países não vão perdoar uma entrada tão tardia e que a Rússia, confrontada com uma candidata apoiada pela Alemanha e que defende as sanções da União Europeia ao seu país, optará pelo voto”. Quase nada no período final deste trecho faz sentido. Há um “por um lado”, sem que haja o outro lado para completar o argumento. Há a Rússia optando “pelo voto”, quando, se a nova candidata realmente não for do seu agrado, a posição esperada seria “pelo veto”. Os erros são da Agência Lusa, o que não exime o editor da Agência Brasil da responsabilidade de fazer a revisão e consertá-los.

Erro ao reportar assuntos que envolvem números

Em 11/10, a Agência Brasil reproduziu uma notícia da agência parceira Sputnik Brasil, com o título “Ministro: Bolívia aumentou em 15 vezes as receitas de gás nos últimos dez anos” sobre os êxitos alcançados pela Bolívia na exploração do gás natural na última década. O título merece uma observação: usar o cargo ou o nome da fonte, seguido de dois pontos, para atribuir-lhe uma declaração não é a melhor composição, principalmente quando não há nada muito especial na declaração, como é o caso nessa matéria. Como recurso para o veículo eximir-se da responsabilidade sobre o que está sendo dito, o uso da declaração, de preferência entre aspas, é cabível somente em casos polêmicos onde o jornalista verifica a importância de oferecer ao leitor as contradições entre as fontes de uma mesma informação. Todo o conteúdo da matéria se baseou nas declarações feitas pelo ministro boliviano dos Hidrocarbonetos e Energia, Luis Alberto Sánchez, durante a inspeção de um poço de petróleo no departamento de Chuquisaca. No último parágrafo da reportagem apareceu a seguinte informação: “Se em 2005 a produção de gás foi de 30 milhões de metros cúbicos (m³) por dia, em 2016 a produção é de 60 bilhões de m³, acrescentou [o ministro]”. Os dados referentes à produção em 2016 estão errados, tanto na notícia publicada pela Agência Brasil quanto na versão original no site da Sputnik Brasil. Uma produção diária de 60 bilhões de metros cúbicos em 2016 seria equivalente a cerca de seis vezes a produção diária total de gás natural no mundo inteiro. O

valor correto para a produção diária boliviana atual é de algo em torno de 60 milhões, que corresponde a aproximadamente duas vezes a produção em 2005.

O cidadão desaparece e a matéria fica confusa quando o foco é na burocracia

Uma matéria publicada pela Agência Brasil em 14/10, com o título “DPU recomenda que INSS suspenda programa de revisão de benefícios por invalidez”, apresenta inadequações que remetem as seguintes questões: para quem estamos falando? Querendo dizer o quê? A matéria aborda as implicações da demora administrativa para a execução de um programa, lançado pelo governo federal em agosto, que pretende revisar os casos de segurados que recebem há mais de dois anos os benefícios de auxílio-doença e de aposentadoria por incapacidade. Pelo menos é o que se pode deduzir do título. Já no primeiro parágrafo, o texto apresenta uma inconsistência ao informar que em consequência da demora na realização das perícias médicas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a Defensoria Pública da União (DPU) recomendou que o programa – Programa de Revisão dos Benefícios por Incapacidade (PRBI) – fosse suspenso “até que as perícias para concessão de novos benefícios sejam feitas no prazo máximo de 45 dias.” Seria uma espécie de troca proposta pela DPU? O INSS terá que resolver o atraso dos novos benefícios para voltar a fazer a revisão dos benefícios com mais de dois anos? Pode ser, mas o leitor terá que entender por dedução. No segundo parágrafo, novamente prazos e atrasos se confundem: “Desde agosto o PRBI prevê a convocação para perícia médica de todos os segurados em gozo de auxílio doença e de aposentadoria por incapacidade há mais de dois anos. Atualmente a perícia chega a ter atraso de 197 dias, embora o prazo máximo previsto em lei seja 45 dias.” O texto está se referindo ao atraso na revisão dos benefícios, ou à concessão de benefícios novos, estes sim com prazo máximo de 45 dias, conforme está dito no primeiro parágrafo? O terceiro parágrafo tem erros de digitação que chamam a atenção do leitor, por estar em um período muito curto e separado do restante do texto. O quarto e último parágrafo traz uma única frase que o leitor comum poderia não entender em uma leitura rápida, como geralmente é a prática em meios digitais: “A DPU ainda cobra da autarquia que não suspenda benefícios concedidos por decisão judicial em tutela provisória.” O restante do texto é burocrático.

Correção fora de prazo e novos erros

Em 26/10 a Ouvidoria recebeu resposta da Gerência da Agência Brasil a uma demanda antiga, recebida em agosto, na qual um leitor questionou os dados apresentados em uma matéria também antiga, publicada em dezembro do ano passado – “Pessoas que moram sozinhas são 14,4% dos arranjos familiares.” A matéria se baseou nos dados do IBGE referentes ao perfil social da população brasileira em 2014. O aspecto destacado no título e no lide foram os arranjos domiciliares, as formações sociais que ocupam as unidades onde as pessoas moram no país. O título da matéria afirmou que o “número de brasileiros que moram só passou de 56,2 milhões para 70 milhões em dez anos”. A mesma informação foi repetida no lide. O leitor questionou a veracidade das informações apresentadas: “Os dados exibidos na notícia fornecem material de origem duvidosa/desconhecida. Com

uma rápida pesquisa em fontes creditadas é fácil perceber que os valores extrapolam extremamente a realidade. Por exemplo segundo IBGE (2010), o Brasil possuía 6,9 milhões de pessoas que moravam sozinhas”. Depois de uma demora que durou mais de dois meses, a Gerência da Agência Brasil reconheceu o erro e enviou a seguinte resposta para repassar ao leitor: “Seu questionamento está correto: ‘O total de arranjos familiares e arranjos unipessoais [termo utilizado pelo IBGE para se referir às pessoas que moram sozinhas] passou de 56,4 milhões, em 2004, a 70,2 milhões, em 2014’, informa a página 39 da Síntese de Indicadores Sociais de 2015. O número correto é apenas 14,4% de 70,2 milhões. Por isso, o título da matéria, o primeiro parágrafo e a legenda da foto foram corrigidos. Lamentamos o equívoco, pedimos desculpas e agradecemos a colaboração do leitor”. O prazo do atendimento estava longe dos padrões e dos regulamentos da empresa, mas a resposta, quando finalmente chegou, foi adequada. Mas as correções, nem tanto. Depois de corrigido, o título da matéria ficou: “Pessoas que moram sozinhas são 14,4% dos arranjos familiares”. Na nova versão do texto: “O percentual de pessoas que moram sozinhas subiu em relação ao total de arranjos familiares no Brasil. Em 2014, 14,4% das ‘famílias’ que ocupavam um domicílio eram formadas por uma pessoa só, o que representa um crescimento em relação a 2010, quando a participação era de 10% do total. ‘O total de arranjos familiares e arranjos unipessoais passou de 56,4 milhões, em 2004, a 70,2 milhões, em 2014’, informa a página 39 da Síntese de Indicadores Sociais de 2015. O número correto é apenas 14,4% de 70,2 milhões. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 10 anos, houve acréscimo de 13,8 milhões de pessoas nesse grupo. Em 2004, 56,2 milhões de pessoas viviam sós”.

NOVEMBRO

Matéria de agência parceira utilizada sem imagens compromete a informação

Há textos jornalísticos que perdem quase todo o sentido quando não estão acompanhados por imagens. O título de uma notícia, publicada sem imagens pela Agência Brasil na terça-feira (1/11), anunciou “Satélite mostra destruição na Itália após terremotos”. Como o título sinaliza, a reportagem, que resumiu uma matéria divulgada no site da agência parceira Ansa na mesma data, partiu da perspectiva de um satélite e fez uma abordagem enfatizando mais as imagens da destruição do que da destruição propriamente dita. As imagens, segundo a matéria, possibilitam uma comparação, antes e depois do abalo, da cidade de Nórchia, que fica próxima ao epicentro do terremoto que atingiu a região em 30/10. Dos cinco parágrafos da matéria, quatro se referiram à maneira em que as imagens foram captadas e processadas. O terceiro parágrafo exemplifica como o assunto foi tratado: “No mapa, foram sinalizados em vermelho os pontos que desabaram no terremoto ou que sofreram algum dano. Excluindo as áreas de vegetação, quase todos os quarteirões com imóveis construídos possuem a sinalização vermelha”. A matéria no site da Ansa foi acompanhada por um mapa gerado pela Google Imagens, com áreas vermelhas que indicam onde houve diferenças nas imagens feitas antes e depois do abalo. Além do mapa, uma foto mostrou a destruição em uma das ruas da cidade. Assim, com o auxílio destas amarrações, o texto faz sentido. Na reportagem da Agência Brasil, que veio sem nenhuma imagem, o texto deixou os leitores pairando no espaço.

Conteúdo de psicologia infantil apresentado não tem referência nem autoria

Em 03/11 o canal “Para pais” na seção “Destaques por Canal”, na capa do Portal EBC, exibiu um conteúdo intitulado “12 dicas para ajudar crianças a fortalecer a autoestima”. O crédito do artigo é atribuído ao Desenvolvimento Infantil – FMCSV. O que primeiro chamou a atenção do monitoramento foi uma das dicas, a nona, “Faça elogios sem exageros e com objetividade”. De acordo com o autor, “comentários objetivos, que enalteçam os feitos da criança, devem também ser feitos na frente de outras pessoas, para que ela se sinta valorizada e útil”. Independentemente de concordar ou não com esta dica, os leitores poderiam querer saber mais sobre as credenciais de quem dá esta orientação, bem como os outros aconselhamentos dados nas dicas. A busca, porém, seria em vão. A fonte creditada, cujo site é acessado quando se clica no crédito, é a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, dedicada a atividades relacionadas à promoção do desenvolvimento integral na primeira infância. Porém, o autor do artigo reproduzido pelo Portal EBC não é a Fundação, que pegou o artigo em um blog chamado “A mente é brilhante”. Um clique no nome da fonte, no final do artigo, leva para o site do blog. Porém, não há nada no blog, nem nas páginas do blog nas redes sociais, que identifique os responsáveis, nem seus nomes, nem as organizações, empresas, etc., com as quais eles são associados. Tampouco se sabe quem produz os conteúdos e de que fontes se utilizam. Portanto, o Portal EBC reproduziu um conteúdo sem referência e autoria confiáveis. O fato de serem classificadas como “dicas” não dispensa os necessários cuidados jornalísticos, e se são veiculadas pelos veículos da EBC, elas também são parte da responsabilidade jornalística da EBC.

Dados não informados prejudicam a clareza da notícia

Na quinta-feira, 3/11, a Agência Brasil publicou uma matéria sobre uma audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, na qual a PEC dos gastos públicos foi avaliada por dois economistas. Os dois fizeram críticas a respeito da proposta. Daí o título da matéria: “PEC do Teto deve aumentar desigualdade social, dizem economistas”. Quando o outro lado não comparece, não há debate. Para o público, não basta a reportagem reproduzir trechos das declarações dos especialistas e acrescentar, como contraponto, uma citação retirada de outra etapa da tramitação da proposta. É preciso também identificar os presentes e os ausentes no evento e fornecer informações para esclarecer porque o debate não aconteceu. O outro lado da questão foi apresentado, de forma resumida, no final da matéria, através das referências ao parecer favorável à proposta dada dois dias antes (1) pelo relator da PEC na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, o senador Eunício de Oliveira (PMDB-CE). Em toda a matéria ele foi o único senador cujo nome e filiação partidária foram mencionados. A única outra informação relacionada ao posicionamento das forças políticas envolvidas no debate foi a observação de que “o Ministério da Fazenda foi convidado para participar da audiência na CAE, mas não enviou representante”. A matéria foi correta na apresentação dos argumentos dos dois economistas e foi correta na inclusão de uma referência ao outro lado da questão. Mas a cobertura de uma audiência pública no Senado requer informações que vão além da abordagem imparcial dos lados do debate e da constatação de que um dos convidados se recusou a participar.

Uso inadequado de palavras interfere na realidade dos fatos

“Temer diz que gravar um presidente é ‘gravíssimo’ e pede divulgação de conversa” – até aí, tudo certo. Mas no Portal EBC, o título atribuiu à declaração uma ênfase que não condiz com os fatos: “Temer diz que gravar um presidente é ‘gravíssimo’ e exige divulgação de conversa”. Para serem atraentes e conquistarem o público para a leitura da reportagem, os títulos devem mesmo guardar certa ênfase. Mas o limite entre a ênfase e o exagero é muito tênue e pode comprometer a exatidão da informação, levando o leitor a interpretações desabonadoras para o veículo. Entre os verbos pedir e exigir há uma larga distância de sentido, principalmente quando o sujeito da oração é um presidente da República e o objeto direto é uma gravação polêmica.

O erro de “corrigir” falas das fontes em declarações entre aspas

O Conselho Curador da EBC foi extinto no início de setembro, através da Medida Provisória 744, que, além de extinguir o Conselho, fez outras alterações na administração da empresa. Para obter um parecer sobre a transformação definitiva da MP em lei até a data limite de 9/2/2017, quando a MP começará a trancar a pauta da Casa onde estiver tramitando, criou-se uma Comissão Mista no Congresso. Duas audiências públicas já foram realizadas para debater o tema. Na segunda dessas audiências, realizada em 29/11, o tema central foi a extinção do Conselho Curador da EBC. Na edição da reportagem que a Agência Brasil publicou sobre a sessão, com o título “MP que reformulou a EBC volta a ser discutida no Congresso”, apenas quatro dos convidados foram citados em uma parte da matéria introduzida pelo subtítulo “Independência”. De Tereza Cruvinel, ex-diretora presidente da EBC, Renata Mielli, do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação; o presidente do Conselho de Comunicação Social do Senado, Miguel Ângelo Cançado, e o relator da MP, senador Lasier Martins (PDT-RS). A matéria ofereceu uma espécie de contraponto em uma parte do texto, com o subtítulo “Audiência anterior”, citando afirmações feitas pelo atual diretor-presidente da EBC, Laerte Rimoli, na audiência realizada pela Comissão Mista cinco dias antes, em 24/11: “O Conselho Curador que existia na EBC se intrometia na administração, era um conselho que gastava muito. Os critérios para escolha dos conselheiros não eram muito claros, e o que se viu foi um conselho totalmente aparelhado pelo governo anterior. Acho que, se houver um conselho consultivo de programação, mas que não abuse do poder, porque o conselho que existia antes, [com] dois votos de desconfiança, poderia destituir o presidente, e isso, a meu ver, não é correto.” A edição dessa parte das falas do presidente da EBC, referentes à primeira audiência, aponta, imediatamente, para a omissão, na reportagem sobre a segunda audiência, das falas que respondiam a essas colocações e que tomaram a maior parte da audiência que foi exibida em tempo real por internet. A omissão das falas corresponde a também não ter sido citada, na reportagem, a presença dos três ex-integrantes do extinto conselho na Mesa da audiência – Rita Freire, ex-presidente, e os conselheiros Venício Lima e Akemi Nitahara sequer tiveram seus nomes citados. Se o ponto central dos debates, naquela sessão, era a extinção do Conselho, não se justifica ter omitido a figura central da pauta. Tecnicamente, pelo menos a ex-presidente do Conselho deveria ter sido citada. Há outro problema, do ponto de vista jornalístico, nas aspas atribuídas ao diretor-presidente, quando ele responde à per-

gunta do senador Lasier Martins sobre o que acha de o candidato à presidência da EBC ser sabatinado no Senado. A frase original, dita por Laerte Rimoli é a seguinte, conforme pode ser conferida na transcrição da audiência que o Senado disponibiliza: “Um Presidente da República ter uma empresa estatal para a qual ele não pode nomear o presidente é um negócio um pouco esquisito. Depois, se essa empresa **estatal** presta serviço ao Executivo, e o presidente lá de plantão não é recebido em Palácio... gera distorções.” Não é tecnicamente correto mudar aquilo que originalmente foi dito pela fonte, quando a reportagem seleciona o trecho para colocar entre aspas. Veja o texto editado: “Um presidente da República que não pode nomear o presidente de uma empresa **pública** é um pouco esquisito. Se essa empresa presta serviço ao Executivo, e o presidente não é recebido em palácio, gera distorções”. A Agência editou a fala do presidente da EBC, inserindo algo que ele efetivamente não disse, e que, aliás, é um dos aspectos polêmicos da discussão em torno da MP 744 – a empresa, afinal, é pública ou é estatal? Obviamente o assunto é desconfortável para os veículos da EBC, e existe somente uma forma de lidar com isso: o rigor jornalístico.

DEZEMBRO

Uso incorreto da linguagem empobrece a cobertura

No domingo, 4/12, quando a mídia ainda dava conta dos últimos fatos relacionados à tragédia que vitimou a equipe da Chapecoense e outros passageiros do voo da LaMia, que caiu na Bolívia, na página da Agência Brasil liam-se os seguintes títulos: “Jornalistas da Fox são velados nas sedes do Flamengo e do Fluminense”; “Jornalistas e jogadores da Chapecoense são sepultados no interior de SP”. Mesmo não sendo a forma jornalística ideal, claro que o leitor entenderá a quais jogadores e jornalistas a Agência está se referindo, alinhando o sentido da frase e subentendendo a informação. Mas quando uma pessoa morre, vela-se e enterra-se o corpo e não a pessoa, o profissional, sua identidade no mundo dos vivos. A forma consagrada de falar atualiza a crença, generalizada na linguagem, da existência da alma imortal – o que se enterra são os restos mortais, o corpo, que não se confunde com a pessoa, que se crê ser em essência uma alma ou espírito. Em termos de estilo, se mais não for, ao velar e enterrar apenas o corpo, preserva-se o afeto, a história, a identidade que se entende ser a alma de uma pessoa. Esta é a única forma de se justificar uma cobertura jornalística tão extensa, densa e emocional como foi a da tragédia com o avião da Chapecoense.

Falta de atualização afasta o leitor

A seção “Temas do Momento”, na capa do Portal da EBC, continua a apresentar problemas nas listas de conteúdos disponibilizados. Em verificação feita em 12/12, pela manhã, as listas estavam defasadas em dois dos quatro temas destacados. Na rubrica “Lava Jato”, por exemplo, o internauta que buscasse o acervo de informações sobre o tema, veria uma lista com apenas uma matéria, de 3/1/2015. A rubrica “Renan Calheiros” estava menos desatualizada, mas, mesmo no período abrangido, a lista estava incompleta. Faltava, por exemplo, a matéria sobre o liminar do ministro Marco Aurélio que determinou o afastamento do senador da presidência da Casa. Além disso, as matérias mais recentes são da terça-feira (6/12), antes da votação do STF em plenário que manteve o senador no cargo.

Agência privilegia declarações oficiais e deixa fatos em segundo plano

Título e lide são partes fundamentais do texto jornalístico e funcionam como atrativo para que o leitor se interesse em ler toda a matéria. Sobre o vazamento da pré-delação do ex-executivo da Odebrecht, Cláudio Melo Filho, a Agência Brasil publicou sete matérias, do dia 9 a 12/12, período em que circularam as principais informações sobre o assunto. Em todas elas o lide traz declarações oficiais, antes de citar o fato motivador das declarações. Mesmo quando citada no corpo do texto, a informação principal é dada de forma superficial, sem entrar nos detalhes que o leitor já conhece por outros veículos de imprensa, dando à cobertura um tom oficialista.

Sistema de Rádio

Os resumos apresentados nesta seção são baseados nas edições do Boletim da Ouvidoria, publicação semanal de análise de conteúdos de todos os veículos, encaminhada exclusivamente à Diretoria Executiva, seus assessores e gerentes autorizados. O conteúdo dos Boletins é a base para a elaboração dos relatórios mensais de Ouvidoria. O trabalho de análise é feito por amostragem, destacando problemas recorrentes ou pontuais, objetivando contribuir para a qualidade do serviço prestado. Ao longo de 2016, foram publicadas 59 análises referentes às rádios do sistema público.

JANEIRO

Falta de clareza nas notícias de economia

Na primeira matéria do *Repórter Nacional* (12h), de 4/1/16, o locutor anuncia: *"Instituições financeiras projetam queda da economia em 2,95% este ano"*. O texto utiliza a mesma linguagem dos veículos impressos, dificultando o entendimento do ouvinte. O fato de a economia ser um assunto bastante complexo representa um desafio, exigindo um esforço maior na busca das formas de abordagem. Assim é necessário interpretar os dados para repassá-los ao ouvinte. As notas lidas pelo locutor vão pelo mesmo caminho. Elas não se diferenciam dos textos dos veículos impressos.

Falha de edição e de produção

O locutor anuncia: *"Arábia Saudita dá prazo de 48 horas para diplomatas iranianos deixarem o país"*. E chama um correspondente internacional. Era pouco depois de meio dia e o jornalista começa: *"Muito bom dia, nove e meia em Paris, seis e meia em Brasília, no ar..."* Interrupção e corte para o locutor: *"Daqui a pouquinho, portanto, nós teremos o (correspondente) direto da Rádio França Internacional"*. Mas não houve a segunda tentativa.

Quadro Ideias Inovadoras com propaganda

O quadro Ideias Inovadoras, de 04/01/16 tratou do aplicativo sobre saúde criado pelo médico Ícaro Alcântara. O quadro é importante e contribui para divulgar pesquisas e inovações. Mas é preciso tomar cuidado e encontrar a maneira certa de construir as matérias para que não pareçam uma propaganda ou que estamos veiculando matéria paga. No caso desta reportagem o aplicativo é vendido como se fosse um produto que cura todas as doenças.

A notícia que a Rádio Nacional não deu

No dia 11/01/16, foi divulgada a acusação de Nestor Cerveró, dentro do acordo de delação premiada, de que o PSDB teria recebido propina de 100 milhões de dólares na negociação de compra de

petroleira argentina. Denúncias anteriores feitas por Cerveró e que atingiam membros do governo ou da base aliada foram divulgadas com grande estardalhaço pela mídia privada. O valor estava muito acima de tudo que já tinha sido denunciado e atingia grupos que estavam à frente do movimento pelo *impeachment*. O fato é de importância jornalística, até mesmo os veículos que têm coberto a Lava Jato de forma parcial não omitiram a notícia. A Rádio Nacional teve o dia inteiro para apurar, no entanto, depois das 11h, quando a notícia apareceu pela primeira vez, foi transmitido o *Repórter Nacional*, ao meio-dia, e em seguida nove boletins *Nacional Informa*, em cada hora cheia. E não se falou do assunto.

Nacional Informa não foi ao ar à meia-noite

No mesmo dia, o boletim que é veiculado de hora em hora não foi transmitido. No entanto, no encerramento do noticiário das 23h00, foi comunicado que o *Nacional Informa* voltaria a meia-noite. Mas nesse horário entrou a vinheta: "*Você está na Rádio Nacional do Rio de Janeiro, uma emissora da EBC – Empresa Brasil de Comunicação*". Que foi repetida quatro vezes consecutivas.

Homenagem a Noel Rosa com cinco anos de atraso

Já nos primeiros minutos do dia 12/1/16, entra no ar o programa *Roda de Samba*. A apresentadora anuncia: "... Neste centenário de nascimento do poeta da Vila, apresentamos hoje, no *Roda de Samba*, suas canções nas vozes de grandes nomes. Nomes que começaram a gostar do samba por causa de Noel, como Luiz Melodia e João Nogueira, que interpretam *Feitio de Oração*." Acontece que o centenário de nascimento de Noel havia acontecido há mais de cinco anos, no dia 11 de dezembro de 2010. A homenagem, com data incorreta, seguiu com canções do compositor e informações sobre a vida e a carreira de Noel Rosa.

Jornalismo da Rádio Nacional da Amazônia feito por Brasília

A Rádio Nacional da Amazônia transmite sua programação a partir da capital federal, Brasília, cidade onde está sediada, para toda a região Norte, embora, pela abrangência do sinal, alguns estados das regiões Centro-Oeste e Nordeste também recebam a emissora. Um dos programas da rádio é o *Jornal da Amazônia*, cuja primeira edição vai ao ar de segunda a sexta-feira, das 7h45 às 8h. Na edição de 18/1/16, por exemplo, o jornal estava centrado basicamente em serviços. Foi verificado que em cerca de 50% das matérias, os (as) repórteres encerram com a assinatura: "*De Brasília, fulano (a) de tal*". Ou seja, além de a rádio estar localizada fora da Amazônia, os repórteres também estão distantes, construindo matérias, quem sabe, a partir de material de agências de notícias, de *releases* e fazendo entrevistas por telefone. Não existe a presença do repórter no local dos acontecimentos. É o caso de se perguntar: o fato da emissora estar localizada fora da Amazônia, assim como boa parte dos repórteres, não prejudica a credibilidade do jornalismo que faz?

Erro de informação sobre produção agrícola

Algumas matérias são assinadas por repórteres de emissoras parceiras do sistema de rádios da EBC. Um exemplo foi a da Rádio Timbira, do Maranhão, sobre a produção agrícola do Estado, com base em dados do IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. O locutor chama a reportagem: *"O IMESC divulgou nota de estimativa da produção agrícola do Estado referente ao mês de dezembro de 2015"*. E aí está o primeiro equívoco. A chamada e o texto do repórter fizeram confusão – informando que a produção era apenas do mês de dezembro, mas os dados eram de todo o ano de 2015. Outro problema é que a matéria foi ao ar já em 2016 e a informação divulgada confunde o ouvinte, já que compara *"este ano com o ano passado"*. No entanto, os dados do estudo do IMESC foram da produção do ano de 2015 em comparação com o ano anterior, ou seja, com 2014.

Descuido na edição

Na edição das 7h45 do dia 11/1, houve um erro no final do Jornal da Amazônia. O início foi correto: *"São sete horas e quarenta e cinco minutos. Começa agora o Jornal da Amazônia, 1ª edição."* O problema foi no encerramento: *"São oito horas no horário brasileiro de verão aqui em Brasília e termina o Jornal da Cidade, 1ª edição."* O jornal começou com um nome e terminou com outro.

Piadas inadequadas no programa Alvorada Brasileira

O programa *Alvorada Brasileira* (domingos, das 5h às 7h), da Rádio Nacional da Amazônia, tem como prato principal a execução de músicas sertanejas e/ou bregas, entremeadas por piadas contadas pelo apresentador. Há também a informação da hora (em tom de empolgação, como se fosse a narração de uma grande jogada numa partida de futebol) e a leitura de mensagens dos ouvintes. Na edição do domingo (31/01/16) foram contadas 19 piadas, sendo que três delas tinham como vítima o português e em nada menos que 12, a sogra, com textos que estavam distantes dos princípios e objetivos da radiodifusão pública.

FEVEREIRO

Oficialismo na cobertura do Dia Nacional Contra o Zika

A cobertura do radiojornalismo do Dia Nacional contra o Zika, em 13/02/16, começou às 9h, pelo *Nacional Informa*. O boletim mostrou a mobilização de autoridades políticas. No relato feito pelo jornalismo, a ênfase foi na participação de ministros e da presidenta Dilma Rousseff. O tom oficialista se destacou e colocou em primeiro plano as visitas que representantes do governo federal fizeram as capitais dos estados e agendas de autoridades. A exceção foi o *Nacional Informa* das 11h, quando uma repórter ao vivo trouxe notícias de Brazlândia, a região do Distrito Federal com o maior índice de proliferação do mosquito. E no último boletim, das 15h, com a informação de que o Rio Grande do Sul suspendeu o uso de larvicida no combate ao *Aedes Aegypti*.

Rádio MEC AM interrompe programação sem explicar o motivo

Segunda-feira, dia 15/2/16, estava no ar *Ecos da Terra – Gênero e Sustentabilidade*. A apresentadora entrevistava Evelin Brito, diretora-presidente da Cooperativa Futuro de Irajá. A certa altura a entrevista sai do ar e a emissora fica muda. Sete minutos e 12 segundos depois, volta com uma música, pelo meio. No final, a apresentadora informa: “*Sueli Mesquita, Vira lixo – e com essa música a gente se despede.*” Não houve explicação aos ouvintes, nem pedido de desculpas. É possível que a apresentadora e demais membros da equipe tenham continuado o programa sem saber que a emissora não estava transmitindo. O que caracterizaria falta de supervisão.

Rádio faz chamada para programa que não existe

Na terça-feira, dia 16/2/16, recebemos mensagem de um ouvinte dizendo que naquele dia o programa *Roda de Choro* não tinha ido ao ar (na rádio MEC AM, do Rio de Janeiro). A direção da rádio nos informou que o programa não fazia mais parte da programação da emissora. Mais tarde, outro ouvinte entrou em contato para dizer que a MEC AM tinha feito uma chamada anunciando que o programa *Roda de Choro* iria ao ar às 17h. A Ouvidoria pesquisou e descobriu que o ouvinte tinha razão. A Ouvidoria voltou a entrar em contato com a programação da emissora, que nos enviou outra nota dizendo que tinha sido verificada a planilha e o roteiro do dia 16/2/16 e que não havia sido encontrada nenhuma chamada do extinto *Roda de Choro*. “*Mas*” – acrescentou – “*realmente no Infocrec (arquivo de gravação do que vai ao ar) aparece uma veiculação, provavelmente colocada erroneamente para cumprir horário*”. Assim, a chamada de um programa que não existe mais estava entre as peças usadas como “calhau”, isto é, para preencher emergencialmente eventuais lacunas de horários.

Rádio MEC AM - Músicas, autores e intérpretes não identificados

No domingo, 21/2/16, a rádio MEC AM do Rio de Janeiro não informou o nome da música, do autor e do intérprete. A emissora passou pelo menos duas horas – das 13h às 15h –, em que uma música sucedia a outra sem qualquer informação sobre as obras.

Falta de cuidado com a seleção musical

O programa *Alvorada Brasileira*, da Rádio Nacional da Amazônia, é exibido aos domingos, das 5h às 7h. No dia 28/2/16, o apresentador anunciou a dupla Teodoro e Sampaio, cantando “*Tô Querendo Mais*”. Só que a música que interpretaram foi outra, intitulada “*Mulher Moderna*”. A letra da música consiste num desrespeito à mulher de maneira geral. A letra deixa clara a necessidade de maior cuidado na seleção musical porque, do contrário, toda a campanha em favor dos direitos de cidadania das mulheres, que mobiliza o sistema de rádios da EBC, é anulada por 'obras' que apresentam trechos como:

“Todo homem que tem muita grana

Ganha na manha a mulher que quiser”

Uma emissora que faz parte do sistema público de rádios, cujas vinhetas anunciam a intervalos regulares “música, educação e cultura”, tem que ter mais critério na seleção musical.

MARÇO

Problemas no quadro *História Hoje*

Resumo da Ópera

O quadro *História Hoje* relembra fatos históricos ocorridos no mesmo dia do mês em que a edição vai ao ar. Em 9/3/16, o tema que foi a estreia da ópera Nabucco, do compositor italiano Giuseppe Verdi, em 9 de março de 1842. Com exceção às referências iniciais ao local da estreia - o Teatro La Scala, em Milano - à popularidade da obra e um trecho curto do Coro dos Cativos Judeus, a reportagem toda foi um resumo do enredo, parecido aos resumos dos capítulos das novelas encontrados nos jornais e revistas. Nada sobre o contexto histórico, em que a libertação do povo judeu escravizado na Babilônia, retratada na ópera, foi adotada como uma manifestação do nacionalismo italiano contra o jugo austríaco na época da composição. Nem tampouco informações sobre as apresentações da ópera no Brasil.

Quando “ditadura” vira bordão

A edição de 12/3/16 do programa *Revista Brasil*, na Rádio Nacional AM de Brasília, levou ao ar uma matéria sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres nos esportes. Entre outros aspectos, a reportagem destacou algumas medidas oficiais adotadas no século XX que tratavam de definir quais os esportes que as mulheres podiam ou não podiam praticar: “O documento [o decreto que proibia a participação das mulheres em qualquer esporte incompatível com as condições da sua natureza] foi assinado por Getúlio Vargas em plena ditadura do Estado Novo, em 1941. Anos mais tarde, na ditadura militar, em 1965, o Conselho Nacional de Desportos não deixou dúvidas e listou quais os esportes proibidos para as mulheres: (...). A proibição caiu há 45 anos, mas até hoje (...)”.

Esta contextualização cronológica, que associa as medidas repressivas em relação à participação feminina nos esportes aos períodos de ditadura no Brasil, poderia ser válida, se não fosse por uma coisa. Faltou uma associação para a última data citada. “Há 45 anos”, quando a proibição caiu, coincide com 1971, que foi o ápice da repressão. Em muitas circunstâncias, “ditadura” funciona bem como elemento de contextualização histórica, mas não virando bordão.

Na missa, pároco chama para manifestações contra o governo

Em 13/3/16, domingo, dia marcado para manifestações em todo o país pelo *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, a programação da Rádio Nacional AM de Brasília, em cadeia com outras emissoras, tanto do sistema de rádios da EBC quanto parceiras, começou com uma chamada para os atos, no programa Santa Missa Dominical (7h00 às 8h00). O frei Júnior César Rosa interrompe a celebração para dizer: “Hoje, o Brasil vem pras ruas. Daqui a pouquinho, né? (as manifestações estavam marcadas para começar às 10h00). *É justo! É legítimo!*” Apesar de se tratar de um programa

religioso, numa emissora pública, o pároco fez uma espécie de convocação para a manifestação contra o governo. Na sequência, de forma mais discreta, fez um paralelo das manifestações com passagens bíblicas.

Natureza Viva traz mais variedade do que sustentabilidade e ecologia

O título do programa é *Natureza Viva*. Só que na vinheta, o nome é outro: *"Sob o signo da sustentabilidade, está no ar... Natureza é Vida (música)... Há 20 anos trabalhando a sustentabilidade no equilíbrio do planeta"*. O "Natureza é Vida" é trecho de uma música da dupla Glorinha e Renato. Foi adotada como vinheta do programa. O ouvinte deve ficar confuso com os dois nomes.

No entanto, o que mais chama a atenção é que o programa deveria tratar de ecologia, meio ambiente, sustentabilidade, mas esses assuntos são abordados muito lateralmente. No programa de domingo, dia 13/3/16, por exemplo, o assunto ecologia só apareceu aos 40 minutos e, mesmo assim, limitado a uma entrevista com a representante de um jornal sobre ecologia. Trata-se na verdade de um programa de variedades. Assim como na transmissão anterior da Santa Missa, o *Natureza Viva*, logo no início, tratou das manifestações contra o governo Dilma. Diz a apresentadora: *"O dia de hoje promete intensas mobilizações pró e contra o governo... (as manifestações eram apenas contra o governo – a Frente Brasil Popular tinha remarcado os atos pela democracia para o dia 18/3)... Há um forte temor que os atos marcados para daqui a pouco, em várias capitais brasileiras, possam acirrar a violência entre os manifestantes e se desdobrar em fatos até sangrentos. Por isso, o recado para você que aí tá se aprontando para sair às ruas com suas bandeiras de lutas: evite provocações desnecessárias (sic) e acima de tudo o acirramento de ânimos. Lembre-se: se o seu compromisso é com o Brasil, faça valer o lema Ordem e Progresso e festeje a democracia que, dentre outras coisas, nos permite a livre expressão"*. E entra a música "Ordem e Progresso", na voz de Beth Carvalho. A música foi gravada em outra conjuntura, com outra conotação. Mas, no dia da grande manifestação contra o governo, em que os manifestantes se habituaram a agitar a bandeira brasileira e a se vestir com as cores verde e amarela, a veiculação desta música pode ter parecido aos ouvintes um apoio à manifestação. Os ouvintes mais atentos, de um lado e de outro, podem ter chegado à conclusão de que se tratou de posicionamento da emissora.

Engenharia sem condições de trabalho

Ouvinte do Rio de Janeiro, da Rádio MEC FM, reclamou de chiado intermitente nos horários de alguns programas dos quais se declara fã, principalmente de música clássica. Ela se diz moradora do bairro de Santa Teresa, perto da rua Gomes Freire, onde fica a emissora. A mensagem foi enviada à Engenharia, que retornou resposta dizendo que os chiados devem ser provenientes de alguma emissora clandestina, e aconselha a ouvinte a sintonizar alguma frequência adjacente à da MEC FM para saber se existe ou não alguma dessas emissoras. A Engenharia pede que, em caso positivo, ela deve passar algum dado que permita a identificação dessa emissora, o que é necessário para a ANATEL ser acionada. A ouvinte voltou a entrar em contato com a Ouvidoria, reclamando de ruídos e chiados, principalmente nos fins de semana. A Engenharia foi novamente acionada e retornou resposta garantindo que os chiados não partem da transmissão, que é limpa, sem ruídos. Diz que só

pode ser interferência local e sugere que a ouvinte sintonize a MEC FM em outro local, em outro receptor, para verificar como está o som neste local. A Ouvidoria pediu que fosse dado outro encaminhamento que realmente solucionasse o problema. Foi então que a Engenharia enviou uma resposta expondo os problemas que enfrenta e que não seria o caso de repassar à ouvinte. "Somente indo ao local, o que ela não informou, e munido de um medidor de campo (que não possuímos) ou um receptor padrão é que poderíamos avaliar melhor a recepção." Acrescenta que o que deve explicar a maioria das reclamações "é a questão da potência do nosso transmissor, que está operando com cerca de 1/3 da nominal, pois faltam peças de reposição".

Essa situação, diz a Engenharia, é em relação ao transmissor principal. Quanto ao reserva, a situação é ainda pior, pois necessita da válvula final, que está fraca, "o que faz com que o equipamento trabalhe com apenas 1/4 da sua capacidade. A Engenharia entende que os problemas que geram as reclamações só podem ser resolvidos com o investimento na área, pois sem a transmissão adequada, o produto final nem chega ao ouvinte/telespectador". E por fim informa que as solicitações de aquisição desses componentes já foram feitas há meses. E como é que vamos explicar isso aos ouvintes?

Assunto importante tratado como pauta secundária

Desde que foi anunciada a reunião do PMDB, marcada para o dia 29/3/16, com o objetivo de decidir se continuava na base de sustentação ou se rompia com o governo, este passou a ser o principal assunto político do país. Afinal, um partido com as maiores bancadas (68 deputados e 18 senadores) tem uma força decisiva para os rumos políticos do país. No entanto, no dia D da reunião, os noticiários da Rádio Nacional AM de Brasília de maneira geral trataram o assunto como outro qualquer, sem nenhum investimento extra. O país aguardava ansioso e naturalmente queria notícias e opiniões sobre a reunião. O jornal *Repórter Nacional*, das 12h, abordou a questão corretamente, inclusive adiantando que o PMDB deveria anunciar a decisão de rompimento com o governo e a saída de ministros e demais peemedebistas dos cargos que ocupam. Mas o tempo da matéria foi exíguo, se for considerada a importância do evento. Nos boletins *Nacional Informa* das 14h e 15h, o assunto foi tratado de forma secundária e tangencialmente. O anúncio da decisão do partido foi feito pela apresentadora do programa *Tarde Nacional* apenas dois minutos após o término da reunião. O jornalismo, nesse caso, mostrou agilidade. A cobertura em geral foi ligeira, como se fosse um assunto absolutamente trivial. Não foi ouvida a voz de nenhum participante dos acontecimentos ou que tenha sido afetado pela decisão. Não houve nenhuma entrevista ou análise sobre o tema.

Músicas, autores e intérpretes sem identificação

O programa Alô, Brasil, apresentado pela Rádio Nacional AM de Brasília das 3h às 6h, foi analisado no dia 22/3/16. Foram verificados vários problemas num pequeno trecho de meia hora, das 5h20 às 5h50. Nesse intervalo, foram veiculadas dez músicas. Seis delas sem nenhuma identificação e quatro tiveram apenas o nome do intérprete identificado e, em todos os casos, erradamente.

Passada uma semana, no dia 29/3, a Ouvidoria verificou se houve algum progresso no programa *Alô, Brasil*, no mesmo horário analisado antes, das 5h20 às 5h50. O esquema continua o mesmo. Uma voz anuncia unicamente o nome do(a) intérprete da música que se segue e não diz absolutamente nada sobre as duas músicas que entram na sequência. A única diferença desta edição do *Alô Brasil*, de 29/3, em relação ao programa analisado em 22/3, é que, desta vez, não erraram no nome dos intérpretes.

ABRIL

Notícias com enfoque e sonoras sem equilíbrio

Desde quando começaram os trabalhos de análise do parecer do relator Jovair Arantes, na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, este era o assunto mais comentado na área da política. Segunda-feira (11/4/16) foi o dia em que as atenções estavam concentradas na Câmara, pois teriam seguimento as intervenções dos inscritos e no início da noite seria feita a votação, do parecer sobre a abertura do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Roussef. O boletim *Nacional Informa*, da Rádio Nacional AM, de Brasília, das 18h, apresentou uma edição sem equilíbrio. O boletim tratou do cancelamento do registro profissional de José Dirceu, destacou a longa fala do líder do PSDB, Antônio Imbassahy – e só dele – em favor do processo de *impeachment*. Não houve o contraponto. Enquanto isso, ocorria também o ato contra o *impeachment*, nos Arcos da Lapa, no Rio de Janeiro, que reuniu milhares de pessoas e contou com a participação do ex-presidente Lula e de vários artistas. No entanto, na Rádio Nacional AM, de Brasília, a matéria sobre a presença de Lula no Rio de Janeiro, falava basicamente sobre a visita que fez a Luiz Fernando Pezão no hospital, descreve o estado de saúde do governador e apenas secundariamente refere-se ao ato com artistas do qual o ex-presidente participaria. O assunto reunião da Comissão Especial do *impeachment* só ganhou destaque no *Repórter Nove Oito Zero*, às 18h30. Tanto nas manchetes quanto nas matérias o assunto em destaque foi a reunião da Comissão Especial. Também neste noticiário houve desequilíbrio. A reunião da Comissão Especial da Câmara só foi tratada no boletim *Nacional Informa* das 21h00. Foi uma coisa curta, *a posteriori*, que não fez jus à importância da reunião, mas o tratamento foi correto.

Desequilíbrio entre fontes da informação prejudica notícia

A edição das 23h do dia 11/4/16 do boletim *Nacional Informa*, da Rádio Nacional de Brasília, anunciou: "*Organizações não Governamentais e a Comissão Pastoral da Terra discordam da suspensão da Reforma Agrária pelo Tribunal de Contas da União. O TCU apontou irregularidades na distribuição de lotes pelo Incra.*" E entra o repórter, do Pará: "*De acordo com as investigações determinadas pelo Tribunal de Contas da União, cerca de 578 mil pessoas se beneficiaram com a fraude em todo o Brasil, recebendo terras e recursos da Reforma Agrária, entre eles, 62 mil empresários, 144 mil servidores públicos do Incra, 800 vereadores, cerca de 100 deputados estaduais, 69 vice-prefeitos, um senador da República e 38 mil pessoas que já morreram. Para chegar a esses números, o Tribunal de Contas da União recebeu relatório fruto do cruzamento de dados da Receita Federal e do Incra (...).*" Todos esses dados tinham sido divulgados cinco dias antes pelo TCU e já tinham sido contestados logo em seguida pelo Incra. No entanto, o *Nacional Informa* não divulgou a nota de contestação do Incra, que

diz em resumo: "A maioria das discrepâncias – 417.076 registros – diz respeito a situações que ocorreram após as famílias já serem beneficiárias do programa." Acrescenta o Incra, por exemplo, que dos 1079 políticos dados como tendo recebido lotes irregularmente, no momento do benefício apenas 11 deles já eram políticos. Explica que o levantamento do TCU esquadrinha 45 anos do órgão, passando diversos governos. E o título da matéria, puxando pela reação das entidades voltadas para a Reforma Agrária, diz apenas que elas discordam da decisão do TCU. Na verdade, foram muito mais contundentes, como se pode ver pelo título da nota assinada por 11 entidades – "Nota de repúdio: golpe de misericórdia na luta pela terra!".

A cobertura burocrática e com erros

No dia 17/4/16, a Rádio Nacional de Brasília começou a tratar da votação na Câmara sobre a admissibilidade do processo de *impeachment*, a partir do boletim *Nacional Informa*, das 10h. Em várias ocasiões disse que os deputados votariam o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Até uma vinheta, anunciando a cobertura ao vivo, a partir das 15h dizia: "Cobertura do processo de votação do *impeachment* na Rádio Nacional". Na verdade, os deputados votariam pelo arquivamento ou pelo prosseguimento do processo de *impeachment*. A programação foi de certa forma burocrática. Só foram veiculadas informações nas horas cheias, dentro dos boletins *Nacional Informa*. Às 14h30 entra um plantão de notícias que deu uma boa panorâmica do que ocorria na Câmara.

Cobertura em rede termina antes do fim

Às 15h06 é anunciada a formação da rede nacional de rádios públicas, encabeçada pela Rádio Nacional de Brasília e integrada pelas demais emissoras do sistema de rádios da EBC e por várias parceiras. Estudiosos, como historiadores, cientistas políticos e sociólogos participaram das transmissões, analisando, nos estúdios da Rádio Nacional AM de Brasília e na Rádio MEC AM, do Rio de Janeiro, o que se passava na Câmara dos Deputados e nas ruas. Mas só depois de 40 minutos de debate é que foi noticiado o que ocorria de fato. As informações foram dadas pelo âncora da Rádio MEC AM, do Rio de Janeiro. Não seria de se esperar que essas informações fossem passadas pelos repórteres ou pelo âncora de Brasília? Outra questão: foi dada apenas a posição de um parlamentar favorável ao prosseguimento do processo de *impeachment* e não divulgamos outra posição contrária? Às 16h32, uma hora e meia depois do início da formação da rede e do início da sessão da Câmara, começa o giro de reportagem pelo Brasil. Em seguida, a reportagem vai a Câmara, onde Eduardo Cunha anuncia o começo da votação. O âncora do Rio, mais uma vez, começa a informar os primeiros votos dos deputados. O âncora não informa qual é a sua fonte. Em seguida, corretamente, o principal passou a ser o som direto do plenário da Câmara, acompanhando as declarações de votos, pontuado, de quando em quando, por informações sobre o placar e com breves análises. O protagonismo dos parlamentares não foi ofuscado. Quando o placar anunciou que os que defendiam o prosseguimento do processo de *impeachment* tinham atingido os 342 votos necessários, o âncora do Rio explicou quais seriam os próximos passos do processo de *impeachment* e se despediu encerrando a rede, mas informando que a Nacional de Brasília continuaria transmitindo a votação até o final. Em seguida entrou o âncora de Brasília informando: "Nós já estamos encerrando a rede, mas a Rádio Nacional

vai continuar trazendo, através do nosso Departamento de Jornalismo, a votação até o último voto para que você possa ficar bem informado em todo o Brasil." Não foi o que aconteceu. Na sequência entrou uma programação musical e não se falou mais no assunto.

Risco de fontes Secundárias

Durante a cobertura da votação da Câmara sobre o prosseguimento do processo de *Impeachment*, a certa altura, uma jornalista da Rádio Nacional de Brasília, ao lado do âncora também de Brasília diz, a propósito da imprensa internacional: *"As manchetes de hoje deixam a gente numa situação reflexiva, para dizer o mínimo. O New York Times, por exemplo, jornal de grande circulação nos Estados Unidos, traz a seguinte manchete: Honesta, Dilma Rousseff pode ser afastada por criminosos"*. E lê as manchetes de mais quatro jornais. Vamos analisar apenas a que seria a manchete do dia (dia 17/4/16) do jornal The New York Times: O que foi dito que era a manchete do dia 17 foi apenas a interpretação feita pelo site Brasil247 sobre a matéria publicada pelo jornal na antevéspera, dia 15/4/16. Além disso, a manchete não é do The New York Times, mas da sessão Américas e diz o seguinte: *"Tentando remover a líder do Brasil, mas enfrentando eles próprios acusações de corrupção"*. Esse é o risco de não checar devidamente as informações, de se basear em fontes secundárias.

MAIO

Problemas na estreia do programa *Nacional Brasil*

A Ouvidoria acompanhou as duas primeiras edições do *Nacional Brasil*, veiculado das 7h às 10h. No dia 4/5/16, estreia do programa, os problemas das reportagens produzidas pela Brasil Atual chamaram atenção. Os equívocos envolvem apuração, narração das reportagens e direcionamento político-partidário no conteúdo. Na primeira edição do *Nacional Brasil*, ficou evidente um forte tom promocional do programa, em alguns momentos, esse discurso parecia mais uma peça de marketing mal elaborada do que parte de um programa jornalístico. Como que para avaliar o programa, o âncora arrolou em sua fala o governador do Rio de Janeiro e seu vice informando que eles receberam com total entusiasmo a nova programação jornalística. Outro detalhe que chama a atenção é a locução acelerada do principal âncora do programa. Uma fala mais pausada certamente contribuiria para a melhor compreensão dos ouvintes. Na sequência, o âncora chama o apresentador de Brasília pelo nome sem informar quem é ele, nem de onde fala.

Por volta das 7h20 deveria ter sido anunciado que a rede se desfez para ser exibida uma programação local até as 7h30. Mas nada é informado. Não há passagem nem anúncio de programação local. Só quando o repórter se refere aos transportes públicos do Rio de Janeiro, o ouvinte fica sabendo de que cidade se trata. A volta para a transmissão nacional acontece quando o âncora principal diz apenas: *"São 7h30. Você está ouvindo Nacional Brasil"*. Mais para o final, o programa tratou adequadamente dos principais assuntos do dia.

Problemas com matérias velhas no radiojornalismo

A notícia mais impactante desde o afastamento da presidente Dilma Rousseff foi a divulgação da conversa telefônica entre o ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Romero Jucá e o

ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado. A Folha de S. Paulo deu a notícia em primeira mão em seu site, por volta das 2h da madrugada. Foi a pauta do dia para toda a imprensa. No entanto, a edição de segunda-feira, 23/5/16, do *Repórter Brasil*, – radiojornal veiculado das 7h às 7h45 – praticamente ignorou o assunto, cometendo uma falha já apontada pela Ouvidoria, que é reproduzir, sem sequer uma atualização, matérias veiculadas no dia anterior. No caso dessa edição, a matéria velha era de sexta-feira e exibia a entrevista coletiva dos ministros do Planejamento, Romero Jucá, e do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. O boletim *Nacional Informa*, a cada hora cheia, igualmente ignorou o assunto nas edições de 8h, 9h, 10h e 11h. A notícia foi tratada somente no jornal *Repórter Nacional* (das 12h00 às 12h30) e de maneira muito ligeira. Tocando na questão secundariamente, em uma matéria que veiculou a defesa do ministro Jucá sem a necessária contextualização para que o ouvinte compreendesse o que estava acontecendo.

Comentário inadequado

A Ouvidoria foi comunicada de uma denúncia sobre comentários homofóbicos no programa *Alô, Daisy*, da Rádio Nacional do Rio de Janeiro. Na edição do dia 04/05/16, a jornalista Wilma Guimarães, que tem participação frequente no programa, comentou a notícia de que ativistas teriam pedido que a Disney assumisse que a princesa Elsa, do filme *Frozen*, é lésbica. A jornalista faz, então, o seguinte comentário: "*o mundo está caminhando para onde?*", "*é uma série linda, moderna*"; "*eles querem é já meter na cabeça das crianças, desde cedo, aberrações*". A Ouvidoria ouviu a gravação do programa e constatou a inadequação. Realmente, esse não é o tipo de postura que se espera de uma emissora pública. No início da gravação também há referências que incidem de maneira negativa sobre a questão racial. Situações como essa apontam para a falta de supervisão e cuidado com as produções que a direção resolveu manter no ar, apesar da falta de condições de seus apresentadores. Outra questão que se coloca, e que a Ouvidoria já indicou em outras oportunidades, é que se há realmente interesse em manter determinados programas por décadas no ar, apesar de seus apresentadores já não terem condições físicas de atuar, deve-se, então, oferecer o necessário suporte para que a produção se mantenha com um mínimo de dignidade. E não é isso que tem acontecido com o *Alô, Daisy*. A Ouvidoria registrou a reclamação da conselheira e encaminhou a mensagem à gerência da Rádio Nacional do Rio de Janeiro, que respondeu com apenas uma palavra: "*ciente*".

JUNHO

Noticiário de rádio, sem agilidade

Desde a madrugada do dia 7 de junho, o mundo político convivia com uma bomba, que era a manchete do jornal O Globo: "*Janot pede prisão de Renan, Sarney e Jucá por agirem contra a Lava-Jato*". Foi pedida também a prisão de Eduardo Cunha. Ou seja, poderia acabar na cadeia a alta cúpula do partido que tem a Presidência da República, do Senado e da Câmara dos Deputados. No entanto, o *Repórter Brasil*, noticiário do sistema de rádios da EBC, que vai ao ar das 7h às 7h45, não tocou no assunto. E não foi o caso de se evitar reproduzir notícias veiculadas por outros órgãos de informação. Na mesma edição, o *Repórter Brasil* reproduzia informações de outros veículos. Por exemplo, o

apresentador abria a primeira matéria dizendo: *"Durante o fim de semana, a imprensa noticiou que Temer estaria insatisfeito com a atuação do ministro Fábio Medina Osório..."*. Na sequência, a apresentadora diz: *"Já a matéria publicada pelo jornal Folha de São Paulo diz que o ministro do Turismo, Henrique Eduardo Alves, teria atuado politicamente para obter recursos desviados da Petrobras..."* Os boletins *Nacional Informa*, a cada hora cheia, também ignoraram o assunto, pelo menos nas edições das 8h e das 9h. Somente o boletim das 10h tratou da questão.

O *Repórter Brasil* apresentou outros tipos de problemas, menores, em sua edição de 7/6. O jornal veicula um erro de concordância logo na escalada: *"Começa hoje inscrições para o Prouni"*. Mais adiante, a cabeça da matéria, repete o erro da escalada.

Comentários machistas em programas radiofônicos da EBC

A Ouvidoria recebeu uma mensagem protestando contra uma manifestação de misoginia externada no programa *No Mundo da Bola*, de sexta-feira, 10/6. A certa altura, o comentarista Waldir Luiz está se referindo à reunião do Comitê de Reformas da CBF - Confederação Brasileira de Futebol – que tinha aprovado uma série de mudanças para o futebol brasileiro. Disse Waldir que tinham participado pessoas do ramo, como dois presidentes de clubes grandes, ex-técnicos e ex-jogadores consagrados da Seleção Brasileira e, *"ah, a Ana Paula, aquela Ana Paula Oliveira, ela é só maravilhosa (âncora Carlos Borges: "bandeira, bandeira, árbitra de futebol"), ela apanhou o Botafogo, ela é só maravilhosa (efeito sonoro de assobio), mas ela tem um blog, ela é gostosinha, tirou foto na Playboy... mas é um bom caminho."* Na mensagem também foi lembrado o caso do "jaburu", que ocorreu no programa *Nacional Brasil* e também com um profissional do esporte. O trecho a que se referiram ocorreu no dia 12 de maio:

Sidney Rezende: *Sérgio du Bocage, bom dia, como vai?*

Sérgio du Bocage: *Bom dia, Sidney Rezende, quer dizer que você não conhece jaburu?* (no bloco anterior, o apresentador de Brasília, referindo-se ao Palácio Jaburu, perguntou a Sidney Rezende se ele conhecia a ave – Sidney respondeu que não).

Sidney Rezende (respondendo seriamente): *Não, não conheço.*

Sérgio du Bocage: *Eu tenho até umas amigas...*

Sidney Rezende (depois de uma longa pausa e ignorando o comentário): *Eu queria que você me dissesse o seguinte: Copa Libertadores...*

Ambas as intervenções são uma clara manifestação de preconceito de gênero. Quem tem suas opiniões amplificadas e levadas a milhares de ouvintes de uma empresa de comunicação pública não pode reproduzir uma cultura machista. Não pode veicular carga de preconceito de gênero, cor, religião, etnia, etc. Um veículo de comunicação pública tem o dever de combater manifestações como a referida e não de reforçar uma visão preconceituosa.

É preciso ouvir o outro lado

No começo da tarde do dia 15/6/16, como se não bastasse o impacto do pedido de prisão das principais lideranças do PMDB, uma nova bomba abalava o mundo político. O STF decidiu retirar o sigi-

lo do conteúdo da delação premiada do ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado. No depoimento, ele entregou como envolvidos no esquema de propinas ninguém menos que o presidente interino da República, Michel Temer, o presidente do Senado, Renan Calheiros, o ex-presidente da República, José Sarney, o governador do Estado do Rio de Janeiro em exercício, Francisco Dornelles, o presidente do PSDB, Aécio Neves, e mais 16 parlamentares de seis partidos políticos: PMDB, PSDB, DEM, PT, PP, PSB e PCdoB. Desta vez, as emissoras mostraram agilidade. No boletim *Nacional Informa* das 16 horas, o apresentador já anunciava na manchete: "*Sérgio Machado diz que repassou propina a mais de 20 políticos*". Na matéria, a repórter transmitiu as informações principais e reproduziu inclusive a fala do ministro do STF, Teori Zavascki.

O boletim *Nacional Informa* das 17h volta ao assunto logo na escalada. As rádios foram ágeis na divulgação do conteúdo da gravação. Mas deviam ter procurado todos os citados para que pudessem se defender. Não seria necessário que a manifestação da defesa estivesse no mesmo boletim, mas deveria haver. O único que teve sua fala divulgada, embora com problema técnico, foi o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Notícias com erros e informação incompleta

Também no dia 15/06/16 uma nota curta no *Nacional Informa* das 16h apresenta: "*O presidente do Senado, Renan Calheiros, prometeu para a próxima quarta-feira uma resposta quanto ao pedido de impeachment do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, protocolado nesta terça-feira no Senado.*" A primeira observação é que o pedido foi protocolado na segunda-feira e não na terça. A segunda é sobre a dubiedade do texto. O ouvinte pode ter entendido que Rodrigo Janot tinha entrado com pedido de *impeachment* contra alguém, que não foi identificado. Na verdade, o pedido foi feito por duas advogadas, que deveriam ter sido citadas e não foram, e que pedem o *impeachment* do procurador-geral. A terceira observação é que o principal aspecto do caso não é o presidente do Senado dizer que vai responder ao pedido de *impeachment* na próxima quarta-feira. O principal foi a mudança de postura de Renan, passando a fazer uma ameaça velada a Janot. Essa mudança, essa ameaça, está sintetizada em uma declaração dele que outros jornais publicaram: "*Já arqueei cinco pedidos de impeachment do procurador-geral da República. Esse, eu vou avaliar*".

É preciso ouvir os dois lados

A escalada do boletim *Nacional Informa* das 14h do dia 15/6/16 anuncia: "*O TCU apontou 23 indícios de irregularidades nas contas de Dilma Rousseff em 2015*". O repórter começa dizendo que o TCU analisou "em caráter preliminar" a prestação de contas da Presidência da República relativas ao ano passado. E decidiu chamar a presidenta afastada, Dilma Rousseff, a prestar esclarecimentos ao Plenário do TCU. De acordo com o repórter, o relator, ministro José Múcio, concluiu que existem 23 indícios de irregularidades, 18 identificadas por técnicos do TCU e outras 5 levantadas pelo Ministério Público das Contas. Na sequência, o repórter passa a detalhar as diversas acusações contra a governante afastada e o noticiário não divulgou nem uma linha da própria ou de um representante, que poderia ser um porta-voz ou advogado. Isso vale para qualquer tipo de acusação. Precisamos saber o que dizem as pessoas acusadas.

Notícia divulgada de forma incompleta

No dia 23/6/16, outra bomba: a prisão do ex-ministro Paulo Bernardo em nova operação desencadeada em vários estados. Desta vez, não faltou agilidade ao jornalismo do Sistema de Rádios. Às 7h36, dentro do *Repórter Brasil*, uma repórter entrou de Brasília e fez um relato detalhado da operação Custo Brasil, como funcionava o esquema de propinas. Mas houve uma falha estranha. Faltou talvez o principal, o que mais chamava a atenção, que foi a prisão do ex-ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, a busca e apreensão em sua casa e da mulher, a senadora Gleisi Hoffmann, a prisão preventiva do advogado Daisson Porta-nova, ligado ao ex-ministro do Planejamento e a condução judicial do ex-ministro Carlos Gabas. Depois da participação de um repórter da Rádio Inconfidência, de Belo Horizonte, a âncora chama uma repórter da Rádio E-Paraná, que fala sobre novamente da operação da Polícia Federal como se não tivesse tido conhecimento da matéria da repórter de Brasília. O texto era praticamente o mesmo. O que salvou foi ter preenchido a lacuna da matéria anterior, ou seja, falou dos principais nomes que foram alvo da operação.

Notícia apresenta apenas posições favoráveis a empresa

No dia 23/6/16, o *Repórter Brasil*, das 7h às 7h45, exibiu uma reportagem que, se tivesse sido roteirizada pelo Departamento de Marketing da Oi, não seria tão favorável à empresa. Depois de informar sobre o pedido de recuperação judicial, a reportagem ouviu um dirigente do Procon-RJ, e um cliente da própria Oi todos com posições favoráveis a empresa. O ouvinte pode não entender as razões.

Programa sobre rádios comunitárias não privilegia músicas regionais

O programa *Sons do Brasil*, da Rádio MEC AM, é apresentado todas as quintas-feiras, da meia-noite a uma da madrugada, e leva ao ar uma série sobre as rádios comunitárias de todo o país. Na edição do dia 30/6/16, o programa apresentou a Rádio Princesa, do bairro de Nova Rússia, da cidade paranaense de Ponta Grossa. A estrutura da série consiste em uma entrevista por telefone – entremeadas por números musicais – com representantes das rádios a respeito de tudo que se relacione com a emissora. O entrevistado da Rádio Princesa foi Luiz Dzulinski, jornalista responsável pela emissora. A expectativa era de que o ouvinte iria conhecer a produção musical da região. Mas, foram apresentadas sete músicas de outras cidades e apenas três da cidade da rádio comunitária. Possivelmente, esse tenha sido, de certa forma, o único senão do programa.

Entre um número musical e outro, o entrevistado falou sobre o surgimento da rádio, explicando que foi uma reivindicação da comunidade e que a rádio conta com a contribuição de muitos voluntários. A série pode melhorar mais ainda, mostrando realmente a produção musical da região de cada rádio comunitária.

JULHO

Programa jovem com linguagem caricatural

O programa *Ação Periferia* é transmitido pela Rádio Nacional AM de Brasília todos os sábados, das 12h às 13h. O programa é fruto de uma parceria da EBC com a Rede Urbana de Ações Socioculturais. A linguagem excessivamente descontraída faz a apresentação parecer caricatural, o que não se justifica pelo fato de ser dirigido primordialmente para a juventude da periferia. Pelo que se percebe, o propósito é estimular a participação e a integração de entidades e movimentos que busquem desenvolver o espírito de cidadania, o que é louvável. Mas talvez o programa precise de um pouco mais de organização, de roteirização, e, ainda, evitar uma linguagem e um tom que a muitos pode parecer abobalhado. O programa do dia 2/7/16, por exemplo, foi ao ar sem que os ouvintes fossem informados sobre os nomes dos apresentadores. Quanto à linguagem, ao estilo, é preciso observar que um programa não pode ser dirigido "exclusivamente" para um determinado público, afastando o que já estava sintonizado e não legando qualquer parcela do público para a atração seguinte. Mas o programa apresenta um bom conteúdo.

Problemas na escolha das músicas e nas longas participações de alguns ouvintes

O programa *Ponto de Encontro*, da Rádio Nacional da Amazônia, ocupa um amplo espaço dentro da programação: das 9h às 12h, de segunda-feira a domingo. Trata-se de um espaço em que os moradores da Amazônia e do Nordeste mandam recados, mas principalmente alô, a amigos e parentes. Um dos problemas observados foi a escolha das músicas, em uma delas chamada "Foi daquele jeito". Uma de suas estrofes diz:

"Você não quis? Vish, bem feito / Sua amiga quis, / e foi daquele jeito / Foi tapa na bunda, na cara / Puxão de cabelo / Na cama, no chão e no banheiro / Foi daquele jeito".

E entra o apresentador: *"Opa! Que brigaiada feia é essa, meu Deus do Céu! Aqui, a gente quer paz, quer alegria".* Às tantas, o apresentador informa: *"manhã de muito sol em Brasília"*. É sabido que a Rádio Nacional da Amazônia é transmitida diretamente da capital federal. Mas, considerando que a emissora fala para as populações da Amazônia e do Nordeste, não seria mais apropriado informar o tempo, e a previsão para o dia nestas regiões? Por que razão informar o tempo de Brasília?

Ponto alto do programa é a conversa do apresentador com os ouvintes que ligam para a emissora. Ele trata a todos, desde os mais escolarizados aos mais humildes, aos que têm dificuldades de se expressar, com profundo respeito. Isso cria um clima de descontração. Talvez seja o caso de se procurar uma forma que não canse os demais ouvintes, um deles mandou alô para nada menos que 51 amigos e parentes. Também é preciso um certo cuidado quando há referências a empresas.

O texto deve ser conciso, mas também inteligível

A cobertura, pela Rádio Nacional de Brasília, no dia 13/7/16, do processo de votação para a escolha do novo presidente da Câmara dos Deputados, em substituição ao ex-presidente, deputado Eduardo Cunha, teve altos e baixos. Antes do início do processo de votação, os deputados da CCJ – Comissão de Constituição e Justiça – estavam em sessão para votar se aceitavam ou não os recursos

apresentados por Cunha contra a cassação de seu mandato. No boletim das 17h, o locutor disse: “*Comissão de Justiça encerra debate sobre recursos de Eduardo Cunha e Maranhão adia eleição para 17h30 para dar tempo à CCJ*”. São várias impropriedades. O texto deve ser conciso, e foi; mas também inteligível, o que não aconteceu. O repórter entra ao vivo do Congresso e também não situa didaticamente o que se passa na CCJ. É como se falasse apenas para quem já conhece a situação, que é complexa, e que por isso mesmo exige explicações detalhadas. A votação para a escolha do novo presidente da Câmara começou às 17h30. No entanto, o boletim *Nacional Informa* das 18h a notícia foi ignorada. O assunto só voltaria a ser tratado no Repórter 980, jornal das 18h30, e mesmo assim com vários desajustes. Para começar, o texto lido pelo locutor estava ultrapassado. O repórter entrou ao vivo, tratando inicialmente de consertar o que fora dito pelo locutor. Diretamente do Plenário, outro repórter transmite as informações mais importantes. Informou tudo o que se relacionava com o processo eleitoral: número de candidatos, desistências, campanhas, as discussões, horários previstos, etc. No boletim *Nacional Informa* das 21h, o repórter informa que terminaram os discursos dos 13 candidatos a presidente da Câmara e que os deputados se preparavam para votar. Mas, no auge do processo de votação, a Rádio Nacional transmitiu o jogo, da Série B do Campeonato Brasileiro e os boletins das 22h e das 23h não foram transmitidos. Para remediar a situação, no intervalo do jogo – entre 22h45 e 23h – poderia ter havido uma entrada ao vivo. Mas não houve. No boletim de zero hora de quinta-feira, o repórter entra com as informações básicas sobre o primeiro turno e sobre a passagem para o segundo de Rodrigo Maia e de Rogério Rosso. Quando o relógio marcava 0h14, há uma entrada ao vivo, no meio da programação, para informar sobre o final do processo de votação com a vitória em 2º turno, de Rodrigo Maia.

Programa *Brasil Rural* depende de notícias de outros programas

O *Brasil Rural* vai ao ar diariamente, das 6h às 7h, pela Rádio Nacional AM de Brasília. O programa, voltado para a população do campo, é muito bem conduzido pelo apresentador. Considerando a edição de 20/7/16, com foco na preservação do meio ambiente, quase nada há a ser questionado em relação ao conteúdo. Os problemas maiores são quanto à forma. Abre o programa uma vinheta que contraria o que o nome – *Brasil Rural* – sugere: que seja um programa voltado para o homem do campo. Mas, diz a vinheta de abertura: “*Começa agora Brasil Rural, o programa que traz informações do campo para a cidade*”. Logo no início, como se fosse para acordar os ouvintes, há o canto de um galo, esticado em excesso na edição. A escolha do repertório musical é bem feita.

A primeira reportagem, de Palmas, informa que peças confeccionadas com capim dourado serão expostas em *show room* no Rio, durante a realização da Olimpíada. Mas, pelo que se segue, o *Brasil Rural* não dispõe de equipes suficientes para dar conta de preencher os 60 minutos. Grande parte do programa é preenchido com reportagens, matérias e entrevistas de outros programas. E praticamente sem edição. A seleção é boa, mas denuncia a falta de estrutura para a produção de material para o espaço que ocupa. A certa altura, o apresentador anuncia uma entrevista sobre degradação do solo. A entrevista, pinçada de outra emissora, tem uma linguagem muito acadêmica dificultando a compreensão do ouvinte. Foi uma longa entrevista, exibida em duas partes. Logo após a exibição da primeira parte, entra outra entrevista muito consistente, feita pelo programa *Viva Maria*. Acontece que o trecho do programa é exibido praticamente sem edição, entrando com vinheta e tudo. No

final do programa, o apresentador chama uma matéria importante para o produtor de tabaco, mas produzida pela Rádio Câmara. No fundamental, que é o conteúdo, o programa tem acertado. Falta apenas os ajustes quanto à forma.

A volta do programa *Amigo da Madrugada*

O contrato da Rádio Nacional do Rio de Janeiro com o produtor do programa *Aldezon Alves, O Amigo da Madrugada*, terminou no dia 20/7/16 e não foi renovado. Depois que o programa saiu do ar, a Ouvidoria começou a receber mensagens pedindo a renovação do contrato com o produtor. Os questionamentos foram enviados para a Gerência de Produção – Rádios RJ. Na resposta a Gerência informou: “.. *infelizmente a empresa está com problemas sérios de orçamento. Portanto, não só o contrato com o produtor, mas todos os contratos com produtores de programas que compõem a nossa grade, neste momento difícil não serão renovados.*” Em poucos dias, após a retirada do programa do ar, a Ouvidoria recebeu 154 mensagens de ouvintes protestando contra a decisão e pedindo a renovação. Alguns sites começaram a divulgar – e convocar – um protesto contra a demissão do produtor, marcado para o dia 25 de julho, em frente às instalações da EBC no Rio, na forma de uma roda de samba. Três dias antes da data agendada para o protesto, a Gerência de Comunicação e Marketing da EBC, emitiu uma nota informando que o contrato estava em processo de renovação”. A impressão que fica é de que essas decisões foram tomadas meio apressadamente, sem uma análise mais aprofundada a respeito do significado e das consequências das mudanças. Ao se defrontar com uma reação, é anunciado que o contrato está em processo de renovação e que o programa voltaria rapidamente à grade.

Notícias do Brasil dadas pela Rádio França Internacional

Na edição do dia 28/7/16, do programa *Repórter Brasil*, transmitido pela Rádio Nacional de Brasília AM, das 7h às 7h45, a última notícia de um segmento apresentado por um radiojornalista da Rádio França Internacional pode ter soado estranha para os ouvintes brasileiros. A reportagem, que ocupou 23 segundos dos três minutos que o segmento durou, tratou de um fato relacionado à segurança dos Jogos Olímpicos. De acordo com a matéria, “*No Brasil, agentes de segurança argentinos vão reforçar a segurança da Olimpíada. Os agentes vão chegar no próximo dia primeiro e ficam até depois dos Jogos Olímpicos.*” A colaboração de agentes de segurança argentinos no combate às ameaças terroristas foi mencionada em várias matérias produzidas e publicadas em julho pela Agência Brasil. Estranho, porém, é receber as informações a respeito desta pauta de um repórter de emissora francesa. É preciso analisar se existe um processo de triagem dos conteúdos fornecidos pela Rádio França Internacional para a Rádio Nacional de Brasília AM.

Falta de contextualização em notícia sobre sequestro

Os ouvintes do programa *Repórter Brasil* da Rádio Nacional de Brasília AM, por volta de 7h43 na manhã de segunda-feira (1/8), ouviram uma notícia curta, de 24 segundos, no final da participação de uma repórter de São Paulo. Segundo a notícia, policiais tinham libertado a sogra de Bernie Ecclestone. Ela saiu ilesa. Para quem não sabia quem é Bernie Ecclestone, e muito menos que sua so-

gra tinha sido sequestrada a reportagem não passou de um simples registro policial, sem nenhuma razão aparente de estar na pauta do noticiário. Um pouco mais tarde, no programa *Revista Brasil*, alguns dos elementos que faltavam para contextualizar a notícia foram supridos. Na chamada do programa, o locutor se referiu ao "sequestro da sogra do chefe da Fórmula 1". Mais adiante, na reportagem, que durou um minuto e sete segundos, a mesma radiojornalista em São Paulo identificou Ecclestone como o "presidente da empresa que administra a Fórmula 1" e disse que "a vítima tinha sido rendida em casa no bairro de Interlagos". Ainda assim, para complementar essas informações, teria sido interessante se a reportagem tivesse acrescentado que Ecclestone é um multimilionário e é casado com uma brasileira desde 2012 e que a quantia exigida pelos sequestradores – R\$ 120 milhões – foi o resgate mais elevado pedido na história deste tipo de crime no Brasil.

AGOSTO

Erro na comparação da distância percorrida pela tocha olímpica e de uma volta no planeta Terra

No boletim *Nacional Informa* das 17h do dia 5/08/16, um repórter, ao falar sobre a Tocha Olímpica, afirma: "... a chama olímpica já percorreu mais de 30 mil quilômetros, o que corresponde a uma volta e meia no planeta Terra...." A distância percorrida pela Tocha só corresponderia a uma volta e meia no planeta se a circunferência da Terra fosse de 20 mil quilômetros. Acontece que a circunferência da Terra é o dobro, ou seja, 40 mil quilômetros. Número exato: 40.015 quilômetros. A checagem das informações é fundamental porque um detalhe equivocado como este pode colocar sob suspeita, por mais que estejam corretíssimos, os demais dados da matéria.

Cobertura discreta de decisão importante no Senado

O *Repórter Brasil*, jornal da Rádio Nacional AM, das 7h às 7h45 do dia 10/8/16, teve como assunto principal a decisão do Senado, já na madrugada, de aprovar o relatório preparado pelo senador Antônio Anastasia, que propõe o julgamento da presidente afastada Dilma Rousseff pela acusação de ter cometido crime de responsabilidade. O repórter que acompanhou a sessão do Senado divulgou as principais questões da sessão, embora, pela sua importância, o evento merecesse maior investimento. O conjunto de matérias, excetuando a contribuição da Rádio França, sobre a repercussão internacional, totalizou seis minutos. Com relação às sonoras, houve desequilíbrio. Foram dois parlamentares da base aliada, favoráveis, portanto, ao relatório, e apenas uma parlamentar contra. Matéria sobre a manifestação realizada em São Paulo teve edição estranha. As entrevistas com lideranças do ato foram gravadas no local, com todo o ruído ambiente. Mas o texto da repórter foi gravado em local sem o menor ruído. Assim como houve desequilíbrio na matéria sobre a votação no Senado, a coisa se repetiu na reportagem sobre o projeto de lei que trata da renegociação das dívidas dos estados com a União. A principal mudança, que beneficiou os governadores neste momento delicado de busca de apoios, foi a retirada do projeto do artigo que proibia por dois anos novos concursos e aumentos para servidores estaduais. Foram editadas duas falas de parlamentares favoráveis ao projeto, e nenhuma contrária. O ouvinte do *Repórter Brasil* não ficou sabendo o que pensava a oposição.

Problemas no quadro *História Hoje*

Nascia o Político

O político pernambucano Eduardo Campos faria 51 anos de idade neste dia 10/8/16 e por isso foi o personagem escolhido do quadro *História Hoje*, do *Repórter Brasil*. Primeira frase: "*Há 51 anos nascia em Recife, Pernambuco, o economista e político Eduardo Campos, que morreu em acidente aéreo durante campanha à Presidência da República em 2014.*" Da maneira como foi redigida a frase, o que se afirma é que ele já nasceu político e economista. Diferente e mais apropriado seria dizer que "*o economista e político Eduardo Campos nasceu...*"

Falta de detalhes importantes no resumo de uma história

A edição de segunda-feira (15/8/16) do *História Hoje*, transmitido diariamente pela Rádio Nacional de Brasília AM como quadro do programa *Repórter Brasil*, comemorou os 497 anos da fundação da Cidade do Panamá, em 1519. Depois de destacar, de forma resumida e interessante, alguns dos acontecimentos que marcaram a história da capital panamenha no período colonial, a reportagem passou a abordar a era moderna, tendo a construção do Canal do Panamá como o fato central. Porém, na medida em que o relato se aproximava da atualidade, a qualidade da reportagem caía, com a perda de precisão. De acordo com o texto: "*Mas a partir do século 19, a Cidade do Panamá começou a se desenvolver rapidamente. (...) Para otimizar a navegação, franceses começam a construção do Canal do Panamá, finalizado 35 anos mais tarde pelos norte-americanos, que o administraram. Com 77 quilômetros de extensão, é considerada uma das maiores obras de engenharia do século*". Afinal, a qual século se referia? O século XIX ou o século XX? Uma cronologia mais precisa esclarece esta questão. A construção do canal pelos franceses somente começou em 1880 e foi interrompida dez anos depois. Em 1904 o governo dos Estados Unidos assumiu o projeto, fazendo alterações significativas, e o canal foi inaugurado em 1914. Portanto, seria correto afirmar que o canal foi uma das maiores obras de engenharia do século XX. Na realidade, ele foi uma das maiores de todos os tempos e a reportagem poderia ter dito simplesmente isto. Outro fato que poderia ter sido acrescentado, para atualizar a história, é que a administração norte-americana terminou em 1999 e, desde então, o canal é operado pelo governo do Panamá.

O risco da generalizar a história

Na edição de quinta-feira (18/8)/16 do quadro *Historia Hoje*, transmitido pela Rádio Nacional de Brasília AM, a data comemorada foi o lançamento da pílula anticoncepcional, há 56 anos, em 1960. Na introdução da matéria, o locutor lembrou que "*o lançamento do contraceptivo oral representou uma grande revolução nos hábitos sexuais do mundo ocidental*". A reportagem apresentou várias informações interessantes sobre a história das pesquisas que permitiram a formulação da "pílula". A música "ragtime", tocada no fundo, que se assemelha aos chorinhos de Chiquinha Gonzaga e Ernesto Nazaré, serviu para pontuar o fato das pesquisas terem início nas primeiras décadas do século XX. Ao chegar ao período mais recente, porém, a persistência do mesmo fundo musical antiquado contribuiu para reforçar um equívoco cometido na parte final do texto. Antes de constatar que "*a pílula representou nos anos 1960 uma reviravolta no conceito de sexualidade*", o locutor afirmou que

"quando a primeira pílula foi lançada, o sexo era tratado apenas como meio de reprodução". A generalização na frase, compromete a informação. Que a invenção da "pílula" tenha associações com uma revolução ou uma reviravolta sexual, não há dúvida, pois reduziu significativamente os riscos de engravidar. No entanto, defender que antes da pílula "o sexo era tratado apenas como meio de reprodução" distorce muitos capítulos da história anterior. Há referências às camisinhas há pelo menos 500 anos e há registros de outros meios anticoncepcionais utilizados há milênios.

Tom oficialista atrapalha a credibilidade da notícia

O *Jornal da Cidade*, da Rádio Nacional FM de Brasília, que vai ao ar diariamente das 7h45 às 8h, tem como slogan "As notícias do Distrito Federal e entorno". A edição do dia 17/8/16 apresentou algumas impropriedades. Talvez a mais séria delas tenha sido o excesso de falas do governador do Distrito Federal. Rodrigo Rollemberg que entrou discorrendo sobre assuntos variados por quatro vezes em um jornal de apenas 15 minutos de duração. No início do jornal foi apresentada uma boa matéria sobre a derrubada das casas do Condomínio da Estância Quintas da Alvorada. Logo no início, o âncora anuncia que o repórter foi lá conferir o clima tenso no segundo dia da operação. E entra a fala do repórter que deve ter sido gravada em estúdio. Era como se a gravação estivesse desmentindo o âncora. Na edição final da matéria ficavam se alternando as falas de moradores, com falação e gritaria ao fundo, e a gravação do repórter, absolutamente fria.

Erro de conjugação

A certa altura, diz o repórter: "*Após muitas negociações, as pessoas se recusaram a sair das casas. O Batalhão de Choque da PM entrevistou (sic) com bombas de efeito moral e spray de pimenta.*" Esse 'entrevistou' doeu no ouvido. Como já foi dito várias vezes em outras edições deste mesmo boletim, o verbo 'intervir' não se conjuga como o verbo 'ver', como fez o repórter. O verbo 'intervir' se conjuga como o verbo 'vir'. O que significa que a frase em questão deveria ser: "*O Batalhão de Choque da PM interveio com bombas de efeito moral e spray de pimenta.*"

Problemas de apresentação e contextualização das canções veiculadas

No dia 17/8, o programa da Rádio Nacional AM do Rio de Janeiro *Adelzon Alves, o Amigo da Madrugada* (0h às 3h), entrou excepcionalmente depois da 1h. Até então, a emissora transmitia jogos do vôlei de quadra e de praia. O programa geralmente dá informações aos ouvintes sobre os números musicais apresentados que vão muito além dos nomes da música, de quem interpreta e de quem compôs. Mas nesse dia, foram apresentadas duas músicas que chocam o ouvinte porque representam um grito desesperado de socorro dos moradores de favelas. São músicas que mereciam não só as informações básicas, mas um debate sobre o que significa essa mudança radical de temática dos compositores que moram ou moraram nessas comunidades. No entanto, o ouvinte não ficou sabendo quem canta, quem compôs e como se chama. Tocar este tipo de canção simplesmente é como se estivéssemos, a emissora pública, admitindo que se trata de algo absolutamente normal. Trecho da letra de uma delas:

"A criança nos braços de alguém /Inocente foi baleada /A comunidade é refém /No meio do fogo cruzado." A outra música também trata da gravidade do problema, mas de forma irônica.

Ô que saudade daqueles tempos /Quando o pior que acontecia / Era uma briguinha de mão

Um contra um /Quando bastava um carocinho [bala] de 22 /Pra sair todo mundo correndo

Mas hoje em dia, hoje em dia /Esconjuro, sapo seco, mangalô três vezes / Quando o pipoco [tiro] cantou /Ninguém mais correu /Ninguém mais se afobou...."

Cruzando a linha do interesse público e esbarrando no comercial

Na sexta-feira, 19/8/16, o *Quadro de Cultura* da edição do *Repórter Brasil* na Rádio Nacional de Brasília AM trouxe notícias sobre o projeto de uma revista em quadrinhos com super-heróis brasileiros, com o título "Esquadrão Amazônia". A reportagem teve a duração de 2 minutos e 50 segundos. No primeiro minuto e meio a repórter e um dos criadores forneceram informações sobre o enredo e a intenção da estória. Segundo um dos criadores, que foi entrevistado no programa, as personagens baseadas nos índios e nas lendas brasileiros substituem os super-heróis das revistas americanas. A partir deste ponto o foco passou a ser o financiamento do projeto, porém, a reportagem cruzou a linha tênue que separa a informação da propaganda comercial.

Por mais infundada que seja a suspeita, este tipo de postura promocional abre a reportagem e a empresa à imputação de favorecer interesses privados, sejam comerciais ou pessoais.

Cobertura Especial – Processo do Impeachment

Considerando a importância do julgamento da então presidenta afastada, Dilma Rousseff, o Sistema de Rádios da EBC colocou no ar, em quatro dias (25, 26, 29 e 31) o programa *Cobertura Especial – Processo do Impeachment*, das 18h30 às 19h. O programa do dia do encerramento do processo (31/8/16) teve uma hora de duração, das 18h às 19h. Um quadro importante do programa foi aquele em que três especialistas responderam perguntas formuladas por ouvintes. No entanto, na primeira edição do programa, o apresentador excedeu-se nos cumprimentos e nas despedidas aos especialistas convidados. A entrada de jornalistas dos outros veículos da EBC foi uma medida acertada e o programa foi informativo e dinâmico. No dia 29/8/16, Dilma Rousseff foi tratada por "presidenta" e por "presidente". Faltou padronizar. Nesse dia, um dos repórteres anunciou que um senador tinha feito uma pergunta à presidenta e antecipava, na cabeça, um texto praticamente igual ao da pergunta. Na sequência, o repórter anuncia, com praticamente as mesmas palavras de Dilma Rousseff, o que ela iria dizer. No dia 31/8/16, pela primeira vez, houve desequilíbrio na escolha dos entrevistados. De cinco estudiosos/especialistas, quatro se mostravam alinhados com a corrente vitoriosa no Senado. Apenas um deles era crítico ao desfecho do processo. O apresentador, sempre que se referia à Universidade de Brasília, usava apenas a sigla UnB. O ouvinte, que não mora em Brasília, ficou sem entender a que ele se referia.

Em relação às questões técnicas de todas as edições, observa-se que a escalada teve ao fundo uma música pouco apropriada a criar um clima de expectativa. No programa do último dia, um professor e cientista político da UnB teve sua entrevista encurtada por ruídos e queda na comunicação. No

mesmo dia, uma repórter entra ao vivo, mas, mesmo com áudio picotando, demorou muito para ser cortada. A entrada de repórteres, muitas vezes ao vivo, de vários pontos de Brasília e do Brasil garantiu a abrangência e a dinâmica do noticiário. O programa levou aos ouvintes as opiniões dos senadores, contra e a favor do *impeachment*, sonoras de suas intervenções, a fala da então presidenta afastada, trechos dos debates, o que se destacava nas redes sociais, a repercussão mundial do processo, as opiniões de especialistas, acadêmicos, como foram as manifestações, contra e a favor, esclarecimentos de dúvidas dos ouvintes, etc. E, em geral, houve muito equilíbrio, ouvindo-se as diversas opiniões sobre as questões enfocadas. Os problemas aqui registrados não retiraram os méritos do Especial.

SETEMBRO

Preservação da memória da Nacional do Rio

O aniversário de 80 anos da Rádio Nacional do Rio atraiu a atenção de ouvintes, pesquisadores e apaixonados por rádio. Um ouvinte do Rio de Janeiro encaminhou para a Ouvidoria da EBC uma série de perguntas sobre a possível venda por parte da União do edifício A Noite, que abriga os estúdios, auditórios e equipamentos originais da Nacional do Rio. *"Qual a posição administrativa da EBC com relação a volta da Rádio Nacional ao prédio? Há um pleno entendimento da relevância histórica daquele local para o país?"* Em razão dos 80 anos da emissora, os veículos da EBC produziram vários conteúdos sobre o passado e o presente da emissora. Uma das matérias veiculadas pela Agência Brasil traz o posicionamento da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) sobre a venda do edifício A Noite. O órgão informa que, *"juntamente com o Ministério do Planejamento e os coproprietários do prédio, está sendo feita a formatação da licitação para venda do edifício"*. O processo licitatório será público e aberto a qualquer interessado. Segundo a SPU, são coproprietários a União, o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) e a Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Apesar disso, nenhuma das matérias publicadas até agora pelos veículos da EBC traz o posicionamento da empresa sobre o destino do patrimônio histórico da Nacional do Rio, emissora a ela vinculada e hoje localizada no prédio da empresa na Lapa. Seria importante que esse posicionamento fosse amplamente divulgado, tendo em vista o interesse público pelo tema e a apreensão dos ouvintes. Trata-se ainda de uma boa oportunidade de valorizar a rádio e apresentar novos projetos.

Cobertura correta de pauta importante

A cassação do deputado Eduardo Cunha, ex-presidente da Câmara, foi a principal pauta política da semana de 12 a 18/9/16. As rádios da EBC dedicaram um espaço significativo para essa cobertura, com reportagens, entrevistas e participações ao vivo ao longo da programação e das edições do *Nacional Informa*. Na segunda-feira (12/9/16), dia da votação, uma matéria veiculada no *Repórter Brasil* trazia os detalhes da sessão marcada para a noite e adiantava os possíveis recursos dos aliados do parlamentar, que foram detalhados nas participações ao longo do dia. A equipe de reportagem acompanhou a votação à noite, atualizando rapidamente os ouvintes pelo *Nacional Informa*. Na terça-feira (13/9/16), o *Repórter Brasil* trouxe uma reportagem bem completa do ponto de vista factual, com sonoras de parlamentares que votaram a favor e contra a cassação, além do relator do

processo na Comissão de Ética e do próprio deputado cassado Eduardo Cunha. O uso do som ambiente de manifestantes que entoaram "Fora Cunha" no final da sessão favoreceu a compreensão do ouvinte sobre o clima do encerramento da votação. Ainda na terça-feira, logo após o *Repórter Brasil*, o programa *Revista Brasil* trouxe a repercussão internacional da cassação do ex-presidente da Câmara e uma entrevista com o cientista político Newton Ferreira Marques.

Repetição de fontes

O entrevistado no programa *Revista Brasil* de 13/9/16, Newton Ferreira Marques, apesar de ser um convidado habitual do programa, o cientista político ofereceu uma perspectiva restrita sobre o impacto da cassação do ex-presidente da Câmara para o sistema político-partidário brasileiro, bem como sobre o histórico de cassações no parlamento ou sobre a atuação de Eduardo Cunha enquanto esteve na presidência. Uma análise no site das rádios mostra que, apenas em agosto, Marques esteve quatro vezes entre os entrevistados do *Revista Brasil*. Seria interessante que o programa diversificasse e ampliasse as fontes ouvidas para que possa cumprir o propósito já demonstrado de complementar a cobertura noticiosa com uma contextualização que leve em conta aspectos mais variados.

OUTUBRO

Número informado errado compromete a notícia

De acordo com uma matéria divulgada pela Rádio Nacional de Brasília AM, no *Repórter Nacional* (5/10/10, ao meio-dia) e no *Repórter Brasil* (6/10, às 7h), o número de crianças que nasceram no Brasil com malformações congênitas causadas pelo vírus Zika é quase 50 vezes maior que os dados registrados pelo Ministério da Saúde até agora. A matéria, que noticiou o lançamento do Programa Criança Feliz, declarou que "*Entre as crianças atendidas estarão 90 mil que nasceram com doenças neurológicas causadas pelo vírus Zika*". Segundo o Informe Epidemiológico do Ministério da Saúde, referente à semana 11 a 17/9/16, houve, dentre os recém-nascidos, natimortos, abortamentos ou fetos no Brasil desde novembro de 2015, um total de 1.949 casos confirmados para microcefalia e/ou alteração do sistema nervoso central sugestivos de infecção congênita (que tem como uma das suas causas principais o vírus Zika). Na Agência Brasil, em uma reportagem sobre o mesmo assunto, é detalhado que "*serão atendidas e acompanhadas 90 mil crianças pequenas que recebem o benefício de prestação continuada. São as crianças com deficiências, com necessidades especiais, em particular, as crianças vítimas do Zika vírus*". Ou seja, as crianças vítimas do Zika representam apenas uma parte das 90 mil crianças que recebem o benefício da prestação continuada e que serão alcançadas pelo Programa Criança Feliz.

Número informado errado é corrigido em tempo

Às 10h38 na quarta-feira (12/10), o programa *Revista Brasil* da Rádio Nacional de Brasília AM trouxe uma reportagem sobre a agenda da cidade durante o feriado. Um repórter que circulava pela cidade e se encontrava no Parque da Cidade finalizou uma participação ao vivo com alguns dados que demonstravam que o Parque da Cidade em Brasília é o maior parque urbano no mundo.

De acordo com o repórter, *"o Parque da Cidade tem mais de quatro hectares de área. O Central Park tem três hectares e um pouquinho. O Ibirapuera são dois e pouquinho e o Rio de Janeiro, quem conhece o Aterro do Flamengo, tem um hectare 400 mil metros... Aqui é muito maior"*. Poucos minutos depois, às 10h58, o apresentador do programa corrigiu o erro cometido pelo repórter: *"Dá tempo para retificar uma informação. Há pouco conversei com o repórter..., que estava no Parque, empolgado com o Pokemon, disse que a extensão do Parque é de quatro hectares. Ai a gente ficou com uma pulguinha atrás da orelha. A gente correndo atrás aqui, a extensão correta, o tamanho do parque correto, deve ser em torno de 420 hectares. Traduzido em metros quadrados, há cerca de 4 milhões 200 mil, assim fazendo jus à fama de ser o maior parque urbano do mundo. Beleza?"* A correção foi feita de uma forma fluida e natural, como parte do discurso informal que caracteriza a comunicação radiofônica. Ao mesmo tempo, para fazer bom jornalismo, ter uma pulga atrás da orelha é indispensável. Ainda mais quando a orelha está atenta ao que o outro fala.

Programa inadequado à Comunicação Pública

O programa *Alô Dayse* tem um roteiro bem feito, com quadros, notícias e prestação de serviço para o cidadão. A apresentadora recebe ligações dos ouvintes e interage bem com eles. Mas o programa apresenta sérios problemas de produção. A começar pela abertura. A música é antiga e os conceitos implícitos na letra são inadequados. O quadro de culinária precisa ser reavaliado. Outro problema é o quadro de "fofocas". Na edição do dia 17 de outubro, entre as "fofocas" estava a seguinte informação: *"Nego do Borel não permaneceu muito tempo na vida de solteiro. Na realidade, o funkeiro ficou um mês separado da namorada, Crislaine Gonçalves. Os dois reataram o namoro há cerca de dez dias, após muita insistência do rapaz... Crislaine, inclusive, já deixou a casa da família em Anchieta, na Zona Norte do Rio, e voltou a morar com o funkeiro."* Para além da inadequação de uma notícia como essa, o mais grave é que o texto foi copiado, na íntegra, do site Extra, edição do dia 17/10/16. E após ler a nota, a apresentadora ainda comenta: *"Há, tá... agora tá morando bem, heim, garota! Quem saiu de lá da Zona Norte, né? Tá lá agora no Recreio... aproveita... aproveita...!!!"* A mensagem, de forma preconceituosa, desmerece os moradores da Zona Norte e ainda transmite o sentido de que a moça pode estar com o rapaz por interesse, o que fere os princípios da comunicação pública e ofende a dignidade da pessoa humana.

O programa "Alô, Dayse" já foi analisado anteriormente pela Ouvidoria, que sugeriu que *"se há realmente interesse em manter determinados programas por décadas no ar, apesar de seus apresentadores já não terem condições físicas de atuar, deve-se, então, oferecer o necessário suporte para que a produção se mantenha com um mínimo de dignidade. E não é isso que tem acontecido"*.

Desencontro de informações ao vivo

No dia 26 de outubro, o programa *Revista Brasil* divulgou que uma mochila encontrada no prédio do Banco Central em Brasília, estava sendo analisada pelo Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar, pois havia a suspeita de que o objeto poderia conter um artefato explosivo. Mas às 9 horas e 58 minutos a produção do *Revista Brasil* divulgou que não havia bomba na mochila. Mas às 10 horas o jornal *Nacional Informa* deu a mesma notícia, inclusive com manchete, entretanto a infor-

mação estava desatualizada e informava que a mochila ainda estava sendo analisada. O que mais chama a atenção é que as duas notícias, sobre o mesmo assunto, mas com informações diferentes, foram transmitidas ao ouvinte em menos de cinco minutos. Outro problema é que as duas notícias foram dadas ao vivo, o que denota claramente o erro de apuração e o desencontro de informação.

NOVEMBRO

Especialista com comentário sem informação relevante

Em 9/11/16, a cobertura do resultado das eleições dos EUA feita pelos jornais radiofônicos veiculados em rede foi bem completa, com as repercussões e rapidez esperadas. A participação do correspondente responsável pela cobertura no período da manhã merece destaque especial, pois buscou trazer fatos novos complementares e não ficou repetindo a mesmas informações várias vezes. Os editores também buscaram utilizar todos os recursos, acionando os correspondentes e acrescentando notas que completavam as informações. Durante todo o dia o assunto esteve em pauta com fatos novos e repercussões, a única participação desnecessária foi a análise do especialista da FGV, que foi apresentada no *Repórter Nacional* às 12h. O especialista comentou:

"É um empresário, (Trump) em que pese ninguém é perfeito, ele pode ter problemas na sua carreira empresarial, mas, ele é um empresário razoavelmente bem-sucedido, é um homem pragmático, é um homem que sabe bastante o que ele quer e quais são os interesses. Então haverá uma mudança sem a menor dúvida na política externa norte-americana, mas essa mudança em vários aspectos pode ser positiva, inclusive para países como o nosso que é um país grande e que obviamente tem a relação com os Estados Unidos da América do Norte como uma relação especial."

Erros técnicos comprometem o programa *Bate Bola Nacional*

O programa *Bate Bola Nacional* é veiculado pelas rádios Nacional AM de Brasília e AM do Rio de Janeiro, de segunda a sexta-feira, a partir de 12h30 até às 13h30, sendo que às 13h o programa entra em rede com a Rádio Nacional da Amazônia e do Alto Solimões, trazendo informações do futebol nacional e internacional, cobrindo os diversos campeonatos, além de trazer notícias de outros esportes. No programa veiculado em 2/11/16, logo na abertura depois da vinheta com o nome do apresentador - que transmite o programa do estúdio do Rio de Janeiro - não houve continuidade e ocorreu uma parada de 8 segundos. Também foram registradas outras paradas e ecos durante a participação do comentarista de Brasília. Por duas vezes o comentarista de Brasília faz uma pergunta ao apresentador e este não responde, aparentando desatenção. Às 13h, o programa entra em rede com as duas emissoras da Amazônia. Às 13h03, o apresentador chama o comentarista de Brasília sem informar que ele fala de Brasília. Fora estes problemas técnicos e de atenção, o programa *Bate Bola Nacional* traz entrevistas com jogadores e notícias interessantes, de forma dinâmica, com a participação de repórteres e comentaristas. O programa é divertido e oferece muita informação.

Nacional Informa apresenta erros na versão publicada na Radioagência

O *Nacional Informa* publicado, no dia 9/11, às 14h19, no site da Radioagência Nacional com o título "*Ministro da Fazenda analisa crise financeira do RJ*" apresenta um grave erro. Ao clicar no ícone do

áudio, o usuário não ouve o boletim radiofônico e sim uma entrevista com um especialista da Embrapa. O problema é grave porque se uma rádio parceira – que utiliza o material da Radioagência sem nenhuma edição prévia – chamar no ar o *Nacional Informa* e clicar no ícone do áudio o que será reproduzido é a entrevista com um assunto que não tem nada a ver com o material anunciado. Outro problema, também verificado pela Ouvidoria, é que algumas edições do *Nacional Informa*, publicadas no site da Radioagência Nacional, estão tendo cortes bruscos nos créditos ao final do jornal. A palavra “edição” é ouvida como “dição”. O problema ocorre em várias publicações do boletim de notícias. O *Nacional Informa* é utilizado pelas rádios parceiras e pelos usuários como um dos produtos jornalísticos em que é possível obter informação rápida e resumida dos acontecimentos mais relevantes do dia. O alto número de acessos demonstra a importância destas publicações radiofônicas.

Matéria de rádio parceira parece propaganda do governo

Na edição de 15/11/16 do radiofônico *Jornal da Amazônia*, a abordagem de uma matéria sobre a situação econômica do Acre (acesse o áudio da matéria [aqui](#)) faz proselitismo em tom de propaganda do governo do Estado. A reportagem repercute o levantamento feito pelo site de notícias G1, a partir dos dados divulgados pelo Tesouro Nacional. Além de não citar a fonte ou dar crédito ao veículo que fez o levantamento, os dados selecionados refletem apenas um certo ufanismo pelo estado constar entre sete outros que atingiram superávit primário. O tom de *release* se configura pelo fato de a reportagem não trazer as informações pertinentes ao assunto, mas contornar os dados e referir-se ao governo com retórica quase adjetivada. A matéria foi produzida pela Rede de Rádios Aldeia Acreana que é parceira da Rádio Nacional da Amazônia. Mas por ter sido veiculada nas edições do *Jornal da Amazônia Segunda Edição*, em 15/11/16, e no *Jornal da Amazônia Primeira Edição*, em 16/11/16, a responsabilidade sobre a qualidade do que foi ao ar passa a ser das rádios públicas da EBC.

Tom oficialista prejudica a credibilidade de programa

A Ouvidoria também analisou a edição de 29/11/16 do programa *Nos Corredores do Poder* na versão radiofônica. O Programa apresentou problemas como texto confuso, chamadas incompletas e assuntos tratados apenas do ponto de vista das autoridades. A tragédia com o time da Chapecoense foi a principal notícia do programa, com a repercussão no meio político, as declarações do presidente Michel Temer e as medidas do governo em relação ao acidente.

Somente às 18h50 é que a apresentadora começa a falar do principal assunto do dia no Senado, que é a votação em primeiro turno da PEC 55. Ela chama a repórter do Congresso, que fala sobre a tensão e os confrontos entre manifestantes e seguranças. A apresentadora comenta o fato emitindo opinião pessoal, além de dizer que imagens foram gravadas antes do início do programa, o que para o ouvinte do rádio é uma informação incompleta e sem propósito, isto porque ele não está vendo as imagens citadas. A abordagem oficialista compromete a credibilidade da jornalista, do programa e das emissoras públicas. No momento em que o programa está no ar, um confronto entre manifestantes contra a aprovação da PEC 55, policiais e seguranças do Congresso está ocorrendo

do lado de fora. Assunto que ao longo de 20 dos 30 minutos de transmissão é ignorado. Ao final do segundo bloco a apresentadora defende a segurança do congresso, a aprovação da PEC 55 e criminaliza o protesto, questões que não condizem com a postura de jornalistas, principalmente quando o tema é polêmico. Encerrando o programa, em menos de um minuto e meio, a jornalista da Agência Brasil dá notícia sobre as discussões em torno da reforma do ensino médio, e a repórter setorista do Congresso informa sobre a votação das medidas anticorrupção. Nos corredores do poder, ao lado da PEC 55, essas eram as principais notícias da política nacional.

DEZEMBRO

Chamada do *Em Conta* publicada no Portal EBC contradiz a informação divulgada no programa

O programa radiofônico *Em Conta, a economia que você entende*, transmitido diariamente, de segunda a sexta, pelas Rádios EBC, tem o objetivo de tornar mais acessível o noticiário econômico. A edição de 1/12/16, "Entenda o que a taxa Selic tem a ver com o Produto Interno Bruto", foi considerada importante o suficiente para ganhar um destaque "Entenda" na capa do Portal EBC.

Antes de escutar o áudio, porém, é provável que o internauta leia o texto de chamada na página para onde é dirigido quando clica no título do destaque. E aí está o problema, porque o texto apresenta uma informação equivocada que não encontra respaldo nem no áudio nem no conteúdo linkado, que é o comunicado divulgado pelo Banco Central quando anunciou a redução da Selic (taxa básica de juros) em 0,25%, passando de 14% para 13,75%. Isso porque o texto é parte do comunicado do Banco Central, mas fora de contexto.

Eu de cá, Você de lá: Música inadequada

A edição do dia 12/12/12 do programa *Eu de cá, você de lá*, veiculado pelas Rádios Nacional AM de Brasília e Nacional da Amazônia, exibiu a música "Mô Deuso", da dupla sertaneja Gino e Geno. A canção fere vários princípios da radiodifusão pública, estabelecidos na Lei de criação da EBC, e que não foram alterados pela Medida Provisória que está em discussão no Senado. Mesmo atendendo a um pedido de ouvinte, a produção deve ficar atenta a esses aspectos, que para a comunicação pública são fundamentais. A música incita à violência e atualiza situações como discriminação de gênero e violência contra a mulher. A letra está repleta de mensagens ofensivas e estereotipadas da figura feminina.

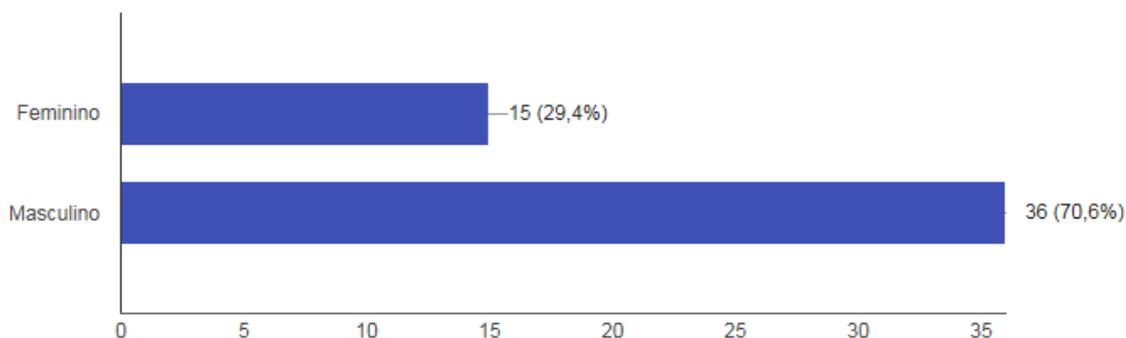
Monitoramento e pesquisa

O setor de Monitoramento e Gestão da Informação da Ouvidoria realizou quatro pesquisas em 2016 – qualitativas sobre a TV Brasil, Rádio Nacional FM e Rádio MEC AM, e uma pesquisa de satisfação sobre o atendimento da Ouvidoria. As pesquisas têm como finalidade mapear a percepção do público sobre os veículos da EBC e avaliar o atendimento realizado pela Ouvidoria.

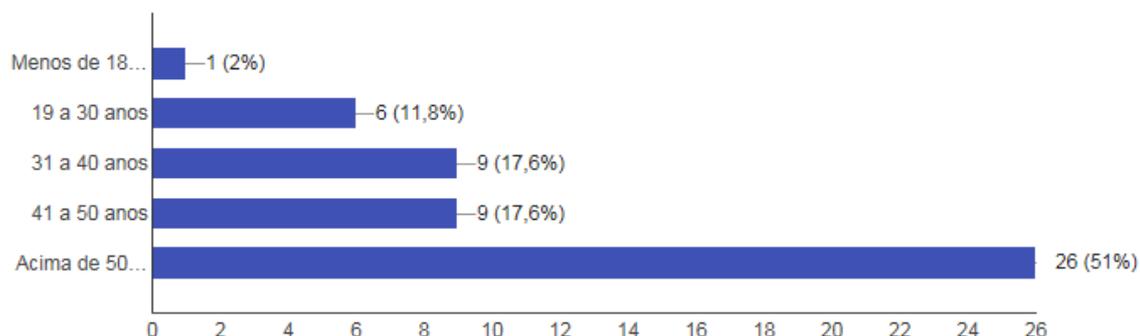
TV Brasil

Em fevereiro, enviamos 300 questionários com 10 perguntas para pessoas que já haviam entrado em contato com a emissora através da Ouvidoria, no segundo semestre de 2015. A seleção dos participantes foi aleatória. O índice de respostas foi de 18%. A maioria do público que respondeu é formada por homens com mais de 50 anos, ensino superior completo e acompanha a TV Brasil em sinal aberto.

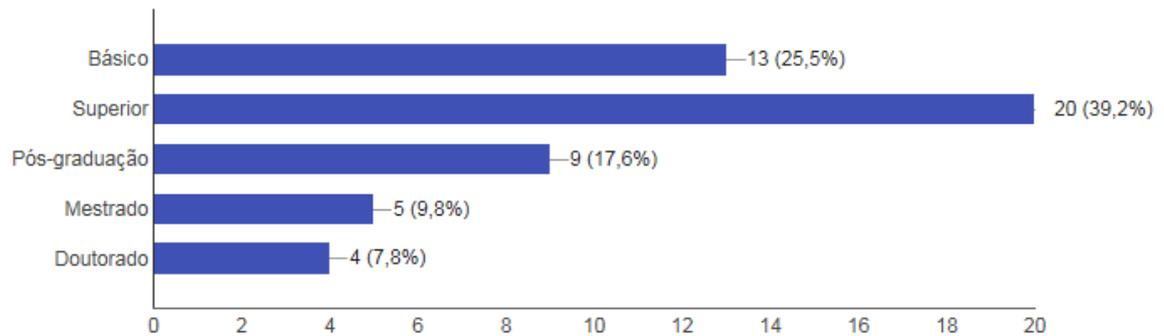
Gênero



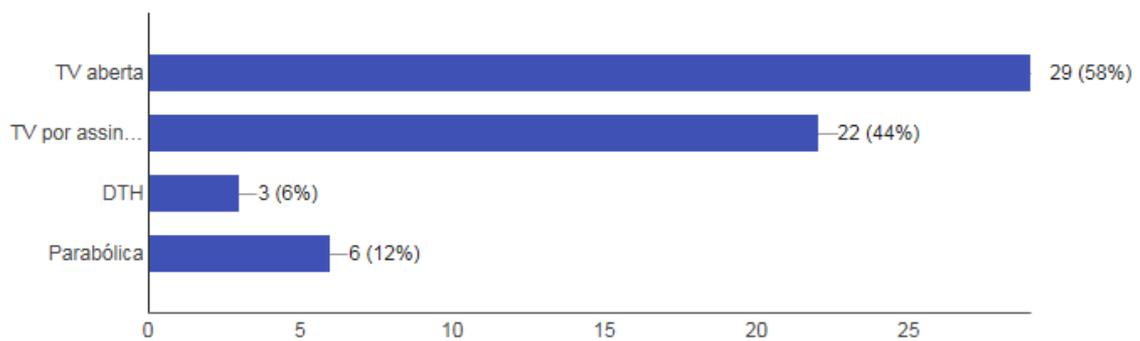
Faixa etária



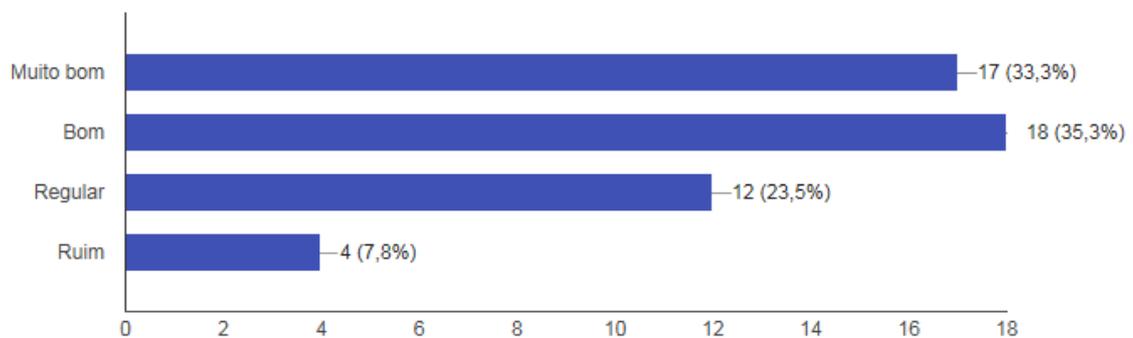
Grau de escolaridade



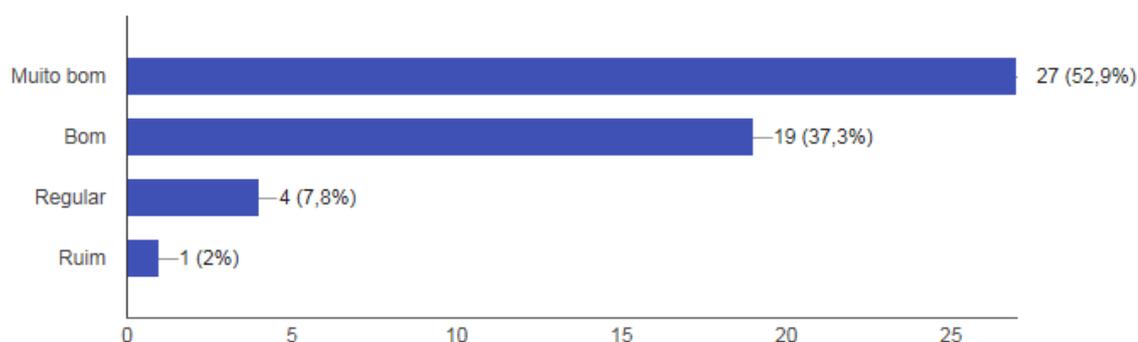
Como você assiste à TV Brasil?



Qual a qualidade da imagem e do som da TV Brasil?



O que você acha da programação da TV Brasil?



A Ouvidoria também perguntou aos telespectadores quais os programas de que eles mais gostavam. Nas respostas, os mais citados foram o *Repórter Brasil* e o *Sem Censura*, seguidos pelos programas esportivos e transmissão de jogos, *Samba na Gamboa*, *Arte do Artista*, *Brasilianas.org*, *Caminhos da Reportagem* e documentários. Também foram citados *Alto Falante* e outros programas musicais, *Camarote 21*, *Espaço Público* e *Windeck*.

Também deixamos um espaço para manifestação livre dos respondentes. Algumas respostas seguem abaixo:

"Agradeço a TV Brasil por ter na sua grade de programação bons e maravilhosos programas que fazem a diferença em nosso dia a dia. Ficamos sabendo o que está acontecendo por todo o Mundo, através de programas e documentários que falam desde da África até a noite paulistana. Quero falar em nome de todas as bandas e músicos principalmente os independentes. Nós precisamos de espaço e reconhecimento. Existem milhares de talentos escondidos em todo Brasil! Quero ver futuramente um programa dedicado ao músico independente para que ele possa falar sobre a sua história, trabalho e acima de tudo divulgar a sua obra! Obrigado TV Brasil!"

"A cada ano a TV Brasil aprimora sua grade de programação e fica muito mais com cara de TV aberta e não de TV pública. Gostaria de saber da possibilidade de colocarmos aqui em Rondon a TV em sinal aberto, para tanto poderia se fazer uma parceria e tenho como fazê-la através da nossa fundação que compõem faculdades. Entraríamos com os equipamentos, torres, antenas transmissoras e vocês com as outorgas. Seria ótimo para todos.guardo uma resposta de vocês. Um Abraço, Paulo Roberto."

"Só tenho a agradecer e pedir que seja a emissora oficial da seleção brasileira de futebol feminino na transmissão de todos os jogos, sejam amistosos, copas, campeonatos, treinos, olimpíadas, enfim, estar nos informando tudo acerca das nossas meninas do futebol feminino no mundo, na integra, as nossas jogadoras que jogam em times espalhados pelo planeta."

"Acredito que a TV Brasil possa incorporar em sua grade, sem prejuízo às suas diretrizes, alguns programas voltados para um público imediatista, para tentar afastá-lo um pouco deste veneno que é a Mídia consumista. Vivemos hoje na era da cultura midiática, e se não fizermos alguma coisa para impedir que se forme um império a partir disto, estaremos caminhando para o caos social."

"Gostaria que passasse programações da Angola, outras novelas, séries. Gosto da TV Brasil, é um canal que fala de igualdade. Muito boa a programação. Vocês estão de parabéns."

"Olá, TV Brasil. Agradeço o envio da enquete sobre a emissora, é muito bom o telespectador interagir com a emissora. Eu gostaria de pedir que, em breve, vocês coloquem o sinal digital na minha região, através da retransmissora TV Unifev, pois o sinal analógico é ruim, tem muitos chuviscos. Grato!"

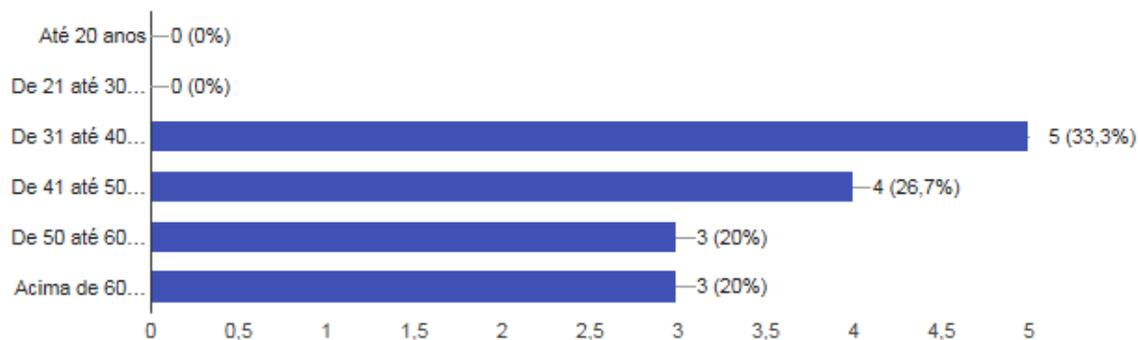
Rádio Nacional FM de Brasília

Em setembro de 2016, enviamos questionários com 10 perguntas para 84 ouvintes da Nacional FM e tivemos um retorno de 15 respostas (17%). Dos participantes que responderam, metade é do gênero feminino e metade do masculino, a maior parte se encontra na faixa de 32 e 50 anos e possui ensino superior.

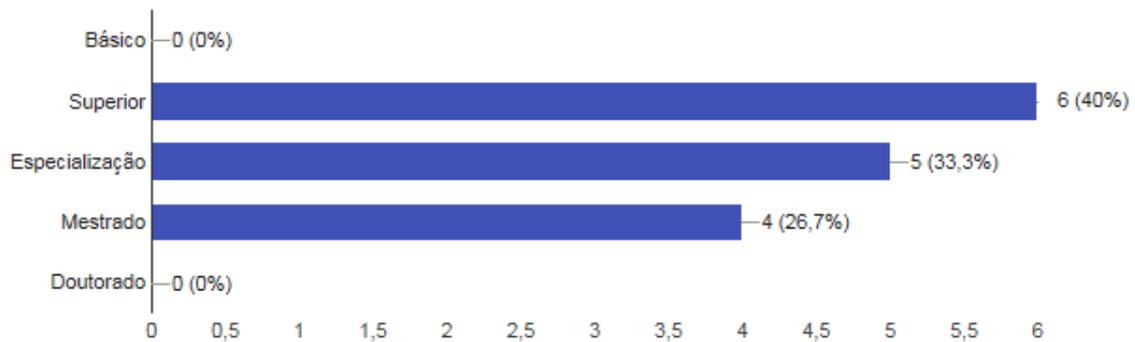
Gênero (15 respostas)



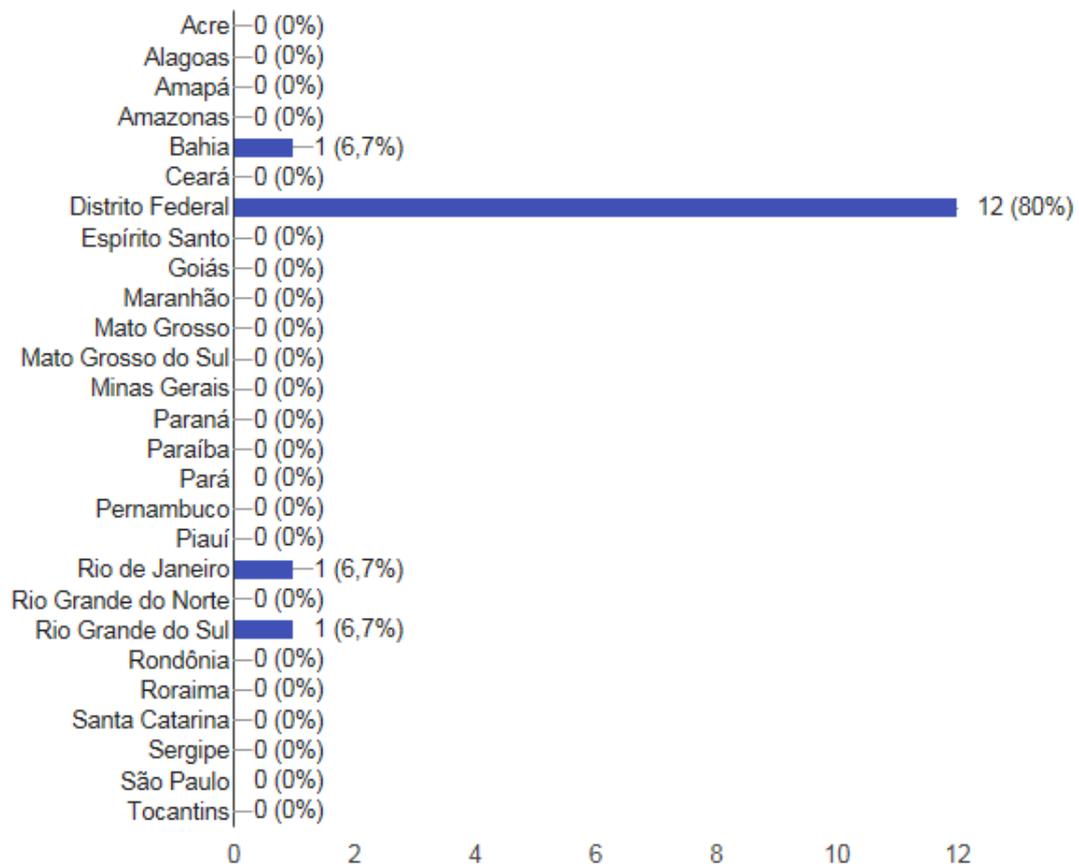
Faixa etária (15 respostas)



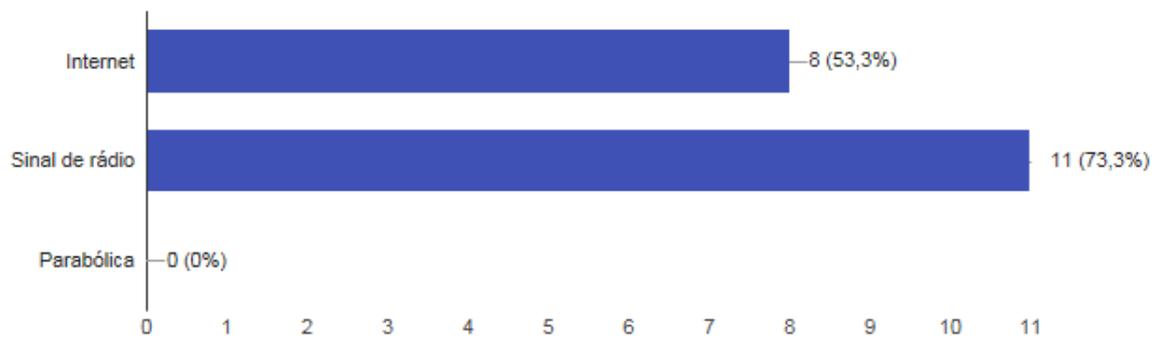
Escolaridade (15 respostas)



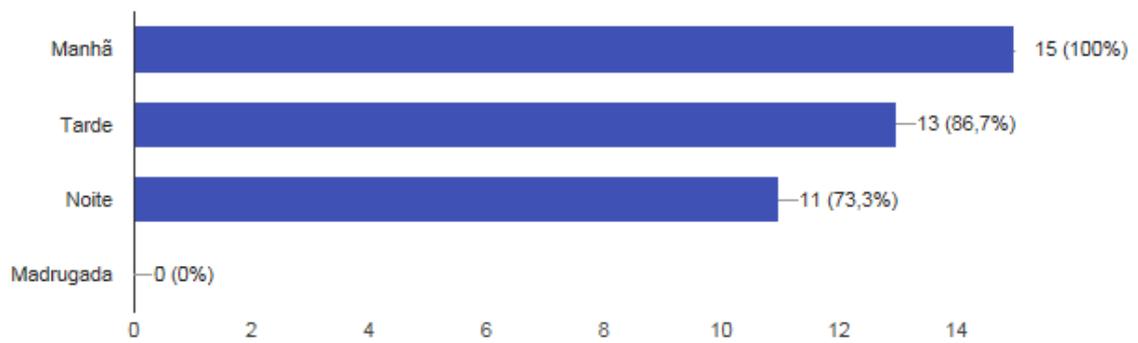
Estado de residência (15 respostas)



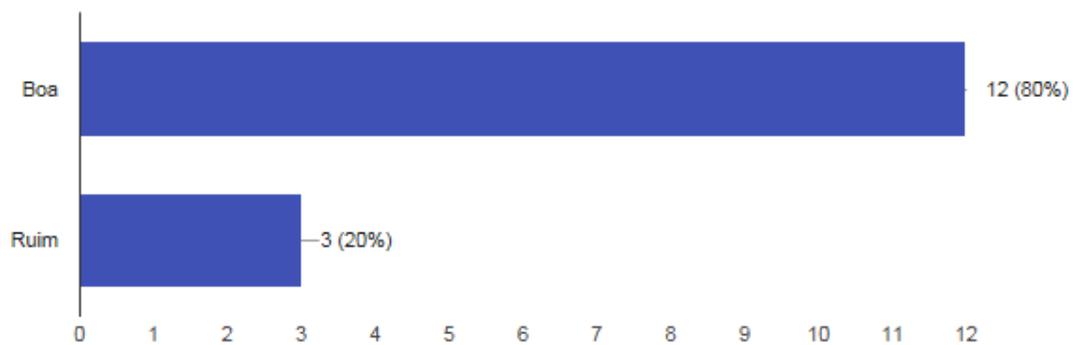
Como você ouve a Nacional FM? (15 respostas)



Em qual horário você ouve a Nacional FM (15 respostas)



Como é a qualidade do sinal da Nacional FM? (15 respostas)



O que você acha da programação musical da Nacional FM? (15 respostas)



Questionados sobre qual programa da emissora mais gostavam, os mais citados foram o extinto *Café Nacional*, *Memória Musical* e *Momento Três*:

"Época de Ouro - é maravilhoso o programa com música ao vivo Nossa América - é uma oportunidade de curtir o som dos países vizinhos."

"Festival é um grande momento. Poderia cada vez mais ser melhorado!"

"Gosto das programações musicais e o Momento 3. Tem uma boa seleção musical."

"Adorava o Café Nacional, escuto o Repórter Brasil e em seguida o Jornal da Cidade, o de jazz, blues e rock, programação musical."

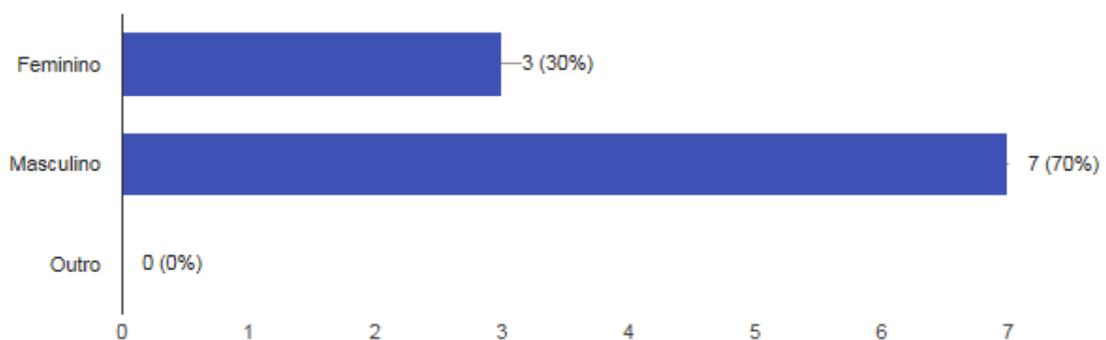
"Gostava do Café Nacional que ouvia no retorno para casa e às vezes como som ambiente no trabalho. A partir deste programa conheci as diversas facetas de Brasília, descobri coisas que nem imaginava que existia por aqui."

"O Memória Musical e o extinto Café Nacional, porque ambos abrem um espaços extras para os Artistas falarem sobre seus trabalhos e aspirações. O Café Nacional abria um leque maior para os estados e para as artes em geral, uma vez que divulgava música, literatura, cinema, shows etc. Os dois programas têm um horário excelente para serem acompanhados."

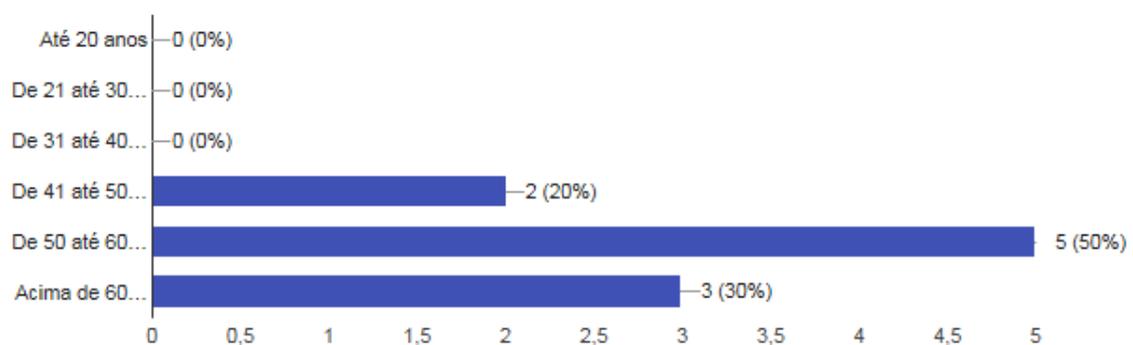
Rádio MEC AM

Em setembro, foram enviados questionários com 10 perguntas para 74 ouvintes da MEC AM e tivemos um retorno de 10 respostas (13%): A maior parte dos respondentes é do gênero masculino, tem de 50 a 61 anos e possui ensino superior.

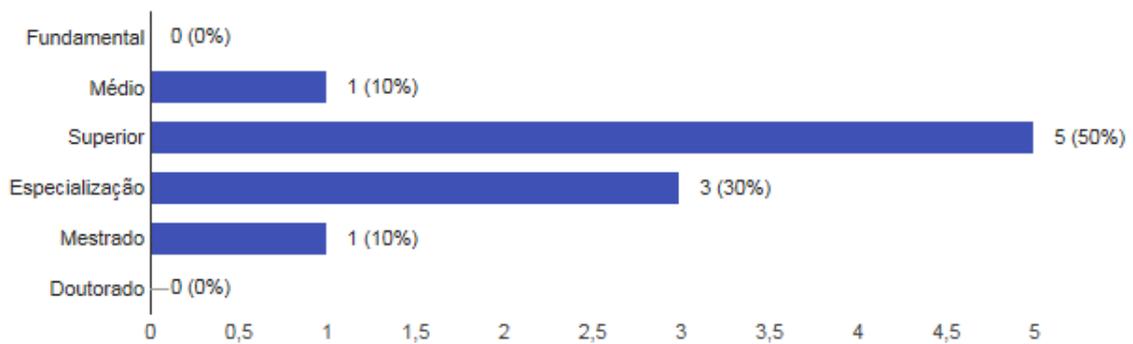
Gênero (10 respostas)



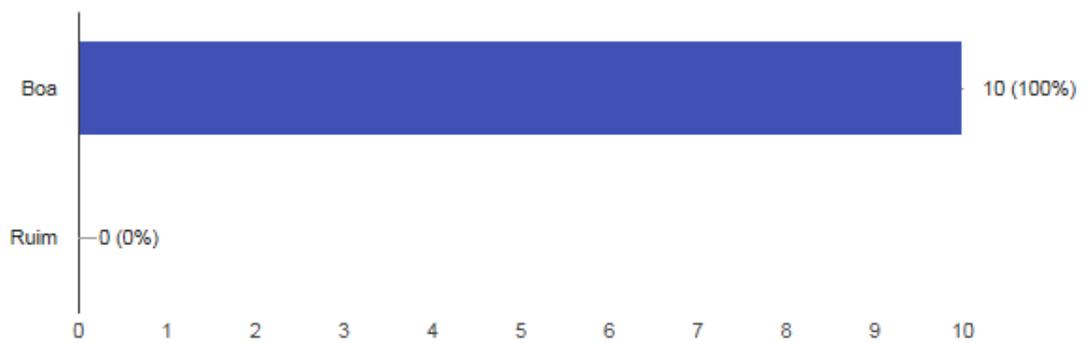
Faixa etária (10 respostas)



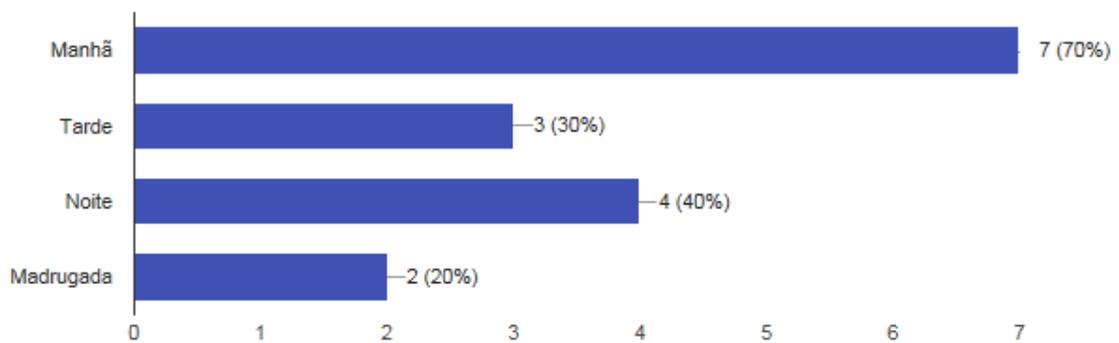
Escolaridade (10 respostas)



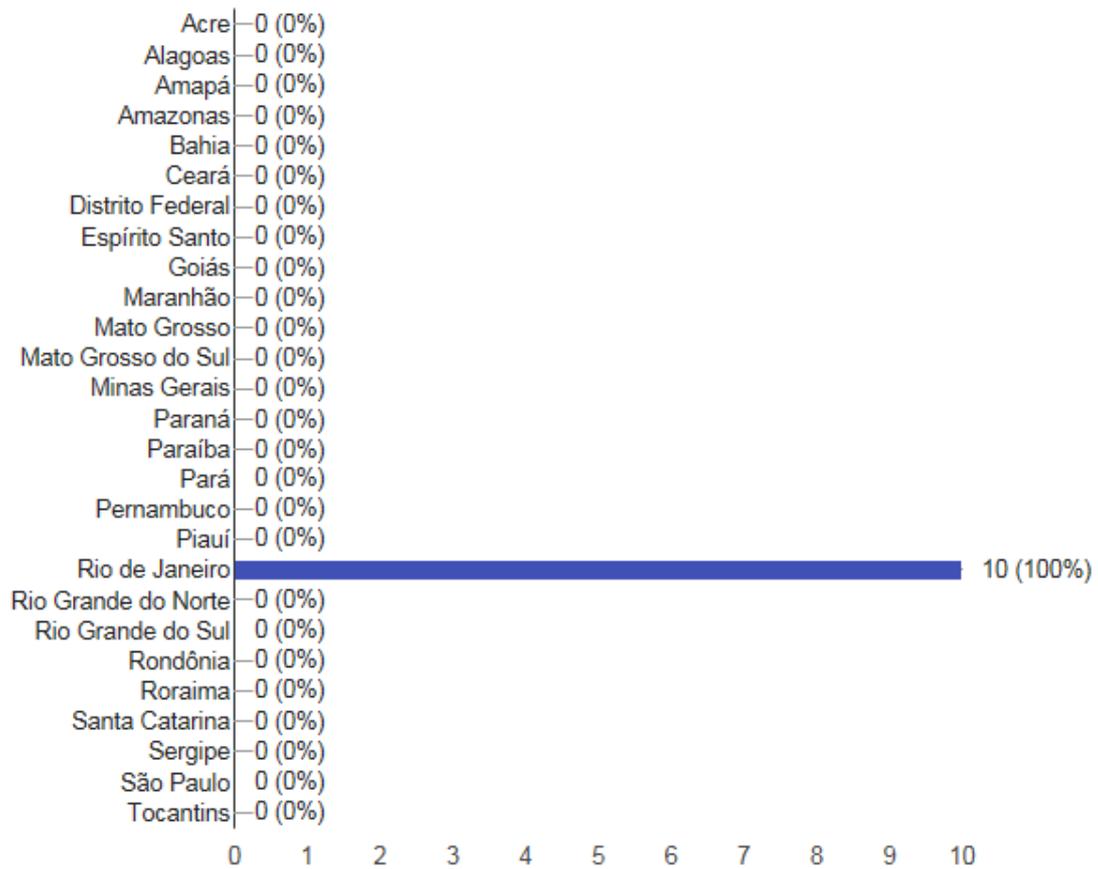
Como é a qualidade do sinal da MEC AM? (10 respostas)



Em qual horário você ouve a MEC AM? (10 respostas)



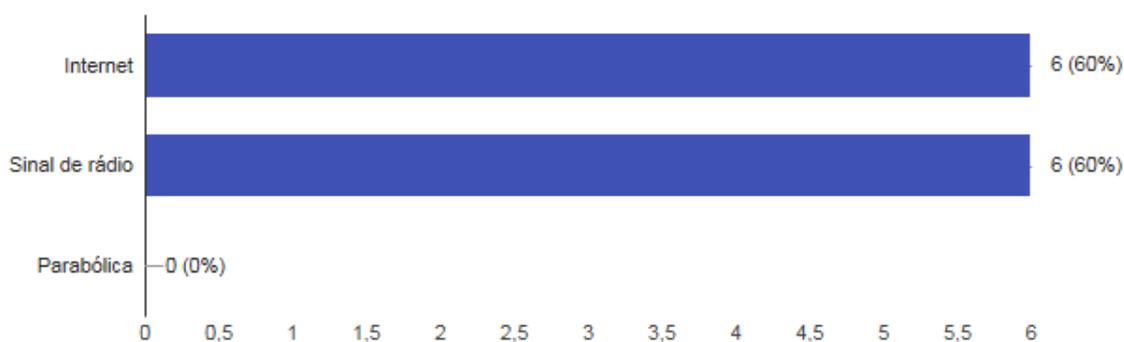
Estado de residência (10 respostas)



O que você acha da programação musical da MEC AM? (10 respostas)



Como você ouve a MEC AM? (10 respostas)



Questionados sobre quais programas mais gostavam na MEC AM, o mais citado foi o extinto *Ecos da Terra*:

"Café com Som. Porque apresenta a diversidade da vida em forma de canções, compositores, cantores, etc. Além disso é apresentado por crianças."

"Gosto da programação em geral e em particular a que está voltada para a música clássica e música popular."

"Gostava do Programa da Denise Viola (Ecos da Terra), que falava das questões da mulher e sustentabilidade. Mas, foi retirado do ar..."

"Não ouço mais a rádio MEC desde que tiraram o programa Ecos da Terra do ar. Gostaria que retornasse à programação."

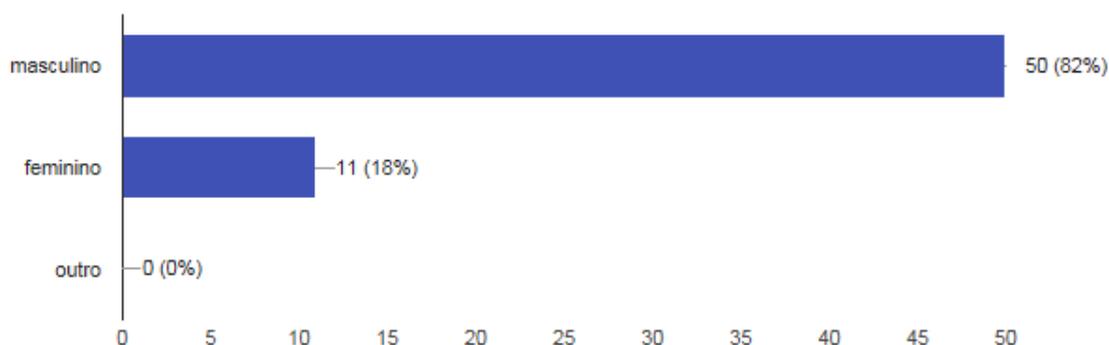
"A faixa infantil poderia ser maior. Poderia ser realizados saraus musicais, unindo poetas e músicos. Meus parabéns a Jujuba, Ana Nogueira, Mariano e equipe."

"É uma emissora de alto nível. Com todo respeito as outras emissoras, mas a MEC AM tem alto padrão de qualidade, sem as vinhetas apelativas e comerciais chatos das outras emissoras. Pego o sinal em qualquer lugar em distâncias que ultrapassam 100KM do RJ."

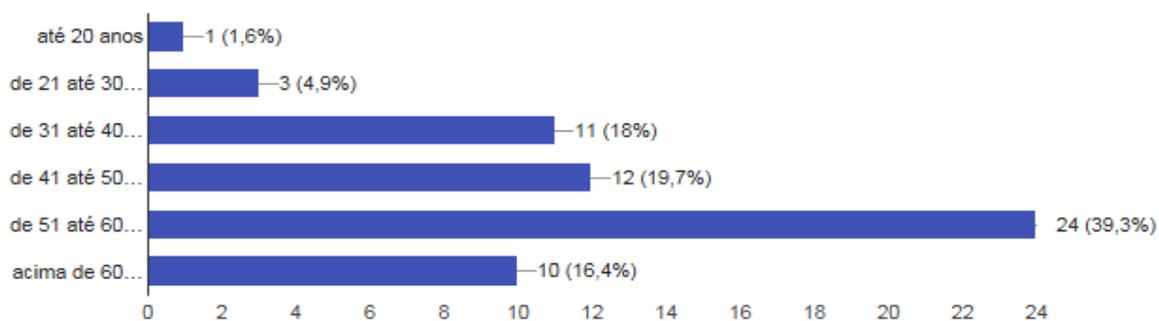
Pesquisa de satisfação - Atendimento da Ouvidoria

Em setembro de 2016, a Ouvidoria realizou uma pesquisa de satisfação sobre o seu atendimento, enviando questionários para 400 telespectadores e ouvintes que nos enviaram mensagens no primeiro semestre de 2016. O retorno foi de 61 questionários respondidos (15%). A maior parte dos participantes que responderam é do gênero masculino, tem entre 51 e 60 anos e possui nível superior completo.

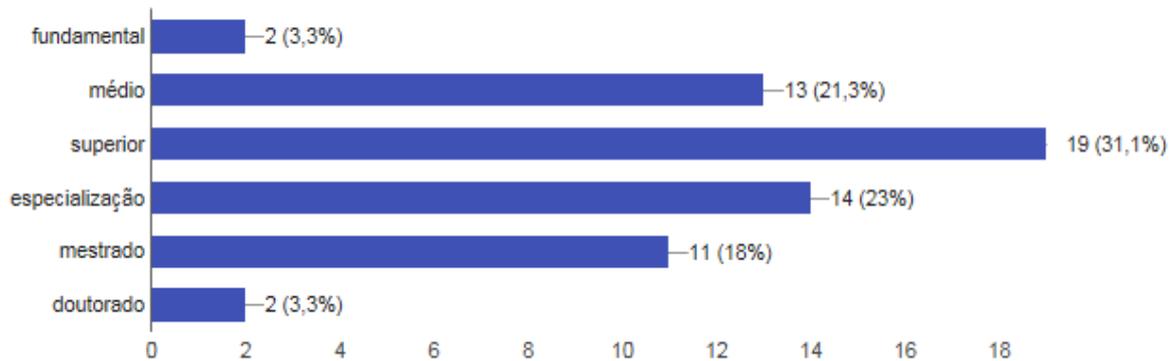
Gênero (61 respostas)



Faixa etária (61 respostas)

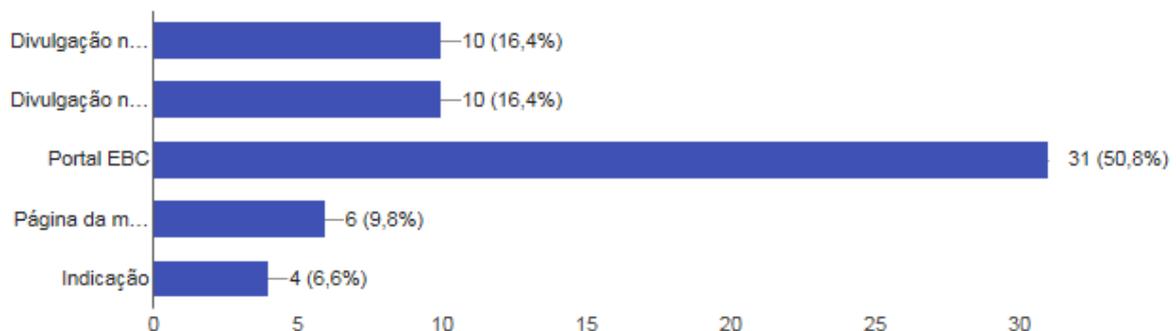


Grau de Escolaridade (61 respostas)



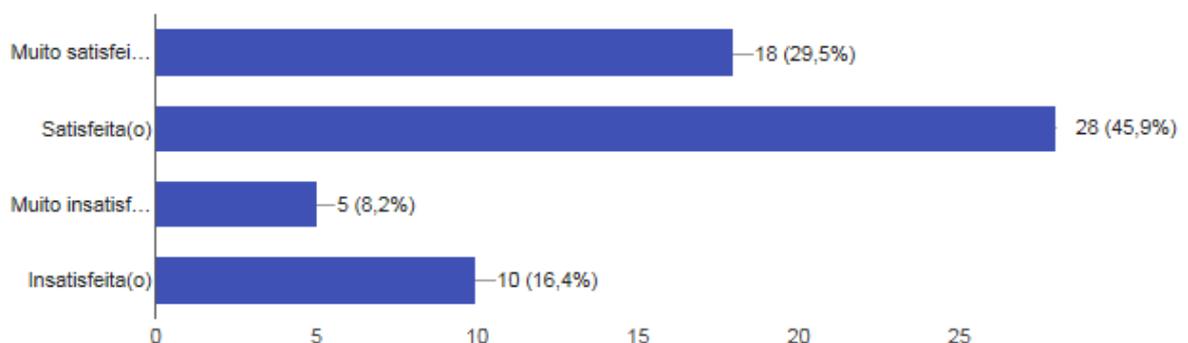
Perguntamos sobre como conheceram a Ouvidoria da EBC e metade respondeu ter conhecido pelo portal. Sobre o nível de satisfação com o atendimento, 46% disse estar satisfeito e 30% muito satisfeito. E 90% disse não ter encontrado dificuldade em enviar a mensagem para a Ouvidoria. A maior parte dos participantes residem no Rio de Janeiro (39%), em seguida São Paulo (15%), Minas Gerais (13%) e Santa Catarina (6,5%).

Como conheceu a Ouvidoria da EBC? (61 respostas)

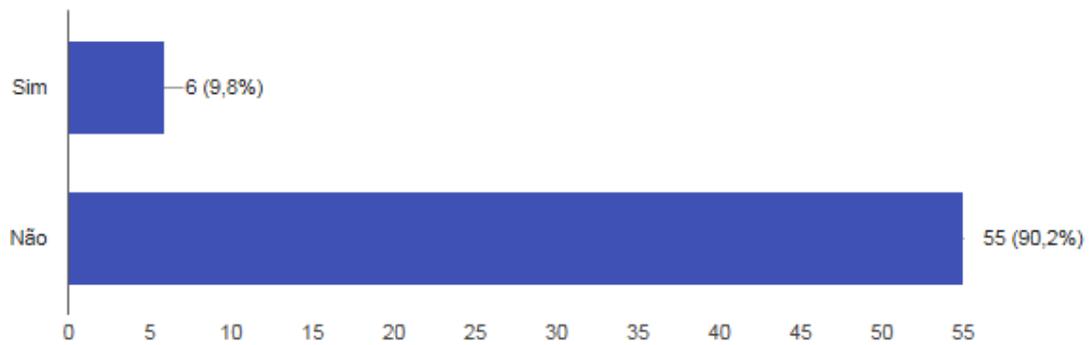


Qual seu nível de satisfação quanto ao atendimento e resposta recebida?

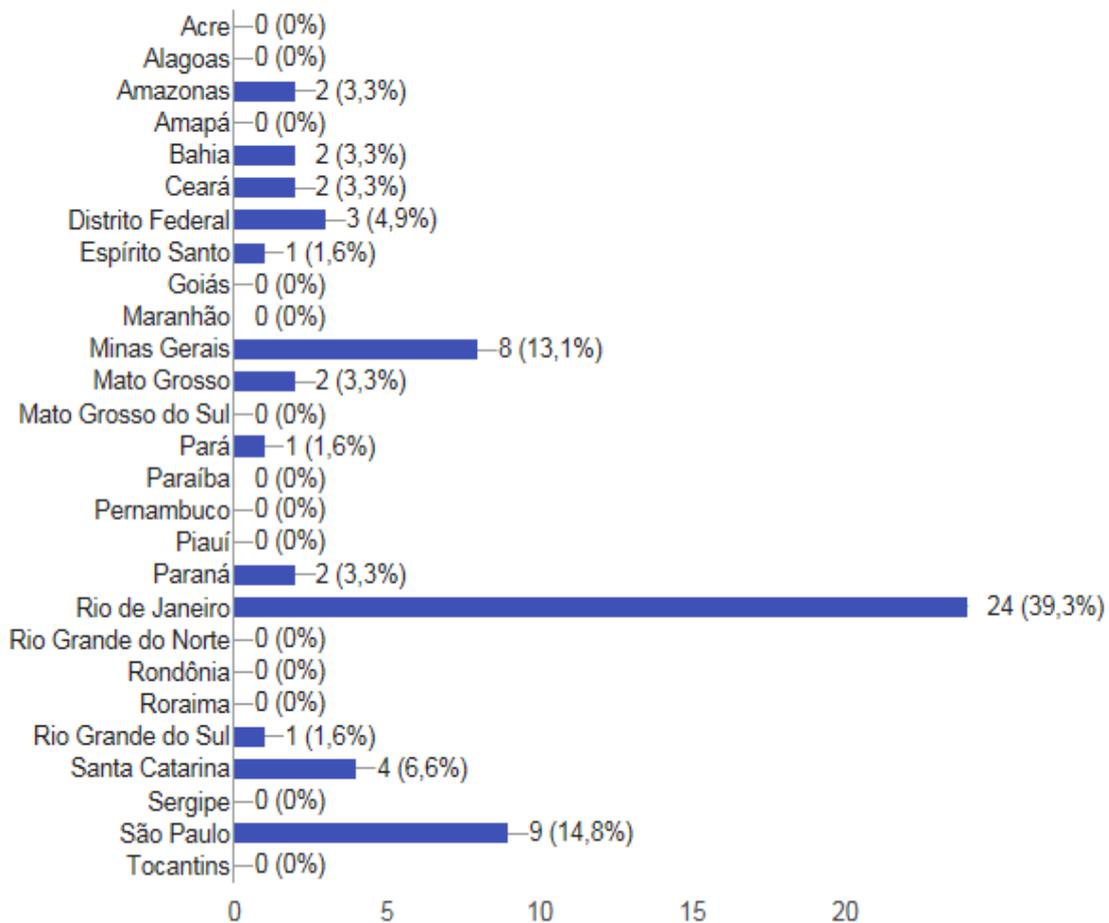
(61 respostas)



Encontrou dificuldades para enviar sua mensagem? (61 respostas)



Estado de residência (61 respostas)



Na seção de sugestões e comentários os participantes abordaram várias questões, como segue:

"Parabenizo a todo o pessoal da EBC pela qualidade e imparcialidade na exibição dos programas, tanto da Rádio Nacional, e sobre tudo da TV Brasil."

"Notável agora o grau de imparcialidade da Agência Brasil."

"Apenas continuem ampliando o esporte e a informação. Grato."

"Sinto que a programação da TV Brasil piorou. Vamos ver se pode melhorar com novos programas mais críticos, como era."

"Gosto muito da TV Brasil, mas acredito que a imagem oferecida pela emissora ainda está aquém de qualidade e muitas vezes bem chuvicado (pelo menos na minha região). Espero que no futuro possa ser melhor."

"Gostaria que ela, TV Brasil, permanecesse com a programação própria, sem a retransmissão da TV Cultura, como foi noticiado."

"Ótima programação porém poderiam abrir espaço para agricultura, agropecuária de todas as regiões do país, enfim muita mais cultura."

"Que continue assim, mantendo sempre essa qualidade em suas programações e a imparcialidade nas informações e opiniões, parabéns a todos."

"A ouvidoria é um canal essencial com a sociedade."

Prestação de contas da ouvidoria nos veículos

Programas e Colunas da Ouvidoria

Para finalidade de relato anual, consideramos importante resgatar o histórico das dificuldades que têm impedido a produção e veiculação dos programas da Ouvidoria tanto nas rádios quanto na TV Brasil. Responsável pela criação e direção geral da primeira e única versão do programa da Ouvidoria na TV – O Público na TV – é extremamente desconfortável ter assumido a titularidade da Ouvidoria e não ter podido manter a veiculação desses importantes instrumentos de prestação de contas ao público.

O Art. 32, inciso II do Capítulo XI do Estatuto da EBC diz que, no exercício de suas funções, o Ouvidor deverá “conduzir, sob sua inteira responsabilidade editorial, no mínimo quinze minutos de programação semanal, a ser veiculada pela EBC no horário compreendido entre seis e vinte e quatro horas, voltada à divulgação pública de análises sobre a programação da EBC”.

O Estatuto da EBC, onde consta a recomendação sobre os programas, data de dezembro de 2008. A Ouvidoria, criada concomitantemente, pelo mesmo decreto, manteve a antiga Coluna do Ouvidor, que era publicada na Agência Brasil, de críticas aos conteúdos digitais que, à época, resumiam-se às postagens da própria agência.

A Coluna do Ouvidor era produzida pelo ouvidor da extinta Radiobrás, Paulo Machado, que passou, na estrutura da EBC, a ocupar o cargo de ouvidor adjunto para a Agência Brasil. O programa da Ouvidoria no sistema de rádios – Rádio em debate - era produzido, através de Termo de Cooperação entre a EBC e a UnB, por estudantes orientados pelo professor Fernando de Oliveira Paulino, que respondia também pela ouvidoria adjunta de rádio, como parte do Termo de Cooperação, que vigorou do final de 2009 até 2012. Ao final do acordo, o Rádio em Debate continuou com o mesmo nome, tendo sido assumido pela ouvidora à época, Regina Lima, que também passou a apresentar o programa.

O programa da Ouvidoria na TV Brasil estreou apenas em setembro de 2011, tendo sido criado, redigido, editado e dirigido por mim, Joseti Marques, ouvidora adjunta de TV Brasil, hoje ouvidora geral em segundo mandato. O Público na TV, programa semanal, de 18 minutos de produção, divididos em três blocos, tinha formato jornalístico, com editorial de abertura e análises de programas em formato de reportagens.

A participação do público era o ponto forte, mas nem sempre frequente pela falta de condições de produção – não havia uma equipe para atender ao programa e as externas eram raras, entre outras dificuldades. O formato do programa, por decisão da titular da Ouvidoria, também incluía apresentação, que era feita por ela mesma. Pouco antes do final do mandato de Regina Lima, a responsabilidade de produção do programa passou para a Diretoria de Produção, embora continuasse a ser concebido, redigido, editado e finalizado na própria Ouvidoria.

Nesta fase, por providência da Diretoria de Produção, o programa passou a contar com uma pequena equipe composta por uma produtora, uma jornalista/repórter, um editor de imagem e um editor finalizador. Na maior parte do tempo de existência do programa, a equipe resumia-se à ouvidora adjunta – que cobria as funções de pauta, roteiro, redação, edição e direção – uma atendente de ouvidoria que colaborava na produção, um estagiário de jornalismo e o editor finalizador, Edvaldo Cuaio.

Apesar das dificuldades operacionais – que muitas vezes ficavam visíveis no ar – O Público na TV era uma das melhores audiências das quintas-feiras, mesmo em São Paulo, onde a TV Brasil dificilmente pontuava. O fato de os programas da Ouvidoria serem apresentados pela ouvidora criou uma solução de continuidade ao final do mandato dela. Quando ainda não se havia definido quem assumiria o cargo, a transmissão do programa obviamente foi interrompida. Na condição de ouvidora interina, trabalhei em um projeto de programa de Ouvidoria que atendesse tanto ao rádio quanto à TV e que pudesse ser veiculado nas diversas plataformas, com algum nível de interatividade na web. Esse projeto foi desenvolvido ao longo dos dois meses de interinidade (janeiro/fevereiro de 2014), com treinamento e capacitação dos membros da equipe para que pudessem, no futuro, dar continuidade aos programas, sem que as transições entre mandatos afetasse a responsabilidade legal da EBC de manter a prestação de contas nas diversas plataformas.

O final do período de interinidade, com a minha condução ao cargo de Ouvidora geral, coincidiu com processo de instalação de um núcleo da Diretoria de Produção em Brasília. E como o programa ainda estava vinculado à Diretoria de Produção, a decisão dos gestores da área foi a de não adotar o projeto multiplataforma, mas fazer um programa para cada veículo. A edição radiofônica nem chegou a ser planejada. Um novo projeto para a TV começou a ser pensado, com as principais características do formato anterior, mas sem apresentador. O resultado não foi o esperado e a equipe da Diretoria de Produção em Brasília não se sentiu confortável com a forma de abordagens de pautas características de Ouvidoria. Em resumo, o projeto foi interrompido.

Por volta do mesmo período, com a primeira mudança de layout da página da Agência Brasil, a Coluna da Ouvidoria, que historicamente era publicada e podia ser acessada através de um componente digital na capa, perdeu seu lugar. Os artigos estavam sendo enviados para publicação, mas quase que imediatamente eram redirecionados para o arquivo, onde o acesso dos leitores seria muito pouco provável. Diante da insistência e das reclamações da Ouvidoria, um recurso provisório (que se mantém até hoje) foi providenciado e a Coluna da Ouvidoria voltou a ser publicada, a partir de setembro de 2015. Os programas da Ouvidoria na TV e no Rádio não foram realizados, já que dependiam da formação e disponibilização de uma equipe, o que nunca ocorreu.

Diante de tantos impasses e na impossibilidade de se retomar a produção dos programas sem uma equipe, a Ouvidoria empenhou-se em cumprir outra exigência legal que até então jamais fora cumprida – edição de boletins internos diários de crítica aos conteúdos e programação (Art. 32, inciso I, do Estatuto) a ser encaminhado à diretoria executiva. A experiência mostrou que a edição diária dos Boletins era improdutiva, no sentido do acompanhamento pelos diretores. A partir de março de 2016, as edições passaram a ser enviadas semanalmente, somando um total de 60 publicações em 2016.

COLUNAS DA OUVIDORIA

Em 2016 foram publicados 25 artigos, versando sobre análises de conteúdos publicados pelos diversos veículos, além de alguns comentários relacionados à EBC e à comunicação pública. Os resumos dos textos estão relacionados abaixo, na ordem dos mais recentes para os mais antigos. Na versão digital deste relatório, os textos das colunas podem ser lidos na íntegra através de link em cada um dos títulos.

Leitor reclama da Agência e diz que matéria foi censurada

Na primeira semana deste ano, a Ouvidoria recebeu uma reclamação de Glauber G. dos Santos, do Rio de Janeiro/RJ, acusando a Agência Brasil de ter praticado censura ao retirar do ar uma reportagem que tratava da repercussão da notícia, publicada por colunista do jornal O Globo, de que o governo, rompendo uma tradição de 20 anos, não acataria a indicação do primeiro nome da lista tríplice para a presidência da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Demora na publicação prolonga a vida de Fidel Castro no Portal EBC

Por volta das cinco da manhã deste sábado (26/11), os veículos jornalísticos digitais já estavam informando que o líder cubano Fidel Castro havia morrido na noite da véspera. Desnecessário dizer que, caso não aconteça nada mais retumbante, esta será a principal manchete na imprensa do Brasil e do mundo, não apenas no dia da morte. Na Agência Brasil, até as 9h58 ainda não havia referência ao fato. Passava das 10h e as manchetes na capa do Portal da EBC eram, na maioria, de assuntos do dia anterior e de matérias “frias”, conforme o jargão nas redações.

Sem contextualização, bate-boca não rende como notícia

Para o jornalismo que se pretende diferenciado por ser praticado em veículo do sistema público de comunicação, bate-boca, por si só, não é notícia. Mas não foi esse o entendimento da Agência Brasil, na matéria publicada nesta quarta-feira (16/11), cujo título já demonstra o que a edição considerou mais relevante no assunto: “Gilmar Mendes e Lewandowski batem boca durante sessão do Supremo”.

O espetáculo, a notícia e a realidade grotesca dos acontecimentos

A Ouvidoria recebeu uma reclamação sobre a forma como os telejornais da TV Brasil trataram a notícia sobre o tiroteio entre policiais e supostos traficantes na comunidade do Pavão-Pavãozinho, na zona Sul do Rio de Janeiro, na segunda-feira, 10/10. A telespectadora disse estar “chocada em ver que a TV Brasil aderiu ao sensacionalismo e desrespeito aos direitos humanos, posições contrárias ao manual de jornalismo de empresa pública de comunicação”. E afirma: “a cena de uma pessoa caindo de um penhasco em meio a um tiroteio no Rio de Janeiro é muito forte para ser exibida em horário de almoço ou antes do horário nobre da TV. A ma-

téria não adverte o telespectador sobre o teor chocante da cena e ainda foi reprisada, indo ao ar nos dois horários do Repórter Brasil.”

Leitor reclama o outro lado da história das antenas de telefonia celular

A Ouvidoria recebeu uma reclamação sobre reportagem feita pela Agência Brasil que aponta diretamente para o diferencial de aprofundamento e independência que se espera da comunicação pública na elaboração das matérias – independência dos interesses de mercado e aprofundamento para melhor esclarecimento dos leitores.

A perfeição não é fiadora da credibilidade

A Agência Brasil cometeu um erro. Até aí, nada que não possa acontecer — e acontece — a qualquer veículo de notícias. Mas dessa vez o deslize teve grande repercussão, transformando-se em combustível para o humor característico das redes sociais. O erro inicial se via logo no título: *"CNI defende carga de 80 horas semanais para trabalhador brasileiro"*. A matéria, publicada às 14h21 de sexta-feira (8/7), permaneceu no ar dessa forma até as 15h28 — tempo suficiente para ser republicada por diversos blogs de notícia e versões digitais dos meios impressos. A maioria deles confia plenamente na competência da Agência Brasil e nem se dá ao trabalho de conferir o texto. O tempo decorrido para se retificar a matéria também propiciou a propagação, nos posts de humor da internet, da suposta defesa da carga de 80 horas de trabalho que fora atribuída à CNI.

O zepelim gigante e seu cachorro morto

A expressão “chutar cachorro morto”, ditado popular de origem desconhecida, tem a seguinte explicação na enciclopédia livre Wikipédia: “Chega um ponto em qualquer discussão que o próprio debate chega a um fim naturalmente. É possível que você tenha vencido, perdido ou que ele tenha terminado num empate. Neste ponto, é recomendável que você não chute mais o cachorro morto. (...) Caso contrário, se você continuar a chutar o pobre debate, se você tentar reabri-lo, se você continuamente fizer referências àquilo que todos já sabem, se você esfregar seus argumentos na cara dos demais, é muito provável que você, na verdade, não esteja conseguindo influenciar ninguém e nem conseguindo aliados para sua causa, mas certamente estará aborrecendo todos os que são obrigados a aturá-lo”.

Presidenta vs. presidente, uma questão ideológica

Nos últimos meses, a Ouvidoria tem recebido mensagens que nos demandam um posicionamento sobre o uso, nos diversos veículos da EBC, da palavra “presidenta”. Até agora, foram 13 manifestações. A mensagem de um telespectador de São Paulo/SP resume as demais que reclamam do uso da palavra no feminino.

Apesar das notícias, ouvinte reclama o que é público

A EBC esteve frequentando assiduamente o noticiário dos jornalões durante os dias que antecederam a tragédia perpetrada pelo terrorismo contra 49 pessoas na boate Pulse, em Orlando, nos EUA. À exceção da disputa judicial em torno do mandato do presidente da EBC, Ricardo Melo, as reportagens, em geral, não trazem novidades; repetem apenas as mesmas argumentações de matérias antigas, em que se tentava provar que a TV Brasil deveria ser banida do espectro brasileiro da radiodifusão por ter um custo alto de operação e dar “traço” de audiência - eram tempos menos turbulentos e, nessas matérias, a EBC e a comunicação pública sequer eram mencionadas.

A entrevista com Dilma Rousseff na TV Brasil

Na semana seguinte à divulgação, pela imprensa, de que a TV Brasil havia feito uma entrevista com a presidenta afastada Dilma Rousseff, a Ouvidoria recebeu dezenas de mensagens de usuários do sistema público querendo saber detalhes, tecendo comentários e perguntando quando a entrevista seria veiculada. Uma telespectadora, por exemplo, indagou: “Foi anunciada a entrevista com a Presidente Dilma e está passando Samba na Gamboa. Vai ou não vai ter a entrevista com Dilma? Quero assistir”.

Ouvidoria da EBC responde à crítica do Estadão

“A TV chapa-branca” é o título de um texto de opinião publicado em 07/6 pelo jornal O Estado de S. Paulo, o Estadão, em que a Ouvidoria da EBC é criticada, a partir do texto da **Coluna da Ouvidoria** de 3/6, publicada no Portal da EBC e na Agência Brasil. Não fossem os equívocos cometidos no texto do Estadão, não haveria motivo para a manifestação pública da Ouvidoria da EBC, da qual sou titular.

A EBC em nota do Jornal Nacional

Ontem (2/6), a EBC foi citada no Jornal Nacional, da TV Globo. Não foi uma notícia a propósito do sistema público de comunicação, mas sobre uma decisão judicial que contrariou a determinação do presidente interino, Michel Temer, de trocar o comando da Empresa Brasil de Comunicação-EBC. Certamente, muitas pessoas ainda não tinham ouvido falar na EBC até aquele momento.

Os acidentes de percurso e a credibilidade da notícia

Os acontecimentos políticos sempre foram os que mais estimularam o público a procurar a Ouvidoria com suas críticas, questionamentos e comentários. A preocupação que em geral se observa nas mensagens é sobre o equilíbrio ou parcialidade do jornalismo público. E no caso de

algum viés sutil, para que lado for, nas reportagens – embora seja indesejável, isso acontece – o missivista reclama em defesa da tendência que considera a mais apropriada de acordo com sua opinião, muitas vezes dando a isso o nome de imparcialidade.

A crítica e a mediação no trabalho da Ouvidoria

A cobertura jornalística dos recentes acontecimentos políticos, pela TV Brasil, trouxe de volta uma discussão recorrente nos veículos públicos – a necessidade de um planejamento editorial que trate os temas políticos com mais equilíbrio, levando em consideração o interesse do público por informação qualificada e esclarecedora, sem proselitismo, diante de um contexto cada vez mais conturbado.

Ensaio de orquestra, ou seis por meia dúzia na mídia pública

No sábado, 16/4, a TV Brasil transmitiu um programa de comentários políticos, ancorado pelo jornalista Paulo Moreira Leite. O cenário era uma parte dos painéis de fundo do programa Palavras Cruzadas, que é apresentado pelos jornalistas Paulo Markun e Tereza Cruvinel, às quartas-feiras. Não há como evitar essa observação, porque o improvisado – e não apenas do cenário – denuncia a falta de planejamento para uma das pautas mais importantes das últimas décadas. Uma pauta óbvia desde dezembro do ano passado, quando o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, acolheu o processo pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

Entre o público e a plateia nas manifestações

No dia 31 de março, durante a transmissão das manifestações contra o impeachment, uma telespectadora, indignada, telefonou para a Ouvidoria e disparou seu inconformismo diante de um comentário que estava sendo feito ao vivo, naquele exato momento, de uma das bancadas da TV Brasil. O comentário tecia uma comparação entre o perfil dos participantes da manifestação do dia 13 de março, a favor do impeachment, e os que estavam naquela manifestação.

O implícito na produção da notícia

As regras técnicas jornalísticas tentam salvaguardar, nem sempre com sucesso, a notícia da interferência subjetiva dos que participam da sua produção – repórteres, editores, pauteiros, redatores. Às vezes, nesse complexo processo de enunciação, o discurso acaba resvalando para o que a teoria classifica como “implícitos” e “subentendidos”, que são formas de “dizer” o que não está escrito, mas que os leitores, telespectadores e ouvintes percebem, às vezes, com muita nitidez.

TV Brasil na cobertura dos atos políticos de março de 2016

A questão mais sensível para a comunicação pública, aqui representada pelos veículos geridos pela Empresa Brasil de Comunicação–EBC, tem sido, e podemos dizer que sempre foi, a abordagem jornalística dos fatos que afetam o governo ou a ele dizem respeito, quer sejam positivos ou negativos. Historicamente, o público costumava reclamar à Ouvidoria usando a expressão “chapa-branca” para definir suas impressões, considerando que muitas reportagens privilegiavam as autoridades, em detrimento dos fatos que a elas estavam relacionados. Em muitos casos, a Ouvidoria concordou com a avaliação dos reclamantes, classificando esse tipo de abordagem da pauta como “oficialista”.

Leitor interpela Ouvidoria sobre artigo na Coluna

A Ouvidoria recebeu uma manifestação do leitor Renato Lazzari, de São Paulo, capital, sobre o artigo "*Jornalismo público e a busca da verdade no palheiro das versões*", publicado na semana passada, na Coluna da Ouvidoria. Primeiramente, agradeço a leitura e atenção dos comentários e peço licença para compartilhar a resposta com os demais leitores, já que alguns aspectos levantados pelo Renato podem ser preocupação comum a todos que se interessam pela comunicação pública. E para começar a conversa, vamos esclarecer alguns pontos.

Jornalismo público e a busca da verdade no palheiro das versões

O jornalismo na mídia pública é um vir a ser, ainda tentando encontrar um meio termo que possa chamar de seu, diferenciado das práticas às quais, de berço, se contrapõe. Ser pública significa, grosso modo, não ser estatal, nem comercial e privada. Mas haveria, para além disso, um território a se conquistar, uma alternativa ao que vem sendo construído desde as primeiras décadas do ano de 1800 como imprensa no Brasil?

TV Brasil mostra diferencial e sobe nos índices de audiência no carnaval

A TV Brasil deu um show na Sapucaí. Chamo especial atenção para a transmissão do Desfile das Campeãs, na noite de sábado, 13/02. Não havia excesso de câmeras, efeitos especiais, drones, nem um batalhão de repórteres e cinegrafistas embolando-se entre assistas e foliões. Foi modesto, básico. Mas foi justamente a simplicidade que surpreendeu a plateia – todos puderam ver o desfile como se estivessem lá.

Caminhos que passam longe da crise da imprensa

Caminhos da Reportagem é um programa jornalístico exibido pela TV Brasil às quintas-feiras, 22h, e em horários alternativos durante a semana. É uma produção premiadíssima, de qualida-

de impecável, tanto na forma como trata os assuntos, quanto pelas abordagens adequadas à mídia pública. A Ouvidoria, que tem como uma de suas obrigações fazer a crítica dos conteúdos exibidos nos veículos da EBC, costuma afirmar que o elogio é importante, mas contribui menos do que a crítica para o investimento em qualidade.

Público avalia prestação de serviços da Ouvidoria da EBC em 2015

No final de 2015, a Ouvidoria fez uma pesquisa de satisfação sobre o serviço prestado ao longo do ano. Enviamos 541 formulários às pessoas que nos escreveram para tratar de assuntos diversos relacionados a conteúdo dos veículos da EBC – com críticas, elogios, comentários, pedidos de informação. Dos formulários enviados, recebemos resposta a pouco mais de 21%, perfazendo um total de 115 respondidos. Uma pequena amostra, mas com elementos sugestivos sobre a percepção dos usuários do sistema público sobre o serviço de Ouvidoria e, como acréscimo, sobre os veículos da EBC.

Velhos problemas que afetam a relação da TV Brasil com o público

O ano é novo, mas persistem velhos problemas que afetam negativamente a imagem e a relação da TV Brasil com seu público. O telespectador José Carlos Alexandre, de Belo Horizonte, Minas Gerais, escreveu para a Ouvidoria para saber se ainda iria ao ar a entrevista - que havia sido anunciada, mas não aconteceu - com a historiadora Anita Leocádia Prestes, no programa Observatório da Imprensa.

Balanço da participação do público na EBC em 2015

Nesta primeira coluna de 2016, fazemos uma prestação de contas resumida do trabalho da Ouvidoria e da participação do público no ano que passou. Após apresentação ao Conselho Curador, um relatório completo e detalhado vai ser publicado na página da Ouvidoria; vamos divulgar a informação também nesta Coluna e no twitter: @ouvidoriadaebc.

Ouvidoria Interna

Ouvidoria Interna

A Ouvidoria recebeu demandas vindas do corpo funcional da EBC em atendimento de Ouvidoria Interna de três regionais (Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo). No ano de 2016 foram recebidos 13 pedidos de intervenção, dos quais todos tiveram soluções positivas no que se refere à restauração das relações no ambiente de trabalho, com número expressivo de viabilização do que se estava pleiteando. Ressalta-se que o atendimento de Ouvidoria Interna é resguardado por sigilo e a atuação nos casos é discreta.

Atendimentos

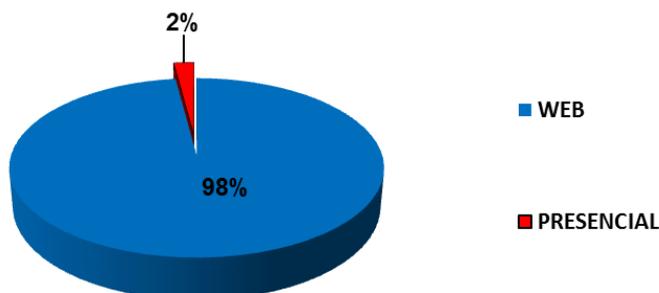
Regional	Reclamação	Pedido de Informação
Brasília	6	1
Rio de Janeiro	4	0
São Paulo	1	1
Sub-total	11	2
Total de atendimentos realizados		13

Serviço de Informação ao Cidadão - SIC

SIC em números

O SIC registrou 147 pedidos de informação. Foram 143 atendimentos (98%) via e-SIC e 3 atendimentos (2%) feitos pessoalmente.

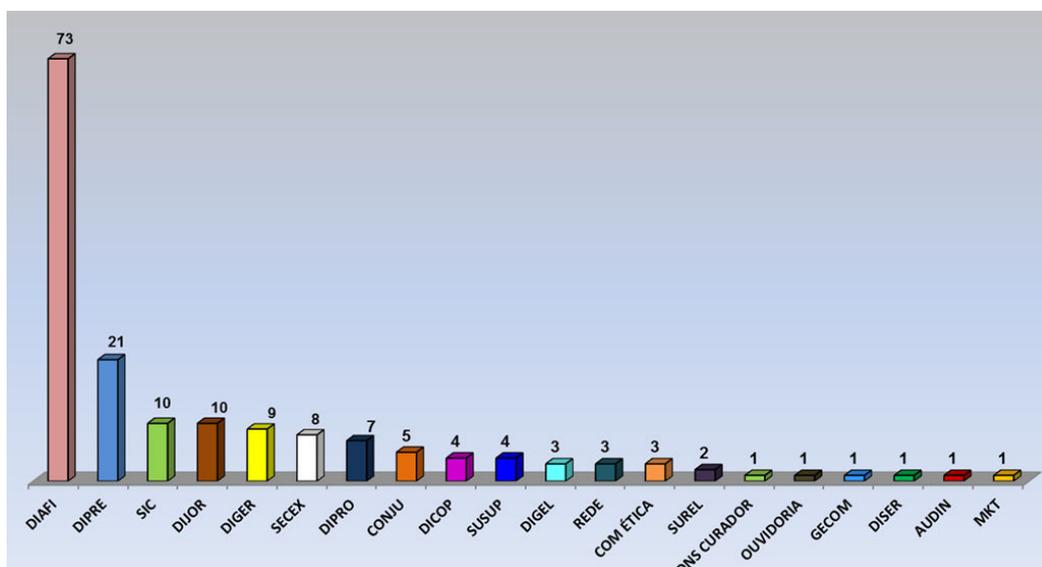
Pedidos de Informações por Meio de Acesso



FONTE: E-SIC – OUVIDORIA/EBC

Os pedidos de informação e recursos registrados em 2016 são apresentados a seguir por área de competência, em dados absolutos e percentuais. Alguns pedidos foram enviados para diferentes áreas.

Pedidos de informações por área de competência



FONTE: E-SIC – OUVIDORIA/EBC

Em conformidade com o que estabelece a Norma 104 da Ouvidoria/EBC e a Portaria Presidente - 185-A/2012 de 24/05/2012 as áreas têm 5 dias úteis para resposta. A Lei de Acesso à Informação Nº 12.527 de 7 de Novembro de 2011 estabelece o prazo de 20 dias, prorrogáveis por mais 10 dias.